

Universidades Lusíada

Gomes, Carolina Ferreira, 1999

O projeto educativo fundador do Instituto de Serviço Social : os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939)

<http://hdl.handle.net/11067/7159>

Metadados

Data de Publicação

2023

Resumo

A presente dissertação tem como título O Projeto Educativo Fundador do Instituto de Serviço Social: os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939), tendo sido desenvolvida no âmbito do Mestrado em Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada, que decorreu entre o ano letivo de 2021/2022 e de 2022/2023. Adota enquanto finalidade estudar o projeto educativo fundador do Instituto de Serviço Social no período compree...

This dissertation is entitled The Founding Educational Project of the Institute of Social Work: the contributions of the monographic method in the production of the first monographs (1935-1939), having been developed within the scope of the Master's Degree in Social Work at the Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa of Universidade Lusíada, which took place between the academic year 2021/2022 and 2022/2023. It aims to study the founding educational project of the Instituto de Serviço Soc...

Palavras Chave

Instituto de Serviço Social de Lisboa, 1935-1969 - Estudo e ensino, Serviço Social - História - Portugal, Serviço Social - Estudo e Ensino - Portugal, Serviço Social - Investigação

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-ISSSL] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-04T18:25:09Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA
INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA
Mestrado em Serviço Social

O projeto educativo fundador do Instituto de Serviço Social: os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939)

Realizado por:
Carolina Ferreira Gomes

Orientado por:
Prof.^a Doutora Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva

Constituição do Júri:

Presidente: Prof.^a Doutora Inês Casquilho Duarte Martins
Orientadora: Prof.^a Doutora Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva
Arguente: Prof.^a Doutora Maria Júlia Faria Cardoso

Dissertação aprovada em: 18 de setembro de 2023

Lisboa

2023



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

Mestrado em Serviço Social

O projeto educativo fundador do Instituto de Serviço Social: os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939).

Carolina Ferreira Gomes

Lisboa

Julho, 2023



UNIVERSIDADE LUSÍADA

Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

Mestrado em Serviço Social

O projeto educativo fundador do
Instituto de Serviço Social: os contributos do método
monográfico na produção das primeiras monografias
(1935-1939)

Carolina Ferreira Gomes

Lisboa

Julho, 2023

Carolina Ferreira Gomes

O projeto educativo fundador do Instituto de Serviço Social: os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939).

Trabalho apresentado ao Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientação da Prof.^a Doutora Teresa Rodrigues da Silva

Lisboa

Julho, 2023

Ficha Técnica

Autora Carolina Ferreira Gomes
Docente Prof.^a Doutora Teresa Rodrigues da Silva
Título O projeto educativo fundador do Instituto de Serviço Social: os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939).
Local Lisboa
Ano 2023

MEDIATECA DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

GOMES, Carolina Ferreira, 1999-

O projeto educativo fundador do Instituto de Serviço Social : os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939) / Carolina Ferreira Gomes ; orientado por Teresa Rodrigues da Silva. - Lisboa : [s.n.], 2023. - Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada.

I - SILVA, Teresa Paula Garcia Rodrigues da, 1965-

LCSH

1. Serviço social - História - Portugal
2. Serviço social - Estudo e ensino - Portugal
3. Serviço social - Investigação
4. Instituto de Serviço Social de Lisboa, 1935-1969 - Estudo e ensino
5. Universidade Lusíada. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Teses
6. Teses - Portugal - Lisboa

1. Social service - History - Portugal
2. Social service - Study and teaching - Portugal
3. Social service - Research
4. Instituto de Serviço Social de Lisboa, 1935-1969 - Study and teaching
5. Universidade Lusíada. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Dissertations
6. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. LF4885.L57 G66 2023

Dedico este trabalho à minha avó Bé [in
memoriam].

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Teresa Rodrigues da Silva, que aceitou o meu convite com entusiasmo e emoção. Foi um privilégio poder trabalhar em conjunto com a Professora Doutora Teresa Silva durante todo o processo de elaboração da dissertação, tornou-se mais do que uma orientadora académica, uma mentora que conto continuar a ter presente na minha vida académica e pessoal.

Aos profissionais que compõem o Departamento de Informação, Documentação e Internet (DIDI) da Universidade Lusíada de Lisboa (ULL), nas pessoas do Dr. Helder Machado, do Mestre Paulo Soares e da Catarina Graça que foram incansáveis nos pedidos realizados no âmbito desta investigação.

À Doutora Maria Isabel Rodrigues dos Santos que mostrou grande receptividade ao tema da presente investigação, permitindo-me o acesso à sua Tese de Doutoramento. E com quem tive a possibilidade de trocar algumas ideias.

A todos os meus professores que no decorrer do meu percurso escolar e académico foram contribuindo para a pessoa e profissional que sou hoje, atribuo um agradecimento especial ao corpo docente do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) por todo o apoio e incentivo conferido na jornada com vista à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Deixo também o meu agradecimento ao corpo docente do curso de Serviço Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), onde me licenciiei, responsáveis pela pretensão de dar continuidade à minha formação académica em Serviço Social.

Aos meus pais, Mafalda e Luís, que sempre me apoiaram e incentivaram incondicionalmente nas minhas escolhas e ambições. Sem o seu apoio nada disto seria possível.

Ao meu irmão, Simão, para que o meu percurso lhe sirva de exemplo e o guie nas suas escolhas.

Ao Tomás, pelo seu entusiasmo, alento e compreensão. A sua companhia deu mais significado a este desafio.

Às minhas amigas pelo suporte e pela compreensão da dedicação que votei à elaboração da dissertação. Em especial à minha amiga Bea que se encontra também a concluir o seu Mestrado, com quem pude desabafar e procurar incentivo.

Aos restantes amigos e familiares que sempre mostraram apoio durante todo este processo.

A tod@s o meu muito sincero obrigado!

APRESENTAÇÃO

O Projeto Educativo Fundador do Instituto de Serviço Social: os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939).

Carolina Ferreira Gomes

A presente dissertação tem como título O Projeto Educativo Fundador do Instituto de Serviço Social: os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939), tendo sido desenvolvida no âmbito do Mestrado em Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada, que decorreu entre o ano letivo de 2021/2022 e de 2022/2023. Adota enquanto finalidade estudar o projeto educativo fundador do Instituto de Serviço Social no período compreendido entre 1935 e 1939, com um especial foco nos contributos provenientes da aplicação do método monográfico pelas suas alunas na elaboração de monografias que compõem a Coleção de Monografias, Sociais, Familiares e de Instituições (1936-1973). A história do Serviço Social português conta já com algumas pesquisas e este trabalho vem reforçar esse percurso. Tendo em consideração o seu objeto de estudo, a investigação foi realizada sob o método histórico, com a adoção de uma abordagem mista que privilegia a vertente qualitativa e sob o paradigma compreensivo. No que concerne aos procedimentos adotados estes recaem sobre o estudo de caso e o estudo histórico, tendo sido efetuada pesquisa bibliográfica e documental com vista à recolha de fontes que foram alvo de uma análise documental, tendo ainda as fontes primárias sido alvo de uma análise de conteúdo categorial. Os resultados alcançados permitiram traçar o período histórico entre 1935 e 1939 no Instituto de Serviço Social, bem como entender de que forma se insere o método monográfico na formação das suas alunas, qual o papel que detém na apropriação do ensino em Serviço Social e do Professorado de Educação Familiar e Doméstica, e ainda identificar aquilo que foi o papel da Sociologia na formação destas alunas num período de ditadura.

Palavras-chave: Instituto de Serviço Social; Método Monográfico; Serviço Social.

PRESENTATION

The Founding Educational Project of the Instituto de Serviço Social: the contributions of the monographic method in the production of the first monographs (1935-1939).

Carolina Ferreira Gomes

This dissertation is entitled The Founding Educational Project of the Institute of Social Work: the contributions of the monographic method in the production of the first monographs (1935-1939), having been developed within the scope of the Master's Degree in Social Work at the Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa of Universidade Lusíada, which took place between the academic year 2021/2022 and 2022/2023. It aims to study the founding educational project of the Instituto de Serviço Social in the period between 1935 and 1939, with a special focus on the contributions from the application of the monographic method by its students in the elaboration of monographs that make up the Collection of Monographs, Social, Family and Institutions (1936-1973). The history of Portuguese Social Work already has some research and this work reinforces this path. Taking into account its object of study, the research was carried out under the historical method, with the adoption of a mixed approach that privileged the qualitative aspect and under the comprehensive paradigm. Regarding the procedures adopted, these fall on the case study and the historical study, with bibliographic and documentary research having been carried out in order to collect sources that were subject to a documentary analysis, and the primary sources were subject to a categorical content analysis. The results achieved made it possible to trace the historical period between 1935 and 1939 at the Instituto de Serviço Social, as well as to understand how the monographic method is inserted in the training of its students, what role it plays in the appropriation of teaching in Social Work and the Professorship of Family and Domestic Education, and also to identify what was the role of Sociology in the training of these students in a period of dictatorship.

Keywords: Instituto de Serviço Social; Monographic Method; Social Work.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tema das Monografias.....	86
Gráfico 2 – Ano das Monografias.....	87
Gráfico 3 – Cursos das autoras das Monografias.	87
Gráfico 4 – Presença de Matriz Metodológica nas Monografias.....	90
Gráfico 5 – Consulta de Autoridades Sociais.	92
Gráfico 6 – Presença da descrição de pertenças, inventariação de bens e análise orçamental das monografias.....	94
Gráfico 7 – Presença da descrição da alimentação, da ocupação dos tempos livres e das relações estabelecidas entre os diferentes intervenientes estudados.	97

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Níveis de dinâmica presentes no estudo da Escola enquanto organização.	21
Figura 2 – Modelo de Análise.....	48
Figura 3 – Localização das fontes primárias.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fontes primárias acedidas.....	54
Tabela 2 – Plano de Estudos do Curso de Serviço Social (ano letivo 1935-1936).....	67
Tabela 3 – Especializações em Serviço Social e no Professorado de Educação Familiar e Doméstica (1935).....	70
Tabela 4 – Plano de Estudos do Curso de Serviço Social (1939).....	72
Tabela 5 – Retificação realizadas ao Decreto-Lei nº30:135 de 14 de dezembro de 1939.	74
Tabela 6 – Listagem de Professores e as suas ocupações profissionais (1935-1939).	75
Tabela 7 – Percurso das alunas em tipologia ordinária nos primeiros dois anos de atividade do Instituto de Serviço Social (1935-1936).....	78
Tabela 8 – Processos alunas Instituto de Serviço Social (1935-1991).....	81
Tabela 9 – Informações relativas às monografias analisadas (1936-1939).....	85

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ASS	- Associação de Serviço Social
ASUSS	- Association des Surintendants d'Usines et de Services Sociaux
CLISSIS	- Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social
CML	- Câmara Municipal de Lisboa
DIDI	- Departamento de Informação, Documentação e Internet
EUA	- Estados Unidos da América
JOCF	- Juventude Operária Católica Feminina
ISCSP	- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISS	- Instituto de Serviço Social
ISSSL	- Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa
ISSOPG	- Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral
OMEN	- Obras das Mães pela Educação Nacional
PAPSS I	- Para uma anamnese das primeiras escolas de Serviço Social: dos movimentos de criação à sua materialização na história
PAPSS PT	- Para uma anamnese da primeira escola portuguesa de Serviço Social
UCSS	- Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux
UL	- Universidade Lusíada
ULL	- Universidade Lusíada de Lisboa

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1 – Enquadramento Teórico-Conceptual	18
1.1. Perspetivas sobre a Educação	18
1.1.1. O Papel das Instituições Educativas.....	20
1.1.2. Projeto Educativo: uma abordagem ao seu conceito	23
1.1.2.1. Projeto Educativo Fundador.....	24
1.2. O Método Monográfico: surgimento e aplicação.....	25
1.3. A Construção do Pensamento em Serviço Social.....	27
Capítulo 2 – Enquadramento Histórico	31
2.1. Beneficência, Caridade e Assistência.....	31
2.2. O Movimento Higienista e Médico-Social	36
2.3. O Positivismo: do seu surgimento ao apoderamento do catolicismo social	39
2.3.1. A Escola das Ciências Sociais.....	40
2.3.1.1. A sua presença em Portugal.....	42
2.3.1.1.1. A sua contribuição para o Serviço Social português	44
Capítulo 3 – Enquadramento Metodológico	47
3.1. Objeto de Estudo.....	47
3.2. Estratégia Metodológica	47
3.3. Modelo de Análise.....	48
3.4. Procedimentos	49
3.5. Recolha e Tratamento dos Dados	50
3.5.1. Acesso e análise de fontes primárias	52
3.6. Preocupações Éticas.....	58
Capítulo 4 – Análise e discussão dos resultados: Projeto Educativo Fundador do Instituto de Serviço Social (1935-1939).....	60
4.1. A Materialidade: Primeiros Passos do Ensino em Serviço Social	60
4.2. A Representação: Introdução do Método Monográfico	65
4.2.1. Planos de Estudos.....	66
4.2.1.1. Ano letivo de 1935-1936.....	66
4.2.1.2. Reconhecimento oficial em 1939	71
4.2.1. Corpo Docente	75
4.2.2. Dinâmica Institucional.....	77
4.2.3. Processos Administrativos das Alunas	81
4.3. A Apropriação: Monografias realizadas pelas alunas (1936-1939)	84
4.3.1. Elementos pré-textuais	88
4.3.2. Corpo Textual.....	88

4.3.2.1. Aplicação do método monográfico	89
4.3.2.2. Ensinamentos do Serviço Social e da Educação Familiar e Doméstica 98	
4.3.2.3. Discurso ideológico-político e ideológico-religioso	100
4.3.2.1. As Conclusões.....	101
4.3.3. Elementos pós-textuais	102
Considerações Finais	104
Referências	112
Bibliografia.....	120
Lista de Apêndices	123
Apêndice A - Tabela de análise das monografias.	
Apêndice B - Tabela de análise dos processos das alunas.	
Apêndice C - Tabela de análise para os restantes documentos.	
Apêndice D - Referências presentes no conjunto de monografias estudadas (1936- 1939).	

INTRODUÇÃO

A dissertação aqui apresentada tem como título O Projeto Educativo Fundador do Instituto de Serviço Social: os contributos do método monográfico na produção das primeiras monografias (1935-1939), tendo sido elaborada no âmbito do Mestrado em Serviço Social no ISSSL da Universidade Lusíada (UL), que decorreu entre o ano letivo de 2021/2022 e de 2022/2023.

Em março de 2022 foi publicada uma bolsa de investigação, pelo Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS) da UL, direcionada para estudantes de Mestrado em Serviço Social no âmbito do projeto “Para uma anamnese da primeira escola portuguesa de Serviço Social” (PAPESS-PT). Neste sentido, foi realizada uma candidatura que chegou a bom porto tendo iniciado em julho de 2022. No âmbito da execução do seu plano de trabalhos foram adotados procedimentos de tratamento e análise perante a Coleção de Monografias Sociais, Familiares e de Instituições (1936-1973) desenvolvida pelos alunos do Instituto de Serviço Social (ISS) atualmente ISSSL. Este projeto encontra-se inserido no grupo de investigação I – “Serviço Social: história, pensamento e prática profissional” enquadrando-se na linha de investigação I “História e Pensamento em Serviço Social”.

No período de desenvolvimento destes trabalhos de investigação emergiu a oportunidade de analisar a referida Coleção. Tendo em consideração as características de uma Dissertação foi definido como objeto de pesquisa o projeto educativo fundador do ISS no período de 1935 a 1939, bem como o surgimento do método monográfico na sua oferta educativa.

Esta Coleção que é parte integrante do Acervo do ISSSL (1935-2006), encontra-se na Mediateca da ULL, sob a exclusividade de tratamento pelo projeto intitulado “Para uma anamnese das primeiras escolas de Serviço Social: dos movimentos de criação à sua materialização na história” (PAPESS I) e também pelo PAPESS PT. A bolsa de investigação atribuída ao projeto PAPESS PT vem reforçar o relevo e a emergência de a estudar e analisar estas fontes.

A investigação no âmbito da história do Serviço Social português já conta com algumas pesquisas, sendo, portanto, possível destacar as obras que serviram como guia na elaboração da presente dissertação.

Precursora da investigação em história do Serviço Social Martins (1955-) desenvolve várias contribuições, das quais importa destacar o seu artigo A influência do positivismo e da escola da ciência social de Le Play em Portugal: da segunda metade do século XIX ao Estado Novo Salazarista para a coleção Estudos & Documentos (1990). Este artigo aborda o positivismo, o seu surgimento, os seus adeptos bem como a adoção desta corrente de pensamento, pelas classes mais conservadoras e a sua infiltração em solo português, englobando o período de 1850 até ao período de institucionalização do Estado Novo. O artigo publicado em 1993 na revista Intervenção Social A escola da ciência social de Le Play na construção do conhecimento do serviço social português, que aborda os contributos de Le Play para com a escola das ciências sociais, a sua presença no surgimento do Serviço Social em Portugal e ainda as personalidades que realizaram essas influências. E o livro Génese, emergência e institucionalização do serviço social português que viu a sua segunda edição ser publicada em 2010. Esta obra muito completa, quase como um manual de história do Serviço Social português, aborda de uma forma pormenorizada o contexto e acontecimentos que levaram à urgência e seguidamente ao surgimento do Serviço Social em Portugal, debruçando-se sobre as duas primeiras escolas portuguesas, o ISS (1935) e a Escola Normal Social (1937).

É em 2017 que Silva defende a tese de doutoramento em Serviço Social A primeira escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955), este trabalho recaí sobre o estudo da história da educação e do pensamento em Serviço Social através do estudo do projeto educativo fundador da primeira escola de Serviço Social em Portugal, o ISS. Esta pesquisa deu a conhecer o contexto em que o ISS surge, providenciando fontes documentais de diferentes arquivos e acervos que fundamentam a sua pesquisa e dão conhecimento da Associação de Serviço Social (ASS), que é o seu suporte jurídico, os primeiros cargos de direção, os primeiros cursos e seus planos de estudo, a dinâmica da sua atividade e o seu compromisso para com a sociedade. A investigadora lança o desafio à comunidade académica e científica de explorar em maior profundidade as fontes existentes no âmbito desta temática e do objeto de estudo que impulsiona a sua pesquisa com vista a obter mais fontes, reconhecendo que é clara a sua existência.

Santos (2021a) apresenta um estudo biográfico desenvolvido no âmbito de um doutoramento em Serviço Social, Marie-Thérèse Cécile Lévêque e o Instituto de Serviço Social (1935-1946). História e Memória, dando a conhecer em profundidade a sua

primeira diretora técnica Marie-Thérèse Cécile Lévêque, que exerceu funções entre 1935 e 1946, a partir do estudo da emergência e institucionalização do Serviço Social em Portugal, que culmina na fundação do ISS. Santos (2021a) vem dar a conhecer uma parcela da história do Serviço Social português que até ao momento não tinha recebido a devida atenção e que por isso se encontrava por investigar, identificando de forma clara a ligação existente entre França, nomeadamente a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS), e a criação da primeira escola portuguesa de Serviço Social. Este trabalho contou com uma recolha exímia de fontes documentais em Portugal, França, Bélgica, Suíça e Inglaterra, e veio aferir a linha de continuidade que tem sido dada aos estudos da história do Serviço Social, reforçando a sua importância, relevância e atualidade.

É em 2009 que a revista Serviço Social e Sociedade publica o artigo intitulado Cumplicidades e Interações: contributos para uma análise da produção académica portuguesa no período de 1936 a 1972 da autoria de Maria Emília Ferreira, este artigo é relativo ao primeiro estudo sobre as monografias desenvolvidas pelos alunos do ISS. Permitiu analisar esta produção académica sob o ponto de vista da sua forma e conteúdo, afirmando que esta espelha

“[...] opções temáticas metodológicas, reveladoras da linha evolutiva da formação e das preocupações pedagógicas e profissionais, mas retratam também uma época onde cresceu e se impôs a ditadura, mas, onde igualmente germinaram sementes de liberdade” (Ferreira, 2009, p.162).

Paralelamente, visa ainda compreender a importância e relevância desta produção académica para com a construção da história em Serviço Social, dando um enfoque especial à construção do pensamento sobre o social. A autora reconhece que o estudo das monografias abre a porta para um mundo de possibilidades, naquilo que é o estudo do Serviço Social português, sendo, portanto, um desafio heurístico.

É no âmbito de um doutoramento em Serviço Social que Camile do Vale (2021) desenvolveu uma investigação que adota como título Memorial de uma profissão: a historiografia do Serviço Social em Portugal. Este seu trabalho baseou-se no testemunho de três profissionais de Serviço Social que desenvolveram um contributo para com a ação profissional, o conhecimento académico e intelectual, a luta pela consolidação e reconhecimento do Serviço Social por parte da sociedade portuguesa. Adotando uma metodologia de história oral para compreender e estudar a história do

Serviço Social português, a autora reúne contributos, memórias, que a levaram a reafirmar a importância dos profissionais de Serviço Social na construção da história da sua profissão, uma história coletiva, reconhecendo ainda que esta se molda através dos mesmos.

Todas estas diferentes pesquisas orientaram a presente investigação, mostrando quais os caminhos na história do Serviço Social existem por percorrer. Transcendendo a finalidade da obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo ISSSL. Existiu uma grande vontade, por parte das investigadoras, em contribuir na produção de conhecimento em Serviço Social e estimular produções futuras na vertente da sua história. Dando continuidade ao que foi o percurso das pesquisas realizadas por parte de Assistentes Sociais no âmbito da história do Serviço Social, compreendeu-se a importância e a urgência de continuar a aprofundar o estudo desta temática com vista à preservação da sua memória e à sua acessibilidade.

Tendo em consideração a experiência prática decorrente da bolsa de investigação, e aliando-a com os autores supracitados, surge inevitavelmente uma inquietação. A inquietação inicial, segundo Fortin, Vissandjé e Côté (1999) é o ponto de partida para qualquer investigação, pois é identificada uma problemática que gera inquietação inicial e que, por consequência obriga ao desenvolvimento de uma exploração ou então uma melhor compreensão do fenómeno que é observado.

A inquietação inicial das investigadoras recaí sobre a aplicação do método monográfico na elaboração das monografias que compõem a Coleção de Monografias Sociais, Familiares e de Instituições (1936-1973) do ISS que através do projeto CLISSIS, o PAPESS I, foi alvo de um processo de inventariação, catalogação e descrição. Transformando-se na intenção de realizar uma análise mais aprofundada aos primeiros trabalhos realizados pelas alunas do ISS, designadamente as monografias realizadas entre os anos de 1935 a 1939. E, partindo desta análise proporcionar um aprofundamento de conhecimentos relativos ao ISS, ao seu projeto educativo fundador, e também ao próprio Serviço Social, pois estas monografias são umas das primeiras produções de análise da realidade social à época sobre o olhar de alunas do ISS.

Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019) defendem que uma sólida pergunta de partida é essencial para a fundamentação de uma investigação, ela tem de ser clara, exequível e pertinente. Flick (2013) acrescenta ainda que deve abordar um tema socialmente revelante e que as respostas geradas através da investigação devem permitir algum tipo

de desenvolvimento face à problemática estudada, ou seja, devem gerar novos conhecimentos.

Tendo em consideração a inquietação inicial destacada pelas investigadoras, desenvolveu-se a pergunta de partida, sendo esta: Em que medida o método monográfico fundamenta a produção de conhecimento académico entre 1935-1939 e qual a sua influência na afirmação do projeto educativo fundador do ISS?

O objetivo de investigação é, portanto, o de compreender as dinâmicas geradas pela influência do método monográfico na formação das alunas e na estruturação do projeto educativo fundador do ISS.

Este objetivo de investigação assume como objetivos específicos:

- Situar a realidade institucional do projeto educativo fundador do ISS no período compreendido entre 1935 e 1939;
- Identificar o projeto educativo fundador do ISS e a sua relação para com a sociedade portuguesa da época;
- Compreender o método monográfico e a sua introdução na formação das alunas;
- Estudar as monografias das alunas do ISS produzidas entre o ano de 1935 e o ano de 1939;
- Distinguir as diferenças entre as monografias produzidas por alunas do curso de Serviço Social e alunas do curso de Professorado de Educação Familiar e Doméstica;
- Identificar a presença de autores e correntes de pensamento nas monografias;
- Entender a apropriação do conhecimento pelas alunas do ISS através das monografias.

A presente investigação apoiou-se nos contributos provenientes do estudo das instituições educativas e da História da Educação, ponto central desta investigação. Foi neste sentido realizado um aprofundamento do conceito de educação, de projeto educativo e da peculiaridade de ser de carácter fundador. A pesquisa foi também direcionada com vista à compreensão dos significados fundamentais do método monográfico e a construção do pensamento em Serviço Social.

O presente estudo é quanto ao seu objetivo geral, um tipo de estudo descritivo, tendo como finalidade “[...] aumentar os conhecimentos das características e dimensão de um problema, obtendo-se desta maneira uma visão mais completa.” (Vilelas,2020, p. 214).

Neste sentido foi desenvolvido um trabalho que permitiu a pormenorização de todas as características envolventes do objeto de estudo, o projeto educativo fundador do ISS através da análise das primeiras produções das suas alunas, as monografias (1935-1939).

Na abordagem metodológica optou-se pela aplicação do método histórico, viabilizando de forma mais adequada atingir os objetivos de investigação previamente delineados, sendo feito recurso a uma abordagem mista, com destaque para a abordagem qualitativa. A investigação é desenvolvida sobre um paradigma compreensivo que visa observar atentamente as interações estabelecidas entre a sociedade e o sujeito. O modelo de análise foi elaborado consoante os ensinamentos de Magalhães (2007), mais propriamente sedimentado nas dimensões por ele apresentado de **materialidade**, **representação** e **apropriação**, seguindo os passos sapientemente tomados por Silva (2016a). Os procedimentos seguidos nesta investigação resultaram da combinação do estudo de caso e do estudo histórico, ambos com características singulares que permitiram ir ao encontro das necessidades investigativas. Esta combinação permitiu realizar uma pesquisa bibliográfica e documental sujeita posteriormente a uma análise de conteúdo tipo categorial, sobretudo aplicado às fontes primárias recolhidas.

A investigação desenvolvida enfrentou alguns constrangimentos, gerando inevitavelmente limitações à sua realização. Algumas das fontes primárias encontram-se no Acervo do ISSSL (1935-2006), mais precisamente no fundo ISSSL, sucede que ainda não existe um regulamento de consulta específico, nem os procedimentos em relação à proteção de dados, se encontram, para já, definidos. Este facto resulta em fortes constrangimentos para os investigadores que pretendem ter acesso, ou seja, ainda que as investigadoras se encontrassem envolvidas em pesquisas em torno do Acervo facilitando a comunicação com os serviços e a acessibilidade aos documentos, não foi possível referir algumas informações bem como anexar documentos por razões inerentes a estas limitações.

Os objetivos práticos compreendidos nesta investigação são relativos à produção de uma análise rigorosa às monografias compreendidas entre 1935 e 1939 disponíveis na Coleção de Monografias Sociais, Familiares e de Instituições (1936-1973). Para além da contribuição para o seu conhecimento como um todo e, também, para com a história do ISS e do seu projeto educativo fundador pretendeu-se produzir conhecimento

científico sobre a história do Serviço Social português fortalecendo desta forma, a linha de investigação já existente.

Tal como é referido por Ernesto Fernandes (1985, p.139), Assistente Social e antigo docente do ISSSL, “Deveria ser elementar, como atitude de análise e de projecção do futuro, compreender como espaço que se expressa numa dinamicidade conflitual entre a continuidade e a ruptura, as permanências necessárias e a mudança desejável.”. E é essa a pretensão desta investigação, de permitir através das primeiras produções das alunas, as monografias, compreender as raízes do Serviço Social português e as dinâmicas que marcaram o início da atividade do projeto educativo fundador do ISS.

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos, sendo estes o enquadramento teórico-conceptual, enquadramento histórico, enquadramento metodológico e análise e discussão dos resultados, conta ainda com as considerações finais e apêndices.

O enquadramento teórico-conceptual aborda os elementos chave da presente investigação, sendo estes a educação, o método monográfico e o pensamento em Serviço Social. O enquadramento histórico confere uma perspetiva histórica à investigação, identificando vários acontecimentos cruciais para a correta leitura e entendimento da análise e discussão dos resultados obtidos, sendo estes a Beneficência, Caridade e Assistência, o Movimento Higienista e Médico-Social e o Positivismo. O terceiro capítulo de enquadramento metodológico, identifica a abordagem adotada no decorrer da investigação, descrevendo o objeto de estudo bem como a estratégia metodológica, o modelo de análise, os procedimentos, a recolha e tratamento dos dados e ainda, as preocupações éticas.

O último capítulo é dedicado à análise, interpretação e discussão dos resultados obtidos, dividindo-se em três subcapítulos, a **materialidade**: primeiros passos do ensino em Serviço Social, a **representação**: introdução do método monográfico e a **apropriação**: monografias realizadas pelas alunas (1936-1939). O presente trabalho termina com as considerações finais, resumizando as principais conclusões retiradas da pesquisa realizada. Dispõe, ainda, de um conjunto de apêndices considerados essenciais para a compreensão de aspetos específicos abordados no decurso da presente pesquisa.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1.1. PERSPETIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO

O conceito de educação tem como suas principais definições:

“1) Processo que visa o pleno desenvolvimento intelectual, físico e moral de um indivíduo (sobretudo na infância e na juventude) e a sua adequada inserção na sociedade;

2) Conjunto dos princípios, valores e normas de conduta socialmente transmitidas que estruturam a personalidade de um indivíduo;

3) Processo, geralmente orientado por outrem, de aquisição de conhecimentos e aptidões; instrução.” (Infopédia, 2023).

Definições estas que remetem para diferentes concepções do seu conceito, revelando uma multiplicidade de fatores que lhe são inerentes e com isto afirma-se a sua riqueza de atuação. Através de um processo de reflexão Lopes (2012) considera imprescindível a consulta da tradição clássica da Sociologia, esta que se encontra ainda muito presente nos debates contemporâneos relativos ao conceito de educação. Abordar a tradição clássica é, de acordo com a autora supracitada, abordar Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920). Dos três autores anteriormente referidos apenas Durkheim aborda de forma mais direta a Sociologia da Educação, chegando a produzir “[...] uma série de documentos seminais [...]” (Lopes, 2012, p.1). No entanto, será de relevo entender os diferentes contributos destes autores.

Lopes (2012) reconhece que para Marx a educação era entendida enquanto “[...] uma forma de socialização, de interação dos indivíduos numa sociedade sem classes, no contexto do materialismo histórico.” (p.2). No entanto, a realidade não era essa, de acordo com o seu modelo, o modelo marxista, “[...] a educação é assumidamente um elemento de manutenção da hierarquia social, de controlo das classes dominantes sobre as classes dominadas, isto é, de dominação da burguesia sobre o proletariado.” (p.2). Face a esta concepção da educação Marx propôs uma educação pública e a título gratuito para todas as crianças e jovens, “[...] em direcção à universalização (e à massificação) do ensino, em direcção à educação de e para todos” (p.3). Segundo o autor clássico o processo educativo “[...] deve ser entendido como o processo pelo qual os indivíduos produzem a sua existência [...] numa perspetiva abrangente [...] e como meio de combate a uma alienação crescente, típica das sociedades capitalistas.” (Lopes, 2012, p.4).

Durkheim é de acordo com Sebastião (2009) o primeiro autor clássico a reconhecer a educação enquanto processo social e fenómeno sociológico. Reconhecendo desta forma que

“A sociedade, considerada como meio, condiciona o sistema de educação. Todo o sistema de educação exprime uma sociedade [...] tem também por função perpetuar os valores da colectividade. A estrutura da sociedade [...] determina a estrutura do sistema de educação, e este tem por fim ligar os indivíduos à colectividade e convencê-los a tomarem como objecto do seu respeito ou da sua dedicação a própria sociedade.” (Aron, 1991, p.374).

Este autor idealiza a escola enquanto laica e pública e vê na transferência de conhecimento um procedimento de propagação da ordem social, de reprodução da organização social, sendo, portanto, a educação um elemento fundamental à construção e manutenção de uma comunidade. Reconhece também que as ideias e as ambições de uma sociedade vão flutuando conjuntamente ao momento histórico vivido e, portanto, vão exprimir-se em doutrinas pedagógicas que também irão ficar reféns do tipo de ensino vigente em cada momento (Lopes, 2012). Como é referido por Durkheim (2009, p.89) “Só a história do ensino e da pedagogia permite determinar os fins que a educação deve seguir em cada momento [...] o ideal pedagógico de uma época exprime antes de mais o estado da sociedade na época considerada.”

O terceiro autor mencionado percebe a educação enquanto “[...] um mecanismo que contribui para a manutenção de uma situação de dominação de um grupo em relação a outro [...]” (Lopes, 2012, p.9). Weber enaltece a educação enquanto um mecanismo, uma ferramenta, que permite repercutir a seleção social e conseqüentemente a estratificação social através do êxito individual, pois ao receber educação o indivíduo irá ter como fim a obtenção de um diploma. O diploma por sua vez irá abrir portas em diferentes contextos, estes que por sua vez lhe irão permitir ocupar uma posição social elevada (Lopes, 2012). De acordo com Lopes (2012, p.10) Weber defende ainda que “As instâncias dominantes em cada período histórico participam na definição das finalidades da educação.”

Os três autores clássicos da Sociologia supracitados revelam aquilo que são as suas percepções sobre a educação, estas que são sumarizadas por Morrow e Torres (1997, p.24)

“a educação como um espaço de reprodução ideológica dos interesses da classe dominante (Marx) [...]; como instituições integradoras essenciais para a ordem social

(Durkheim); como fonte de um novo princípio de controlo, isto enquanto racionalidade instrumental ou dominação burocrática (Weber).”

Independentemente das visões distintas, existem orientações comuns entre estes autores em relação à educação. Todos a percecionam enquanto uma instituição social, vinculada à estrutura social da época onde se situa, e ainda reconhecem que a posição que a educação ocupa na estrutura social, a relação que é mantida por ambas com outras instituições revela ser o ponto essencial para compreender a dinâmica da mudança educacional (Lopes,2012, p.11).

1.1.1. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

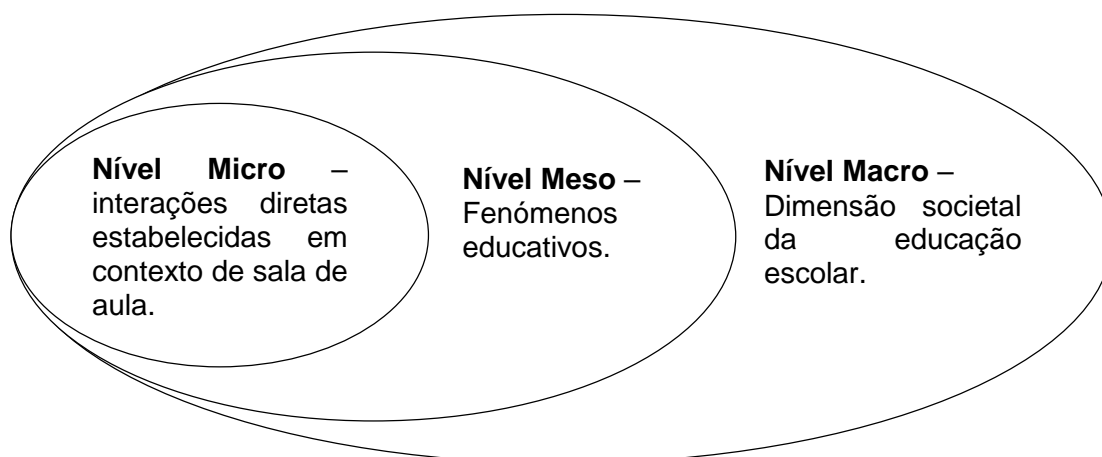
É sob o conceito de educação, que se instituem as instituições educativas, estas que materializam aquilo que é a conceção de educação de uma determinada sociedade num determinado período de tempo, por um determinado grupo.

Morrow & Torres (1997) defendem que para o desenvolvimento de investigação na área educativa e mais especificamente nos sistemas educativos é de relevo ter atenção ao conceito de reprodução, este que segundo os autores supracitados proporciona um ponto de referência vantajoso para o procedimento de comparação entre a sociedade e a educação. O conceito de reprodução, e mais especificamente o de reprodução social, tem origens em diferentes áreas de saber, embora o seu nascimento seja associado à teoria marxista. E de uma forma sucinta diz respeito aos sistemas sociais, às estruturas sociais reprodutíveis, ou seja, estruturas que requerem desenvolvimento, transformação e diferenciação (Barel,1974; Morrow & Torres,1997). Como é explicado por Morrow & Torres (1997, p.22) este conceito revela ser de elevada importância na “[...] determinação dos elementos e das relações cruciais para a transição de uma formação social para outra.”, corroborando ainda com a capacidade de envolver “[...] tanto o gradual desaparecimento como a emergência de novas formas sociais.”, mostrando, pois, um carácter de versatilidade e de auto-ajustamento às exigências da sociedade.

De acordo com Sarmiento (1996) só nos anos 90 do século XX é que as instituições de ensino são consideradas um objeto autónomo de estudo, o que revela que até tal altura nunca tinham recebido a atenção sob esta perspetiva. No entanto, existiu sempre uma reflexão sobre as instituições educativas, reflexões estas que incorporavam “[...] as intenções e finalidades, os processos e as metodologias, as interações e os modelos de ensino e avaliação que ocorrem no espaço escolar.” (p.174), sendo geradas “[...]”

geralmente ora para as políticas de Estado ou a natureza das relações sociais que se jogavam na definição das finalidades educativas, ora se preocupava com a dimensão professor-aluno na caracterização do processo interactivo de ensino e aprendizagem.” (p.174). Este autor refere ainda que o desenvolvimento de estudos em redor da escola enquanto organização oscila entre três níveis: o micro, o meso e o macro. No seu entender o nível micro é composto pelas interações diretas estabelecidas em contexto de sala de aula, o nível meso representa os fenómenos educativos e o nível macro é composto pela dimensão societal inerente à educação escolar, enaltecendo o Estado enquanto constituinte de um papel de relevo para com a construção do campo educativo. De forma a permitir uma melhor compreensão da dinâmica presente nestes três níveis, apresenta-se a Figura 1 que traduz visualmente o anteriormente descrito.

Figura 1 – Níveis de dinâmica presentes no estudo da Escola enquanto organização.



Fonte: Elaboração a partir de Sarmiento (1996, p.174).

Sarmiento (1996) identifica que no nível meso surgem novos desafios de investigação, destacando aquele que no seu entender e na localização temporal do seu contributo é o principal:

“[...] interpretar as relações que se estabelecem, a partir da escola como elemento de referência, entre o campo social da educação-formação e as interações dos diferentes actores educativos na sua acção quotidiana; ou seja, o questionamento do nível meso como elemento medidor entre o macro e o micro constitui hoje porventura o principal problema que se coloca na agenda investigativa em educação.” (p.175).

As preocupações de Sarmiento (1996) são ainda atuais, e no âmbito da história da educação, e mais precisamente na história das instituições educativas existem vários autores que têm ao longo dos tempos vindo a contribuir com as suas reflexões. Dos

quais Justino de Magalhães (1953-), historiador com especialização nas áreas de educação e de pedagogia, que tem vindo a contribuir quer através da publicação de obras, bem como de reflexões neste âmbito. Para este autor, o estudo de uma instituição educativa parte da “[...] noção de instituição [à qual] corresponde uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente atualização - totalidades em organização.” (Magalhães,2004, p.62).

Magalhães (2007, p.3) esclarece que “[...] Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interactiva no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas [...]”, identificando o meio no qual se insere a instituição educativa enquanto eixo principal de problematização e também enquanto caminho que leva à organização da narrativa e à estruturação do conhecimento. Legitimando que

“[...] a história das instituições educativas desenvolve-se por aproximação e distanciamento do objeto, num criterioso ciclo epistémico que culmina com uma síntese crítica, cujas fundamentações, no nível hermenêutica e da heurística, tomam por referência as memórias, o arquivo, a historiografia, visando a uma narrativa coerente que confira uma identidade histórica articulando materialidade, representação, apropriação.” (Magalhães,2004, p.71).

Corroborando, ainda, que a construção do objeto de conhecimento, a instituição educativa, é fruto de uma análise institucional elaborada por via da descrição e representação complexa e dinâmica da instituição e da sua própria realidade institucional, centrado-as num contexto histórico e geográfico previamente definido. Partindo desta noção de complexidade e abrangência inerente ao estudo de uma instituição educativa, mesmo que com um período curto de tempo estipulado para estudo, a investigação alinha-se em três dimensões conceptuais: a **materialidade**, a **representação** e a **apropriação** (Magalhães,2004). Estes conceitos

“[...] fomentam e constituem uma heurística e uma hermenêutica que permitem teorizar, interpretar e traduzir (informar, conceptualizar, interpretar e narrar) a substantivação, o funcionamento e a relação histórica entre os diversos elementos materiais, humanos e culturais envolvidos.” (Magalhães,2007, p.1).

Magalhães (2007) reitera que a compreensão da história de uma instituição educativa não se executa através de uma abordagem descritiva ou até mesmo justificativa da aplicação de uma delimitada política educativa, mas também não se limita às relações das próprias instituições com o meio em que se inserem. Justificando que para entender a realidade história de uma instituição educativa é necessário incorporá-la num

formato interativo, numa moldura ampla que engloba os sistemas educativos tal como os contextos e circunstâncias históricas nos quais se inserem.

Através da análise e comparação de diferentes dissertações realizadas em torno do estudo das instituições educativas Sanfelice (2009, p.198) chega à conclusão de que “Para se captar o que é a singularidade de uma instituição torna-se necessário olhar o universal (a totalidade).”, de acordo com o autor só é possível atingir o entendimento de uma instituição educativa através do entendimento do contexto em que se insere, aquilo que o autor identifica enquanto universalidade, esta que por sua vez é composta por diferentes relações singulares, “[...] é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas suas práticas políticas, culturais, ideológicas e educativas, dentre outras.” (Sanfelice, 2009, p.198 apud Sanfelice (2008, p.11-17). O autor refere ainda que ao desenvolver-se estudos sobre as instituições educativas é possível adicionar conhecimentos no âmbito da história à própria história da educação, “[...] se além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação nelas a totalidade histórica.” (p.198).

O estudo do papel das instituições educativas é indissociável do estudo da história da educação, como é referido pelos diferentes autores que compõem este subcapítulo. O estudo de uma instituição educativa implica a realização de uma contextualização histórica da instituição de ensino alvo de estudo, que irá permitir a identificação e compreensão das diferentes dinâmicas existentes aquando o período de tempo estudado.

1.1.2. PROJETO EDUCATIVO: UMA ABORDAGEM AO SEU CONCEITO

O conceito de projeto educativo é fruto da junção realizada entre dois conceitos, o de projeto e o de educação, levando a entendê-lo enquanto um delineamento, um plano de realização no âmbito educativo, com pretensões instrutivas.

De acordo com Costa (2003) um projeto apresenta um reflexo da própria sociedade e das suas demandas, ao incluir este conceito na vertente educativa, ganha outro sentido, passando a refletir um alinhamento entre aquilo que é a sociedade e as suas exigências e a instituição educativa onde se insere, as suas características e especificidades. Boutinet (1996) frisa a abrangência do termo projeto, reconhecendo que um projeto educativo é aquele que engloba a conceção geral da educação, englobando também em si a própria identidade da instituição educativa e aquilo que projeta ser a sua ação

educativa. Para Oliveira & Júnior (2002) o projeto educativo é entendido enquanto um resultado, uma personagem pertencente à própria história da instituição na qual se desenvolveu, sendo responsável por traduzir a sua cultura escolar, já Magalhães (2004, p.15) entende a educação enquanto “[...] um processo centrado no sujeito e que tende a assumir a modalidade de projeto, cuja representação de futuro medeia entre uma idealização e a realização educativa, na sua complexidade e atualidade”. Macedo (1993) apela ao entendimento do conceito de projeto educativo enquanto uma bússola para a ação das instituições educativas, ressaltando que este

“[...] traduz a política educativa, distinta e original de cada comunidade educativa, construída na gestão de tensões positivas entre princípios e normas nacionais e, princípios, objectivos, necessidades, recursos e modos de funcionamento específicos de cada escola. Porém, ao considerar-se a escola como uma comunidade educativa, estamos perante um constructo social, em que os actores que nele interferem lhe imprimem uma dinâmica de acção colectiva.” (p.3).

Costa (2004) assinala os finais dos anos 80 do século XX como a altura em que o conceito de projeto educativo surge na legislação portuguesa, sendo esta produção realizada com a finalidade de responder às questões emergentes relativas à administração, gestão e autonomia das escolas públicas. Este autor reconhece que apesar dos esforços para uma solidificação das diretrizes pelas quais se devem reger os projetos educativos, esforços esses que se iniciam e que continuam a ser realizados, é necessário assumir que um projeto educativo não pode ou deve ser imposto, tanto de agentes exteriores à escola como internos, é antes uma construção interna.

Independentemente das diferentes visões que afetam diretamente o conceito de projeto educativo, é possível compreender que comporta em si diferentes contributos, sendo estes da sociedade onde se insere, daquilo que é apreendido enquanto educação, da própria instituição de ensino onde se insere e aquilo que almeja realizar na sua ação educativa. É também de notar que durante muitos anos a sua conceção e idealização se encontrava à margem do que era a regularização e o estabelecimento de normas e diretrizes nacionais, ficando sob a responsabilidade única e exclusiva de cada instituição de ensino, de cada escola.

1.1.2.1. PROJETO EDUCATIVO FUNDADOR

Quando se acrescenta ao conceito anteriormente abordado a característica de fundação, ou seja, quando se aborda o projeto educativo fundador, aborda-se aquele

que instituí, sendo por isso reconhecida a sua elevada importância na fundamentação e consolidação de uma instituição educativa. São os primeiros moldes adotados, e é partindo deles que a ação educativa se inicia e desenvolve, contribuindo para uma atualização e reajustamento do projeto educativo, que deixa de ser fundador e passa a contar com diferentes gerações.

Ao remeter para um projeto educativo fundador, é indispensável ir ao encontro do período em que se desenvolve, percorrendo o caminho que o leva até ao momento em que é reconhecida uma renovação da sua estrutura, deixando o projeto educativo fundador de estar vigente e ganhando um outro espaço, o de ser uma referência passada daquilo que foi a atuação da instituição escolar num determinado período, no entender de Silva (2016a) o projeto educativo fundador do ISS, instituição educativa que será alvo de estudo na presente investigação, encontra-se compreendido entre os anos de 1935 e 1955.

1.2. O MÉTODO MONOGRÁFICO: SURGIMENTO E APLICAÇÃO

De acordo com Salomon (2004) a monografia, que resulta na aplicação do método monográfico, surge historicamente num trabalho elaborado por Pierre-Guillaume Frédéric Le Play (1806-1882) intitulado de Les ouvriers européens que é publicado no ano de 1855. Se bem que, é reconhecido o emprego do método desde os anos 30 do mesmo século. A obra supracitada compila trinta e seis monografias e é composta por seis volumes que retratam diferentes realidades familiares e económico-domésticas de operários oriundos de diferentes países europeus, onde o autor viajou com vista à recolha de dados, como reitera Botelho (2002, p.519) “[...] é o resultado de esforços contínuos ao longo das duas décadas e meias nas quais coletou informações e elaborou monografias de famílias de praticamente todas as regiões europeias”. Salomon (2004) refere ainda crer que esta obra de Le Play tenha servido como exemplo, como modelo a seguir, para outros estudos similares feitos em diferentes áreas científicas. Com o passar do tempo o método monográfico passa a ser tomado enquanto terminologia de trabalho científico. Para o autor supracitado a monografia “[...] ocupa [...] o ápice de uma pirâmide, cuja base são o método e as práticas do estudo eficiente, superposta por um corpo de reflexões sobre pesquisa e trabalhos científicos” (p. 254).

Para Almeida (1997) o método monográfico é entendido enquanto uma forma de pesquisa das ciências sociais, que dentro das suas multiplicidades de utilizações, engloba aquilo que é classificado por Greenwood (1965) como “estudo de casos” ou

“análise intensiva”. Quer isto dizer que o método monográfico recorre a uma forma de pesquisa que segundo Greenwood (1965) reúne enquanto características primordiais: a intensidade, a flexibilidade e a acumulação de informação. Intensidade, pois

“[...] O carácter intensivo advém-lhe da grande amplitude e da profundidade da inquirição [...] Uma vez que a finalidade do estudo é uma ampla compreensão, não existem restrições que limitem o investigador quanto ao número de factos a explorar [...] quanto maior for a multiplicidade de aspectos da inquirição e maior o grau de informação obtido por seu intermédio, melhor lhe será possível compreender o caso.” (p.332).

Flexibilidade, pois não existe uma regra no que é relativo à aplicação de técnicas de investigação e da sua sequência, ficando desta forma ao critério do investigador, a terceira e última característica primordial defendida por Greenwood (1965) reflete o aproveitamento de informação que é feito no estudo de caso, sendo este a acumulação de informação que permite ao investigador realizar um aprofundamento amplo de conhecimentos.

Segundo Barquero (1987) a aplicação do método monográfico é realizada com vista a abordar um assunto particular, um tema delimitado, podendo ter duas finalidades, a científica e a escolar que se diferenciam pela tipologia de resultados a alcançar. Na monografia escolar os seus resultados pautam-se por objetivos restritos, previsíveis e incompletos, já a monografia científica almeja resultados vastos, profundos e completos, não só na sua elaboração se denota as suas diferenças, também o perfil de autor se distingue, pois, nas monografias escolares os seus autores são alunos, principiantes na aplicação do método monográfico, já as científicas são elaboradas por autores com experiência. O autor supramencionado refere ainda que existe mais um termo utilizado, o de trabalho monográfico, sendo que este se posiciona em termos de rigor abaixo da monografia escolar, a sua finalidade é a de redesenhar, redescobrir a verdade, teorias e feitos já realizados, mas que ainda não são detentores de um conhecimento pleno e aprofundado, sendo que neste sentido se realizam estes trabalhos com vista a proporcionar a consolidação de conhecimentos em falta.

No que concerne à elaboração de uma monografia, é possível identificar que são cinco as suas etapas. Em primeiro lugar estipula-se o tema, fruto de uma imposição, sugestão ou seleção livre, sendo que esta etapa engloba além da seleção a sua compreensão e delimitação. Seguidamente é formulada uma hipótese que consiste num conjunto de suposições, ou apenas numa, sendo resultado da intuição do autor e servirá de base para o trabalho. A terceira etapa é relativa ao estudo realizado, abrangendo desta forma

todos os procedimentos de estudos, tais como a observação, obtenção de dados e documentos, a seleção do que é relevante dentro daquilo que foi estudado e a própria estruturação da monografia com base nos conteúdos obtidos. As duas últimas fases, a conclusão e introdução, são relativas à elaboração de conteúdos para a monografia tendo um olhar geral para todo o processo de realização, sendo que na conclusão é confrontar entre o ponto de partida da monografia e a sua chegada ao final, a introdução relata de uma forma sucinta todo o processo em volta da monografia e a forma como é estruturada (Barquero,1987).

1.3. A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão e uma área científica de saber fruto de diferentes contributos sendo que

“[...] os seus fundamentos científicos [encontram-se] no quadro das ciências sociais e humanas, e os seus fundamentos éticos nas questões dos direitos humanos, da dignidade humana, da justiça social e da autodeterminação do sujeito como pessoa/cidadão.” (Ferreira,2011, p.63).

É adotada pela comunidade científica de Serviço Social uma postura contínua de reflexão, inovação e construção do seu espaço, quer este seja o de atuação ou de produção científica. É, portanto, possível compreender a existência de um caminho contínuo que é percorrido e que culmina na construção do próprio Serviço Social, nomeadamente no seu pensamento, e é neste sentido que se torna fundamental entender o percurso inicial que permitiu o reconhecimento e a autenticação do Serviço Social enquanto disciplina científica.

Montaño (2007) ao explorar a natureza da origem do Serviço Social revela ser absolutamente necessário a compreensão de duas teses, que se dedicam sobre a natureza e o processo de origem do Serviço Social e que revelam ser antagónicas, excluindo-se mutuamente. A primeira tese expõe uma perspetiva endogenista face à origem do Serviço Social, a segunda tese expõe uma perspetiva histórico-critica.

A perspetiva endogenista é a primeira a surgir, “[...] sustenta a origem do Serviço Social na educação, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na “questão social” (Montaño,2007, p.20), no entender desta perspetiva as bases da profissão do Assistente Social concentram-se nas primeiras tipologias de ajuda. A questão social surge no período da revolução industrial, esta que se inicia no século XVIII e se estende até ao

decorrer do século XIX e que vem transformar e desenvolver as sociedades sob o ponto de vista tecnológico e industrial. É acompanhada por um exponencial crescimento do capitalismo, um regime económico que privilegia o mercado livre e onde o poder político está dependente do capital, vai também levar ao surgimento de novas situações de precariedade no âmbito laboral e socioeconómico e o agudizar das já existentes, passando a ocupar um papel central na agenda política, este graças à elevada proporção do movimento operário (Estanque,2006).

É de referir, ainda, que dentro desta perspetiva vários são os nomes que se encontram enquanto seus defensores, dos quais Ezequiel Ander-Egg (1930-), todos eles com alguma relação perante a produção de conhecimento na área do nascimento, génese e história do Serviço Social.

A perspetiva endogenista reúne duas correntes: a que identifica o surgimento do Serviço Social ao período da origem da própria História, associando o seu surgimento a qualquer prática anterior de ajuda, e a que remete o período do surgimento do Serviço Social como o período pós-revolução industrial onde eram desenvolvidas “[...] formas de ajuda, organizadas e vinculadas à “questão social”” (Montaño,2007, p.20). A tese endogenista tem “[...] plena repercussão na atualidade, aparecendo como a única, a oficial ou a natural interpretação sobre a génese do Serviço Social na maioria das instituições de ensino e dos professores.” (Montaño,2007, p.20).

A perspetiva histórico-crítica

“[...] entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-económicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemónica, quando, no contexto de capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas às questões sociais.” (Montaño,2007, p.30).

Esta tese que é apoiada por diferentes autores, dos quais Vicente de Paula Faleiros (1941-), realiza uma conexão entre a profissão e a sua ação política, sendo esta última responsável pelo agir profissional e por consequência a própria profissão. Marilda Villela lamamoto (1992) reforça esta tese ao defender que a profissão de Assistente Social é um “produto histórico” que resulta com a finalidade de ser um órgão reprodutor das relações sociais, isto é, é um resultado das necessidades sociais que surgiram em consequência ao capitalismo, face às quais o Estado necessitou de criar respostas, daí esta tese remeter o surgimento da profissão de Assistente Social para a implementação de políticas sociais.

Após o seu surgimento, o Serviço Social passa para uma fase de desenvolvimento e consolidação, de acordo com Salord (1990) esta fase é marcada pela institucionalização da beneficência privada, pela ampliação das funções do Estado e a implementação de políticas sociais, e também pelo desenvolvimento das várias ciências sociais. Considerando que o seu percurso inicial, a sua génese, não foi só composta por contributos de instituições, mas também de indivíduos, que no seu percurso profissional e pessoal contribuíram para a emergência da profissão, iremos destacar os contributos de Jane Adams (1860-1935) e Mary Richmoond (1861-1928). A primeira foi a responsável por importar para os Estados Unidos da América (EUA) o modelo dos Social Settlements¹, não se ficando apenas por este feito, procurou desenvolver a ação que era realizada por esta resposta inserindo nela uma nova metodologia de intervenção. Além de contribuir para o surgimento de uma instituição com o modelo de atuação dos Settlements, a Hull House, contribuiu para que existisse um espaço aberto ao debate sobre os problemas sociais, levando a um envolvimento político por parte dos trabalhadores sociais, e também gerando uma co(construção) do pensamento em Serviço Social, promovendo desta forma o desenvolvimento de novas políticas sociais e também de um trabalho ativo no âmbito da investigação social (Dauder & Sedeño,2015).

Mary Richmoond, foi também outra importante pioneira do Serviço Social, teve um percurso profissional marcadamente ligado à intervenção social, mas não foi só esse o seu legado para com o Serviço Social. A autora deixou vários livros, dos quais é de destacar a sua obra Social Diagnosis (1917), obra esta onde consta o primeiro contributo no âmbito teórica em Serviço Social e também a matriz científica da profissão. Desenvolveu mais obras no âmbito de explorar temáticas e ferramentas importantes ao Serviço Social (Richmond,1917), os seus contributos foram de tal importância que na atualidade ainda são uma referência para os profissionais de Serviço Social.

As duas figuras mencionadas assumiram um papel na própria construção do pensamento em Serviço Social, como já referido, construção esta para a qual Soydan (2004) chama a atenção para duas variáveis conceptuais, que considera,

¹ O Movimento dos Social Settlements surge em Londres no final do século XIX num bairro operário. Inicia-se enquanto movimento social que rapidamente se transforma num projeto de intervenção comunitária e local, a sua intervenção traduzia-se em promover ações de formação e educação para a população mais desfavorecida de forma a promover a sua capacitação e empoderamento, conferindo a estas pessoas um papel ativo no seu processo de mudança. A intervenção era realizada em grupo e comunidade, conferindo um sentimento de pertença e promovendo a entreeajuda de pessoas que se encontravam em situações semelhantes.

indispensáveis aquando se pensa nos principais elementos da evolução da história do pensamento, enquanto prática e disciplina, sendo estes a teoria e a prática, consideradas responsáveis pela condução da construção do seu pensamento.

A tradição clássica que divide a prática profissional em Serviço Social de casos, grupo e comunidades é alvo de interrogação, esta que leva a que anos 60 do século XX se realize a sistematização de um novo método, o método integrado. O método integrado vem negar as limitações inerentes a uma prática profissional que se distribui por graus de intervenção, conferindo a possibilidade de compreender as problemáticas que se dispõe no âmbito micro, meso e macro considerando as políticas sociais, de administração social e também de planeamento e avaliação, permitindo desta forma uma abordagem integrada que cria modelos específicos de intervenção, surgindo assim uma nova ótica sobre o Serviço Social, esta que rompe com a visão clássica. Esta nova visão em muito se deve ao movimento de reconceptualização que conferiu uma regeneração do pensamento em Serviço Social que teve uma clara influência direta na sua realidade, prática e profissional (Amaro,2015, p.90-91).

O pensamento em Serviço Social encontra-se em constante construção, apesar de atualmente se encontrar numa posição mais sólida do que nos anos 20 do século XX. Como é referido por um entrevistado na obra Urgências e Emergências do Serviço Social (Amaro,2015, p.101)

“a questão do pensamento em Serviço Social e dos diferentes pensamentos dos serviços sociais não é uma questão de gerações nem uma questão de tempos, é uma questão de posição política e ideológica, (...) é uma questão de correntes de pensamento.”

E é considerando a afirmação anterior que se reconhece a fonte de influência por detrás da construção do pensamento em Serviço Social, sendo ideológico-política, e reconhecendo também o cariz não definitivo que leva os profissionais e alunas de Serviço Social a um exercício diário de reflexão e diálogo em prol da reconstrução e (co)construção do seu pensamento.

CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

2.1. BENEFICÊNCIA, CARIDADE E ASSISTÊNCIA

Até à implantação da República (1910) desenvolveram-se em Portugal diferentes Obras de Assistência, quer seja no âmbito público quer como no privado. De acordo com Martins (2010) é palpável a influência existente por parte de França perante o começo do surgimento de organizações de caridade em Portugal no século XIX, interligando o surgimento de diferentes organizações, tais como, a Congregação das Servas dos Pobres ou também conhecida como Filhas da Caridade (1819) e as primeiras Conferências de São Vicente de Paulo (1859), com instituições francesas congêneres já existentes. Se bem que, em território nacional já existiam outras instituições que atuavam na área da beneficência e caridade, como é o caso das Misericórdias, estas respostas mostravam-se débeis perante aquilo que era o desenvolvimento do capitalismo e da questão social em Portugal no século XIX.

Através do contributo de diferentes governos liberais começa-se a entender que a administração da beneficência cabe ao Estado, e neste sentido são reunidos esforços com vista a melhor conhecer respostas no âmbito da beneficência para com as populações mais vulneráveis, chegando mesmo a serem realizadas visitas ao estrangeiro (Martins,2010). Seguidamente inicia-se o surgimento de respostas no âmbito da organização pública, tal como creches, albergues noturnos e lactários. Em 1899 os serviços de beneficência tornam-se dependentes da Direção-Geral de Saúde e de Beneficência Pública, surgindo em 1901 um Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e de Beneficência Pública que veio estipular de forma clara o papel e a função de cada órgão existente no âmbito desta área de atuação e como se organizavam entre si. A elaboração deste Regulamento representou um elevado empenho para com a melhoria da prestação de serviços no âmbito da Beneficência e Saúde, assegurando assim, uma maior intervenção do Estado (Pereira,2012).

Nos primórdios do século XX foi elaborada uma proposta de lei que tinha como pretensão “[...] regulamentar e organizar a beneficência pública como função do Estado e introduzir mecanismos de fiscalização e de comprovação das necessidades dos candidatos a essa assistência.” (Martins,2010, p .89). Esta proposta não chega a bom porto, pois não se fundamentava em conhecimento das necessidades reais sentidas, e, portanto, foi muito contestada. Através desta proposta de lei, é possível compreender

que “[...] associa-se à assistência uma função de vigilância dos pobres, aconselhamento, educação dos costumes e moralização do comportamento.” (Martins,2010, p.90). Ainda na primeira década do século XX são criados serviços de beneficência pública, bem como a sua devida regulamentação. Existia nesta época um esforço contínuo por criar mais respostas, sob o cariz público.

Apesar de todos os esforços realizados no âmbito da solidificação e regulamentação da Assistência Pública, existia ainda um grande debate entre quais os papéis a assumir por parte da Assistência Pública e Privada, Trindade Coelho na sua obra Manual Político do Cidadão Português (1906) reconhece a presença da aristocracia portuguesa no âmbito da intervenção para com os mais vulneráveis e tece-lhe algumas críticas

“[...] Às comissões protectoras dos pobres incumbe [...] dirigir expediente de todas as petições de socorros [...] formular, mediante os mais rigorosos inqueritos, o seu parecer acerca da pretensão e merecimento de cada candidato. A concessão do socorro depende, porém, de despacho do governador civil [...] é mais uma forma de centralização, agravada pela constituição aristocratica das chamadas comissões - protectoras dos pobres.

A melhoria da sorte dos infelizes e dos humildes não é problema que se resolva por esta forma. A velha noção de caridade, que fez d’esta uma simples obrigação moral, é preciso oppor a do direito dos infelizes e dos humildes à parte que os ricos e os ociosos, seus protectores vaidosos ou egoistas, lhes usurpam dehumanamente.” (p.273).

Martins (2010) reconhece também a existência, embora com elevada suavidade, das influências estrangeiras a enraizarem-se junto dos altos dirigentes de instituições públicas e privadas e também de médicos que contribuem para que comecem a surgir políticas com características próprias dos moldes da Assistência Social, destas influências denota-se o papel dos EUA.

O percurso com vista ao estabelecimento do Serviço Social nos serviços de Assistência, quer pública quer privada, procede-se, de acordo com Martins (2010), entre a instituição da república até à implementação do Estado Novo. Embora note que já tenha existido, durante o período da monarquia (1143-1910), o reconhecimento de que a ação individual com vista a dar resposta às necessidades dos mais vulneráveis não era suficiente e neste sentido ter sido encomendado um estudo com vista a arquitetar um plano de organização da Assistência Pública. Os factos históricos demonstram que é após sete meses da instauração da República que foram criados serviços de Assistência Pública, sendo que foram alvo, posteriormente, de uma reforma que tinha como fim

descentralizar os serviços resultando na separação entre a Assistência Pública e a Saúde, concedendo desta forma o reconhecimento de que a Assistência Pública não se limitava apenas à intervenção no campo da Saúde (Martins, 2010).

Durante a ditadura militar instituída por Sidónio Pais, entre dezembro de 1917 e dezembro de 1918, vivia-se num período de degradação contínua das condições de vida, resultado da combinação entre epidemias, fome e guerra. No sentido de colmatar as necessidades sentidas foram concebidas medidas de cariz assistencial e providencial, tais como a criação de bairros operários, o reforço das cantinas escolares, o aumento da capacidade de respostas dos Hospitais, através de uma contratação de mais profissionais da área da enfermagem, e também do estímulo de Obras Particulares de Assistência (Martins,2010; Pereira,2012).

Os seguros sociais começam também a ganhar atenção por parte da sociedade portuguesa do século XX, em 1919 é decretado a obrigatoriedade dos seguros sociais no âmbito da Saúde e da Invalidez, apesar de esta iniciativa ter apenas resultado na criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral (ISSOPG) e na disseminação do princípio da responsabilidade patronal para com os acidentes decorrentes em meio laboral (Pimentel,1999; Martins,2010). As Misericórdias, instituições particulares com um legado assistencial, começam a receber apoios diretos do Governo, apoios estes que visam atribuir autoridade ao Governo para vigiar as práticas institucionais e também a própria articulação interna, chegando mesmo a impor obrigações, tais como a de pedir apreciação do Governo face a projetos futuros que de alguma forma visem a modificação dos estatutos ou compromissos já estabelecidos anteriormente (Martins,2010).

Em 1924 as Misericórdias impelidas por uma crise económica, uma redução geral dos seus rendimentos e o enfraquecimento do desenvolvimento das suas atividades realizam o seu primeiro congresso. A segunda edição vem a ter lugar no ano de 1929, este já desenvolvido noutro contexto, um contexto muito mais favorável às Misericórdias, pois encontrava-se já em vigência a Ditadura Nacional (1928-1933) que lhes permitia respirar, após o grande sufoco provocado pelos regimes republicanos, ainda que Sidónio Pais tenha conferido um breve alívio. Neste congresso foi colocada a interrogação de quem, nas Misericórdias, é que assumia a função de prestar assistência, e que formação detinha. Branca Rumina (1898-1988), realiza uma intervenção onde sugere a ampliação do Serviço Social hospitalar à Misericórdia. Já em

1932, no terceiro congresso, José Maria Ferraz realiza uma intervenção onde reivindica um maior apoio do Governo para com as Misericórdias, onde reconhece a importância de utilizarem como guia para a sua intervenção os valores pelos quais foram fundadas, os valores da ação social cristã, destaca como preocupações a questão social e faz referência às Encíclicas Sociais que norteiam a ação social de cariz religioso, propõe ainda, a organização do Serviço Social (Martins,2010).

É, ainda, em tempos republicanos que em Portugal surgem os Tribunais de Infância, estes que de acordo com Martins (2010) são claramente fruto da influência norte-americana. O surgimento desta resposta, no âmbito da intervenção com crianças e jovens, é acompanhado por uma evolução do pensamento e pela própria projeção da Assistência Pública, pois no seu seguimento são criadas outras respostas tais como as Tutorias de Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças. Estas respostas seguem uma lógica de apoio, defesa e proteção das crianças e jovens, não tendo como fim a sua punição. É em 1925 que estes Tribunais se alargam a todo o território nacional (Martins,2010).

No âmbito da resposta supracitada assiste-se ao crescimento da atenção de quem são os profissionais que exercem funções nesse âmbito e qual a sua formação. Além de terem de ser detentores de um perfil adequado, que se traduz numa boa índole e competências na área da educação e da proteção, mesmo que exerçam funções a título voluntário, começa a ser necessário que estes profissionais obtenham formação no estrangeiro, das quais em escolas de Serviço Social. O sucedido contribuiu para a emergência da criação desta escola especializada em território português, mas não foi apenas este o único contributo. Os delegados de vigilância, que exerciam funções nos Tribunais de Infância, também eles contribuíram para o reconhecimento da necessidade da profissionalização do Serviço Social em Portugal ao revelarem ser insuficientes para a execução da intervenção pretendida e à falta de formação técnica (Martins,2010). Neste âmbito, Martins (2010) destaca José Beleza dos Santos (1885-1962), jurista e professor de Direito na Universidade de Coimbra, que acompanhou atentamente o debate que surge no âmbito da intervenção dos Tribunais de Menores em torno do Serviço Social. Reconhece a abrangência da sua atuação, sensibilidade adquirida por via do contacto com realidades estrangeiras no âmbito do Serviço Social.

Quando se aborda o papel das Obras de Assistência, quer esta seja pública ou privada, para com a emergência e o surgimento do Serviço Social em território lusitano, é

também, indispensável compreender o importante papel da mulher. A mulher portuguesa vê a partir da instituição da Primeira República uma gradual modificação do seu papel na sociedade, embora de uma forma morosa, alcançando direitos que estavam apenas reservados aos homens. No âmbito da esfera laboral, é com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que a mulher se começa a inserir no mercado de trabalho, sendo que a partir daí gradualmente vai ocupando diferentes funções, chegando a alcançar o acesso a formação específica para o exercício das suas funções. No âmbito da educação, é com a Primeira República que existe um investimento nesta vertente, ainda assim este teve pequenas repercussões na escolarização da sua população feminina, em 1940, aquando o oitavo recenseamento da população portuguesa, a taxa de analfabetismo feminino era a de 65%, um valor considerável (INE, 1945). As mulheres portuguesas encontravam, sobretudo, lugar de destaque na vertente assistencial e filantrópica, lugar este que lhes conferiu acesso a cargos de poder, sendo importante também ter em consideração que estes lugares eram ocupados sobretudo pela aristocracia, burguesia e também Igreja Católica. O movimento feminista português viu no trabalho desenvolvido no âmbito assistencial, e não de caridade, um local de empoderamento da mulher, reforçando a importância da profissionalização da Assistência e da Educação, enquanto espaços de exercício profissional da mulher (Martins, 2010).

Com a implementação de um novo regime em Portugal, o Estado Novo (1933-1974), naturalmente surgiram alterações aquilo que eram as práticas da Primeira República Portuguesa, nomeadamente no âmbito da Assistência. A Constituição de 1933 não englobou o direito à Assistência Pública, algo que se encontrava consagrado outrora. Contudo, esta nova constituição que é publicada a 22 de fevereiro reconhece que o Estado tem como responsabilidade “Coordenar, impulsionar e dirigir todas as actividades sociais” (Decreto nº 22:241, 1933, p.228) bem como “Zelar pela melhoria de condições das classes sociais mais desfavorecidas, obstando a que aquelas desçam abaixo do mínimo de existência humanamente suficiente” (Decreto nº 22:241, 1933, p.228). Para Pimentel (1999) é apenas um ano após a institucionalização do novo regime político que a Assistência Pública recebe atenção e começa a ser discutida, destacando o papel de relevo do I Congresso Nacional que permitiu a abertura do diálogo sobre esta questão e onde “[...] ficou claramente definido o papel «supletivo» do Estado relativamente às iniciativas particulares, nomeadamente da Igreja Católica” (p.479). Tendo em consideração os diferentes contributos deste congresso foi “[...] constituída em 1937 [...] uma comissão de estudo para a reforma dos serviços de

assistência [...]” (Pimentel,1999, p.480). A área da Assistência Pública não foi em momento algum uma preocupação política, pois

“Os dirigentes do regime e o próprio Salazar [...] atribuíam a miséria em Portugal a dois defeitos principais: a preguiça e a imprevidência [...] a assistência social, se fosse excessiva, acabava por humilhar as pessoas assistidas e por estimular o «parasitismo». Por isso [...] o Estado Novo propunha-se [...] reduzir ao mínimo «as necessidades de assistência porque o mais importante era fazer a profilaxia da miséria e da simples necessidade pela previdência e ordenação de trabalhos públicos»” (Pimentel, 1999, p. 482).

Não obstante o pouco investimento na Assistência Pública, no período do Estado Novo, existia já um legado assistencial em Portugal que permitiu o crescimento da ação social sob cariz público e também privado, que assumia todas as instituições e ações desenvolvidas sob o nome da beneficência, da caridade e assistência, o que contribuiu para o questionamento de que profissionais deveriam intervir e sob que formação, ao qual se juntou o Movimento Higienista e Médico-Social.

2.2. O MOVIMENTO HIGIENISTA E MÉDICO-SOCIAL

Nos últimos 25 anos do século XIX existiu um grande impacto por parte das descobertas realizadas por Pausteur (1822-1895) na forma como se analisam e estudam as doenças, tal como as formas de as prevenir, desencadeando a conceção de novos serviços e, por conseguinte, a formação de novos profissionais. É neste sentido que o ensino na área de conhecimento da Higiene ultrapassa as escolas de Medicina, proliferando em outras tipologias de ensino, tais como as escolas industriais e agrícolas. Sendo também assunto abordado largamente pela comunidade académica e científica, contando com publicações em revistas médicas e participações em conferências (Martins,2010).

Começam a surgir, em Portugal, várias repostas na área Médico-Social, tais como a Liga Nacional contra Tuberculose (1899), a Assistência Nacional aos Tuberculosos (1899) e a proliferação de dispensários antituberculoso por todo o território nacional.

“Além das várias formas de assistência médica, as actividades desenvolvidas pelos dispensários, apontam para outras, como a difusão dos princípios e preceitos higiénicos às famílias. Isto leva a adoptar novas técnicas por exemplo, as visitas domiciliárias e os inquéritos aos doentes. Os médicos vêem-se confrontados com uma intervenção que ultrapassa as paredes do gabinete médico, tendo de alargar a sua acção ao local onde vivem os seus pacientes.” (Martins,2010, p.65).

Esta necessidade leva a que os Médicos se sintam subcarregados e rapidamente procurem auxílio para garantir a vigilância perante a aplicação das instruções de higiene e a educação das próprias famílias. Neste sentido as mulheres católicas começam a

ganhar um papel mais ativo, agindo de acordo com os valores da caridade e a título voluntário. É durante o período em que o liberalismo se implementa em Portugal, através da Primeira República, que se dá um processo de laicização, iniciando-se a formação das visitadoras sociais, profissionalizando-as e também outros agentes de assistência com destaque para as enfermeiras, para estas a sua profissionalização revelou ser uma forma de oposição às enfermeiras pertencentes a ordens religiosas. O regime republicano adota também como preocupação a criação de novos serviços de higiene (Martins,2010).

Mais tarde, durante o período do Sidonismo, a ação de mulheres católicas e seus apoiantes intensifica as Obras de Caridade e Assistência que com a laicização tinham perdido poder de atuação. A combinação entre vítimas de guerra e as doenças existentes vão dar ainda mais vigor às propostas realizadas por parte da Medicina Social e dos Higienistas. Em 1920 é realizada por parte do Ministério da Instrução a proposta de criação de enfermeiros escolares, incluindo na sua formação conhecimentos de higiene e profilaxia, estes profissionais teriam como funções o acompanhamento dos alunos e das suas famílias nas matérias relacionadas com a área da Saúde e da Higiene. Esta proposta foi considerada e estudada, culminando em diferentes contribuições por parte de Médicos e chegando a ser desenvolvido pela Universidade Popular Portuguesa um curso de enfermeiras escolares (Martins,2010).

É entre as décadas de 20 e 30 do século XX que surge abertura perante algumas das intenções dos Médicos Sociais e Higienistas. Ricardo Jorge (1858-1939) leva a cabo uma reorganização dos serviços de Saúde Pública e de acordo com esta reorganização surgem as visitadoras sanitárias, que realizavam o acompanhamento de doentes, fazendo visitas domiciliárias aos bairros pobres. Os seus primeiros cursos de formação foram desenvolvidos em 1929 e 1930, Martins (2010, p.72) considera estas as primeiras visitadoras oficiais de crianças em Portugal.

Existiram vários esforços por parte da comunidade médica para a criação da profissão de Serviço Social, a destacar o primeiro ensaio sobre Serviço Social, realizado por José Pacheco de Miranda em 1924, a proposta de profissionalização elaborada por Branca Rumina em 1925 (Martins,2010). E a preleção proferida por José Lopes Dias Júnior em 1932, a convite da Associação Mutualista Covilhanense, onde identifica o Serviço Social enquanto “[...] todo o esforço tendente a elevar a dignidade humana [...]” (p.7). E onde reconhece, sustentando-se em diferentes autores, que a caridade individual e a

filantropia não bastam para atenuar as situações de fragilidade social, contribuem apenas para colmatar temporariamente as necessidades sentidas que por sua vez vão voltar a surgir visto a situação geradora não ter sido alvo de qualquer tipo de intervenção.

Ainda em 1932 o então Delegado de Saúde de Lisboa e Diretor do Dispensário de Lisboa, Dr. Alfredo Tovar Lemos, aborda no livro Serviço de Assistência Social a existência de Serviço Social no âmbito hospitalar em diferentes países, tais como os EUA e a França, situa a importância da sua existência que permite sob a vertente social uma melhor e mais aprofundada intervenção clínica. Reconhece que estes profissionais encontram-se “[...] em colaboração íntima com o serviço clínico e sob dependência dele.” (Lemos,1932, p.10), refere ainda que

“Aos serviços de Assistência Social compete:

- 1.º A educação do doente
- 2.º A vigilância do tratamento
- 3.º A despistagem na família
- 4.º O auxílio social” (Lemos,1932, p.10).

Dois anos mais tarde forma um curso complementar às visitadoras sociais (Martins,2010), sendo este composto por doze lições, incluindo ainda a projeção de um filme relativo aos assuntos abordados e ainda o desenvolvimento de estágios com a duração de um mês nos quatro dispensários existentes na cidade de Lisboa, denominado de “O 1º Curso de Assistentes Sociais” (Lemos,1934). Dentro do plano de formação existe a notar uma não moralização do Serviço Social, ou seja, as indicações dadas eram a de não julgar o doente e ter como objetivo auxiliar e garantir o tratamento da sua doença. Os serviços prestados pelas visitadoras sanitárias com esta valência ganham grandes proporções, repercutindo-se no ganho de alguma atenção por parte dos responsáveis da área da Saúde

É no decorrer da relação estabelecida entre Médicos e Organizações de Assistência que surge a compreensão da relevância de se desenvolver uma nova profissão e formação, tendo como referência concretizações na área da Assistência e do Serviço Social no panorama internacional que alinhavam a Medicina Social, a Assistência e um Estado interventor no âmbito social (Martins,2010).

2.3. O POSITIVISMO: DO SEU SURGIMENTO AO APODERAMENTO DO CATOLICISMO SOCIAL

Auguste Comte (1798-1857) foi um filósofo e escritor francês que no âmbito dos seus trabalhos desenvolveu uma filosofia, uma corrente de pensamento, o Positivismo. Esta corrente excluí “[...] todos os problemas que comportam soluções transcendentais ou que requiram outros métodos além daqueles que a ciência admite.” (Costa,1950, p.363), colocando desta forma em causa as áreas ligadas à espiritualidade, à intuição e ao transcendente, pois não reconhecia a validade dos seus conhecimentos, defendendo que apenas o conhecimento científico apresentava legitimidade. O Positivismo surge enquanto resultado direto do desenvolvimento das ciências ocorrido entre o século XVI e XVII e foi responsável por provocar uma perda de influência e poder da Igreja Católica sobre as sociedades, nomeadamente a portuguesa, além disso o seu nascimento encontra-se ele também alinhado com o da Sociologia (Lacerda,2009).

A Sociologia nasce com a finalidade de se estabelecer enquanto fonte de saber positivo sobre a realidade social, ou seja, pretende ser “[...] uma ciência que verificasse a sociedade da mesma forma como as outras ciências olhavam para as suas realidades.” (Borrvalho,2016, p.26), apresentando-se assim como “[...] uma ciência “natural” da sociedade” (Martins,1990, p.1). Guidens (2008) identifica o seu nascimento enquanto resultado de três grandes acontecimentos: a Revolução Francesa (1789-1793), a Revolução Industrial e o elevado crescimento populacional ocorrido no século XIX.

De acordo com Martins (1990) é no decorrer da conjuntura política e socioeconómica da “Regeneração” em Portugal, que surge na década de 50 do século XIX, altura esta em que a “questão social” se encontra muito presente no contexto político, que as classes intermédias portuguesas apresentam alguma receptividade para com o Positivismo, este que irá conferir uma explicação do fenómeno do capitalismo e dos efeitos sociais por ele provocados após as revoluções liberais, com destaque para a revolução de 1848. O Positivismo irá conferir uma possibilidade às classes intermédias, com foco na pequena burguesia industrial e comercial, de darem respostas às suas necessidades sem refutar o modelo do capitalismo.

É a partir do meio académico de Lisboa, Porto e Coimbra que se inicia a divulgação do Positivismo em Portugal. Não sendo, portanto, de estranhar que os primeiros positivistas portugueses estejam, pois, ligados ao meio académico tal como é o caso de Manuel Emídio Garcia (1838-1904), académico de Coimbra que foi o responsável por iniciar os

estudos da Sociologia em Portugal (Braga da Cruz, 1983, p.9), de Teófilo de Braga (1843-1924) pertencente também ao meio académico de Coimbra e que acaba por se tornar o 2º presidente da República Portuguesa (1915) e também Júlio de Matos (1856-1922) académico do Porto que mais tarde em parceria com outras personalidades dirige a revista O Positivismo: Revista de Filosofia (1878-1882) (Santos, 2010).

A reação da Igreja Católica face à sua perda de poder e influência perante o crescente espaço ocupado pelo Positivismo nas sociedades foi a de, através da matriz positivista, desenvolver uma Doutrina que servisse os seus interesses e valores, a Doutrina Social da Igreja. É sob esta Doutrina que vão surgir escolas de pensamento, das quais a escola das ciências sociais, fundada por Le Play (Martins, 2010). A escola de pensamento anteriormente mencionada nunca pertenceu de uma forma clara ao Catolicismo Social. Contudo, obteve reconhecimento por parte das autoridades da Igreja e também pelo soberano do Estado e da cidade do Vaticano, o Papa (Savoye, 1981).

2.3.1. A ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Le Play dedicou-se ao estudo das sociedades humanas após o próprio sofrer sequelas inerentes à instabilidade política, prometendo a si mesmo dedicar-se ao restabelecimento da paz social no seu país, França. Tendo ele um percurso académico e profissional marcado pela área das ciências naturais, nomeadamente a da engenharia de minas, chegando a exercer funções como professor de metalurgia, leva consigo os saberes e métodos das ciências naturais para o campo das ciências sociais,

“[...] apliquei à observação das sociedades humanas regras análogas às que o meu espírito votara ao estudo dos minerais e das plantas. Construí um mecanismo científico, ou por outras palavras, um método que me permitiu conhecer pessoalmente todos os matizes de paz e de discórdia, de prosperidade e de sofrimento que apresentam na Europa e nas sociedades contemporâneas” (tradução de Cruz, 2001, p.237).

A aplicação do método monográfico de acordo com a escola das ciências sociais

“[implica a] observação direta no terreno e [a] análise comparativa, tendo como instrumento de trabalho o orçamento da família operária bem como informações complementares acerca do meio, recolhidas a partir de testemunhos privilegiados designados como “autoridades sociais”” (Martins, 1993, p.10).

As autoridades sociais eram identificadas por Le Play como sendo figuras pertencentes a elevadas posições sociais, classes superiores, este autor conferia-lhes uma grande importância atribuindo-lhes o estatuto de modelos a seguir (Martins, 1990, p.12).

As orientações conferidas por Le Play no âmbito da aplicação do método por si desenvolvido voltavam-se para uma grande atenção a todo o tipo de atividades desenvolvidas por todos os membros da família, enaltecendo a relevância de as incluir nos cálculos orçamentais familiares. Exigia também um levantamento exaustivo de elementos que se relacionem com a realidade da família estudada, o foco que direcionava para a família explicava-se pela razão de que no seu entender esta era a “[...] principal fonte de explicação da organização social” (Botelho, 2002, p.537).

O desenvolvimento de monografias de acordo com o método de Le Play era impregnado de um cariz ideológico, este que se estabelece através da “[...] ligação que une as técnicas de inquérito (na ocorrência das suas monografias sobre as famílias operárias) e a intenção política e social.” (Akoun,1977, p.101).

Com base no trabalho por si desenvolvido, a conceptualização e aplicação do método monográfico, inspirou outros a desenvolverem trabalhos similares e com isto funda a escola das ciências sociais, que dá a oportunidade aos seguidores e curiosos do seu trabalho de aprender o método e colaborar na elaboração de trabalhos.

Le Play era conhecido por ser católico conservador e por opor-se à intervenção do Estado, concentrava a sua atenção, antes, numa outra solução para dar resposta às necessidades sociais sentidas: o apoio comunitário. Como é referido por Martins (1990, p.12) “A oposição ao alargamento da intervenção do Estado centralizado e a proposta de supressão de qualquer intervenção, leva-o a acentuar o desejo de serem restabelecidas as “associações intermédias”, as comunidades e as corporações”.

No entender de Le Play o método monográfico conferia garantias de exatidão evitando o erro propagado pela ignorância ou pela má-fé e a sua utilidade aumentaria com a idade dado que as coleções ofereciam ao leitor no futuro, elementos para desencadear uma viagem retrospectiva como reitera (Silva,2016a, p.161) “[...] Estas [monografias] devem ser mais consultadas que lidas, como dicionários de várias espécies, que constituem repertórios de factos numerosos, nos quais as classes letradas poderão muitas vezes procurar informações.”.

A trajetória desta escola sociológica muda de rumo com “A vitória dos republicanos (1879) [...] [que a coloca] na oposição, passando a Escola de Durkheim a responder às novas solicitações do Estado [...]” (Martins,1990, p. 13), isto fez com que a escola das ciências sociais perdesse a sua influência perante o Estado francês, sendo que a este

afastamento veio juntar-se também o afastamento do setor do Catolicismo Social, grande apoiante de Le Play, este resultante da publicação das encíclicas de Leão XIII, das quais a destacar a *Rerum Novarum* (1891) que foi a primeira encíclica social da Igreja Católica e que se dedica ao tema das condições dos operários, nela consta uma ideia que se afasta mais do liberalismo e que se aproxima da delegação de funções interventivas ao Estado com vista a combater a questão social (Leão XIII, 1891). Le Play perde assim toda a influência que detinha na sociedade francesa, e a sua escola de pensamento cai em desuso.

Com a morte de Le Play (1882) os seus discípulos acabam por se dividir em duas vertentes, a “Reforma Social” e a “Ciência Social”, Henri Tourville (1843-1903), Edmond Demolins (1852-1907), entre outros pertencem a esta última. Estes discípulos desenvolveram o método deixando por Le Play, não o privando de críticas, alargam a conceção da monografia de família ao estudo de regiões e países, propondo uma nova classificação das famílias, com base na educação que era conferida aos filhos. É nos finais do século XIX que as reflexões da aplicação dos ensinamentos de Le Play passam a ter como centralidade a família e a educação (Martins, 1990).

É graças aos seus discípulos que a escola das ciências sociais é mantida à tona, se bem que com alguns ajustes, mas ainda seguindo a matriz principal de pensamento. No entanto, vão surgindo mudanças, próprias do tempo, ao que era a escola das ciências sociais de Le Play, acabando por se ir marginalizando, a sua base social de apoio vai-se desvanecendo e vê-se obrigada a procurar apoio externo, irá encontrar em Portugal um local aberto às suas ideias (Martins, 1990).

2.3.1.1. A SUA PRESENÇA EM PORTUGAL

A influência da escola de Le Play é introduzida em Portugal ainda no decorrer da monarquia pelo movimento social católico, da monarquia e da nobreza, permanece até à implantação da República, sendo que com este acontecimento político a sua presença desvanece e os seus apoiantes perdem poder. É com o período sidonista, altura em que a Primeira República não conseguiu resistir aos efeitos da Primeira Guerra Mundial, que as forças conservadoras voltam a ganhar poder, das quais a Igreja Católica. Neste sentido a escola das ciências sociais volta também a ganhar estímulo em território português, sendo que “[...] A sua perspetiva da questão social, como questão moral, requer uma intervenção no âmbito da educação, ganhando nova pertinência nesta conjuntura, através da acção dos grupos católicos que a vão relançar.” (Martins, 1990,

p.16). Durante os períodos que se seguiram, estes marcados por ditaduras militares, até à entrada em vigor do Estado Novo, esta influência mantêm-se, ganhando a partir de 1933 um maior interesse político.

Leon Poincard (1857-1917), autor da obra Le Portugal Inconnu publicada em 1910, esta que é reconhecida por Medeiros (1987) enquanto a primeira obra realizada por um discípulo de Le Play sobre a morfologia social de Portugal, teve vários seguidores dos seus trabalhos, em Portugal encontravam-se sobretudo ligados ao meio académico de Coimbra e do Porto, estes que por sua vez mantiveram contacto com Paul Descamps (1872-1946) e procedem à fundação em 1917 da Sociedade Portuguesa de Ciência Social (Martins,1990).

Paul Descamps, discípulo de Le Play, é descrito por Martins (2010, p.124) enquanto “[...] o elemento da escola da Ciência Social que mais influencia os discípulos e simpatizantes portugueses”. Descamps recebe convites para vir a Portugal, mas o único que vingaria seria um convite elaborado com o apoio claro de António de Oliveira Salazar (1889-1970). No âmbito desse convite fica uma temporada (1930-1931) onde ministra cursos em diferentes faculdades, reunindo também inúmeros colaboradores para o desenvolvimento de monografias sobre regiões, realidades laborais e famílias que se fundem na obra que é mais tarde publicada, em 1935, Le Portugal, la vie sociale actuelee. Esta obra “[...] caracteriza a população rural portuguesa, do norte, centro e sul do país e analisa entre outros aspectos: a organização do trabalho industrial e piscatório, a constituição da família, a autoridade na família, a situação da mulher, a situação da educação [...]” (Martins,1990, p.17).

Durante o período da institucionalização do Estado Novo a Ciência Social manteve-se presente na sociedade portuguesa, exercendo influência sobre o regime autoritário que se erguia e contribuindo, sobretudo na área da educação, para a sua fundamentação. Como é referido por Martins (1990, p.17) “É no cenário sociopolítico da Ditadura Militar, que se assistirá a um novo ressurgir da escola da Ciência Social em Portugal, agora por solicitação dos novos poderes estabelecidos.”. Existia, por parte das instituições inerentes ao Estado Novo, a compreensão de que era necessário assegurar a existência de uma elite portuguesa, elite esta que iria ocupar os cargos de autoridades sociais, e que para isso seria necessário formar e educar. Perante esta necessidade sentida o Estado toma como missão realizar uma reforma na área da instrução e da educação, com vista a criar respostas nestas áreas para a formação das elites. A reforma que foi

levada a cabo por Gustavo Coordeiro Ramos (1888-1974), à época Ministro da Instrução Pública (1933), tinha como fim servir a elite portuguesa, e não englobava em si medidas que mitigassem a falta de escolarização da população portuguesa geral. É neste cenário que as “[...] concepções da ciência social terão a sua aplicabilidade [...]” (Martins,2010, p.130).

Independentemente do enfoque dado à escola das ciências sociais e à Sociologia pelo Estado Novo “[...] ele não veio, no entanto, a traduzir-se nem no desenvolvimento de trabalhos de tipo sociológico nem na existência da disciplina de Sociologia nas universidades portuguesas.” (Martins,2010, p.136), a ideologia vigente da altura usou a matriz das ciências sociais e da Sociologia para os seus fins, não lhe permitindo um maior crescimento, sobretudo à Sociologia, que num regime autoritário era uma disciplina associada à resistência política. E, portanto, esta disciplina vê-se limitada e sem margem para existir de forma isolada, sendo essa posição só alcançada a partir de 1955 pelas mãos do Instituto Superior de Agronomia (Santos,2021a), apesar de que ser reconhecida a presença da Sociologia, por meio dos ensinamentos de Le Play no meio académico da Universidade de Coimbra (Cruz,2001).

2.3.1.1. A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS

Nos primeiros anos do século XX existia uma grande troca de ideias sobre quem iria ficar responsável por desenvolver a formação em Serviço Social em Portugal, sob a alçada de que instituição. Esta troca de ideias surge, sobretudo por parte daqueles que contribuíram para a criação de novas profissões Médico-Sociais, apesar dos seus contributos, o surgimento da primeira escola de Serviço Social acontece sob a alçada da Igreja Católica com o apoio do Estado (Martins,2010).

Tendo surgido num período em que a influência da escola das ciências sociais ainda se sentia em Portugal, sobretudo no âmbito da educação, o Serviço Social vai também receber os seus contributos, Martins (1993, p.10) admite que a escola fundada por Le Play “[...] vê no Serviço Social um dos campos de aplicação das suas teorias e propósitos reformistas, vindo as visitadoras escolares e as assistentes sociais, no início da sua formação a sofrer influência directa desta corrente”, como é corroborado por Ferreira (2009, p.163) através da afirmação de que “[...]num período social e politicamente complexo em que a ideologia dominante negou espaço às ciências sociais no quadro universitário e no mercado de trabalho, o Serviço Social representou a única formação que tinha o social como objeto de intervenção”, sendo que “A influência de Le

Play não é de estranhar no Serviço Social pois, no panorama nacional e perante o ostracismo a que o Estado vota as Ciências Sociais, esta formação tem quase o exclusivo de penetrar o pensamento social” (Ferreira,2009, p.179).

Cruz (1983, p.46) e Machado (1962, p.5) constataam a influência da escola das ciências sociais em Portugal, sendo que o primeiro afirma que o maior impacto é no âmbito académico, sobretudo na organização dos cursos de Enfermagem e de Serviço Social. Já o segundo destaca o papel de Carneiro Pacheco (1887-1957), Ministro da Educação Nacional (1936-1940), que considera um patrocinador do ISS, adiantando ainda que a formação de Assistentes Sociais conferia a frequência da cadeira de Sociologia, tendo esta vários regentes. Apesar desta influência, o regime que se encontrava a erguer apenas recorreu às ciências sociais para se solidificar (Martins,1990).

Além de António Carneiro Pacheco existiram outras figuras da sociedade portuguesa que no âmbito da escola das ciências sociais contribuíram para o Serviço Social português, tendo como foco os primórdios da fundação da primeira escola de Serviço Social, o ISS. Tais como Serras e Silva (1868-1956) que foi um Médico católico admirador do pensamento de Le Play, tendo participado enquanto membro de diferentes iniciativas relacionadas com a escola das ciências sociais e colaborado diretamente com Poincard e Descamps na elaboração de inquéritos que foram realizados em Portugal. Vai ainda contribuir para as ciências sociais com a publicação do livro A Ciência Social na Educação e na História em 1926, onde divulga a matriz de pensamento das ciências sociais dando especial atenção à área da educação. Mantinha uma relação de proximidade com Salazar e aquando a implementação do Estado Novo que levou a uma reforma na área do ensino e da educação as suas concepções ganham aplicabilidade (MARTINS,1993). Teve também um papel ativo na concretização da influência da escola das ciências sociais na formação das assistentes sociais (Martins,1993, p.23).

Também o Médico José Lopes Dias (1900-1976) foi uma figura que contribui neste sentido, dez anos após a fundação do ISS publica o livro 12 Lições sôbre o Serviço Social, este que é prefaciado por Correia como sendo uma obra que transcende a finalidade de servir de manual para os profissionais de Serviço Social, estendendo-se a “[...] um excelente manual de iniciação na sociologia prática e um compêndio de pedagogia social e de iniciação na assistência moderna, de grande utilidade para todos os que de qualquer modo hajam de actuar no meio em que vive”(p.X). Nesta obra é

mencionado o papel desempenhado pelas monografias, em que é que consistem e qual o seu papel no Serviço Social

“Se os inquéritos nos permitem a ordenação dos factos, a catalogação dos detalhes, em que vai alicerçar a acção social, as monografias transcendem os fins utilitários e imediatos para nos dar a explicação científica da sociedade.

Com efeito, as monografias ou inquéritos monográficos constituem, segundo Paul Descamps, o processo descritivo e explicativo da ciência social ou sociologia experimental, e o seu estudo merece tratar-se no ensino superior. Le Play teve esta originalidade de recorrer aos inquéritos no estudo dos povos civilizados.” (Dias,1945, p.190).

“[...] as monografias permitem, através dum número restrito de observações, obtidas com precisão, o raciocínio profundo dos fenómenos sociais [...] A monografia estuda um caso simbólico, um caso-tipo, um motivo representativo de outros quantos possíveis motivos a conhecer [...] sôbre o mesmo «motivo» de estudo, a família, a classe, a escola, faz-se incidir uma série de análises, de observações, sem esquecimento duma só, afim de obter-se uma série de factos sociais, elementares e simples, mas que agrupados e relacionados fornecem preciosas conclusões de ciência social [...] A leitura de monografias portuguesas obtidas por agentes sociais permitirá esclarecer mais e melhor do que esta sucinta descrição, os pormenores de tão excelente instrumento de investigação social” (Dias,1945,p.191-193).

José Paiva Boléu (1900-?) foi também uma das figuras que contribuiu para a influência da escola das ciências sociais no Serviço Social português, Boléu foi um Médico Escolar católico com uma grande atividade em órgãos associativos de cariz religioso que se declarava apoiante das ciências sociais, tendo exercido uma clara influência perante a inclusão dos seus saberes na formação de Visitadoras Escolares, Assistentes Sociais e também de Médicos Escolares (Cruz,1983; Martins,1993;).

O Serviço Social português contou com a participação e cooperação de diferentes agentes, e as ciências sociais detinham vários interlocutores que garantiram a sua presença naquilo que foi a construção inicial do Serviço Social português, que se consolida através da primeira escola de Serviço Social, o ISS e mais nomeadamente através do seu projeto educativo fundador.

CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

3.1. OBJETO DE ESTUDO

Através da leitura da pergunta de partida: Em que medida o método monográfico fundamenta a produção de conhecimento académico entre 1935-1939 e qual a sua influência na afirmação do projeto educativo fundador do ISS? Parte-se, portanto, para a investigação através do projeto educativo fundador do ISS sob a perspetiva das primeiras produções de conhecimento das alunas, as monografias sociais, familiares e de instituições compreendidas entre o ano de 1935 e de 1939.

3.2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

O método científico adotado para esta investigação foi o método histórico. Este método “[...] consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade contemporânea e para melhor compreender a função que atualmente desempenham na sociedade.” (Vilelas,2020, p.59), a escolha das investigadoras sobre este método foi pautada por aquilo que são os seus objetivos de investigação, e tendo em consideração a abordagem que por este é feita,

“[...] uma abordagem sistemática por meio de colheita, organização e avaliação crítica dos dados que têm relação com ocorrências do passado. Os três passos que são considerados essenciais na produção de um trabalho histórico são: (1) colheita de dados; (2) avaliação crítica destes dados e finalmente, (3) apresentação de factos, interpretações e conclusões. Um dos objetivos da investigação histórica é lançar luzes sobre o passado, para que este possa clarear o presente, inclusive fazer perceber algumas questões futuras.” (Vilelas,2020, p.60).

Quanto ao seu modo de abordagem, o presente adota uma abordagem mista, ou seja, será uma abordagem que engloba características da abordagem qualitativa e da abordagem quantitativa, embora exista uma predominância da primeira face à segunda. A abordagem qualitativa caracteriza-se por permitir “[...] explorar o comportamento, as perspetivas e as experiências das pessoas [...]. A base da investigação qualitativa reside na abordagem interpretativa da realidade social.” (Vilelas,2020, p. 199). A abordagem quantitativa é relativa à ordem numérica, sendo possível “[...] traduzir em números as opiniões e as informações para, em seguida, poderem ser classificadas e analisadas.” (Vilelas,2020, p. 197).

A estratégia metodológica adotada encontra-se centrada num paradigma compreensivo que se encontra direcionado “[...] para a identificação das práticas quotidianas e das

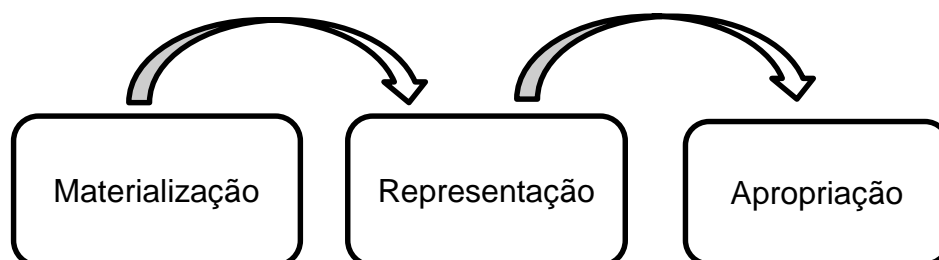
emergências de novos fenómenos sociais, que elucidem ou transformam, no hic et nunc² das dinâmicas sociais, as regras ou as instituições existentes.” (Guerra,2008, p.9), observando atentamente as interações estabelecidas entre a sociedade e o sujeito e simultaneamente as circunstâncias que as envolvem.

3.3. MODELO DE ANÁLISE

O modelo de análise revela a essência de uma investigação. A sua construção para a presente investigação recaí sobre os ensinamentos de Magalhães (2007), este que compreende a dinamicidade inerente à natureza dos projetos educativos e é sob esse olhar que se irá estudar o projeto educativo fundador do ISS, abarcando desta forma as diferentes interações estabelecidas entre agentes e sujeitos que permitiram a existência e definiram as características do objeto de estudo da presente investigação.

Magalhães (2007) explica os fenómenos educativos, enquanto, ações que se encontram inseridas num contexto, este composto por diferentes contributos que geram as próprias circunstâncias nas quais se insere o fenómeno educativo. Este contexto que por sua vez é alvo de um processo de evolução que sucede num determinado sentido, abrangendo a **materialidade**, a **representação** e a **apropriação** (figura 2).

Figura 2 – Modelo de Análise.



(Fonte: Elaboração a partir de Magalhães,2007).

O processo de evolução sucede numa relação de comunicação, alteridade e transmissão entre agentes e sujeitos. Traduzindo-se

“[...] numa epistemologia que correlaciona os contextos com as estruturas e condições materiais e objectivas de produção; com o agenciamento e a mobilização dos agentes; com o envolvimento, projecção e apropriação dos sujeitos. A acção educativa reveste-se de consequências e de reflexividade por referência a um quadro espacial, histórico,

² Expressão que significa “aqui e agora”

social, cultural e reveste-se de significado e de relevo por referência a protocolos, projecção e expectativas dos seus intervenientes [...]” (Magalhães,2007, p.1).

Partindo dos conceitos apresentados por Magalhães (2007) pode-se entender que o fenómeno educativo alvo da presente investigação, o projeto educativo fundador do ISS, surge num período que não é isento ás influências societais que decorriam nesse momento, contribuindo de uma forma não inocente para com a criação de necessidades que ganham sentido no surgimento do ISS e que se substantivam no desenvolvimento da sua oferta educativa e na própria composição do seu corpo docente. Sendo através de uma troca de influências que chega até ao ISS o método monográfico, este que é implementado na formação das alunas, sendo projetado através do que era o Plano de Estudos e através dos ensinamentos do corpo docente e que seguidamente é apropriado nas elaborações das alunas, das quais é de destacar as monografias sociais, familiares e de instituições. Estes trabalhos revelam ser o reflexo daquilo que era a formação dada pelo ISS e também as primeiras produções de conhecimento em Serviço Social em Portugal, elaborado por alunas formadas pelo ISS.

3.4. PROCEDIMENTOS

Em relação aos procedimentos técnicos adotados, estes dividem-se em dois, sendo o estudo de caso e o estudo histórico. Existe uma junção destes dois procedimentos técnicos, pois reúnem diferentes características que juntas proporcionam ás investigadoras as ferramentas necessárias para dar um correto seguimento à investigação, tendo em conta a sua natureza e os seus objetivos.

O primeiro procedimento é o estudo de caso, de acordo com Vilelas (2020, p.237) para seleccionar este procedimento técnico é necessário ter em atenção qual o fenómeno que a investigação pretende estudar, qual a pretensão de conhecimentos a adquirir e quais as hipóteses de generalização desse estudo. Tendo como referência o anteriormente supracitado foi possível para as investigadoras compreender que o estudo de caso reúne várias características de relevo para a investigação que é aqui apresentada, revela-se um recurso válido pois o objeto de estudo é um fenómeno educativo, com um olhar mais aprofundado para a componente que é a aplicação do método monográfico que resulta na produção das alunas, as monografias sociais, familiares e de instituições. O recurso a este procedimento irá, pois, permitir um aprofundamento da compreensão do objeto de estudo da presente investigação, e tendo em consideração as suas

características será possível realizar uma generalização, para uma época específica, com base nos recursos existentes alvos da investigação.

Já o segundo, o estudo histórico visa compreender o passado, seguindo as linhas já apresentadas do seu método. Este procedimento técnico recorre a fontes, podendo ser primárias ou secundárias. As fontes primárias dizem respeito a informações diretas, ou seja, que foram produzidas por quem vivenciou os acontecimentos, já as secundárias são fontes de informação não direta, ou seja, foram produzidas por pessoas ou instituições alheias aos acontecimentos. Reconhecendo a impossibilidade de restituir o passado, esta técnica permite realizar uma leitura, sendo efetuada através de todas as informações recolhidas que se relacionam com o tema investigado, esta característica acaba por ter também as suas próprias limitações e condicionalidades, pois as leituras que são feitas limitam-se aos documentos que foram possíveis de encontrar e que se encontravam disponíveis para consulta e/ou acesso (Vilelas,2020).

Na aplicação destes procedimentos técnicos foram realizadas pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais. A primeira é uma pesquisa que recaí sobre material que já se encontra desenvolvido tal como é o caso de artigos científicos e de livros. Gil (2008) identifica como sua principal vantagem o facto de permitir um acesso amplo a conhecimentos, que de outra forma seria muito difícil de alcançar, refere também que esta tipologia de pesquisa é essencial no desenvolvimento de estudos históricos, pois muitas das vezes é impossível ao investigador ter acesso a conhecimentos passados, senão através de fontes secundárias. Todavia, exige ao investigador um olhar redobrado para não reproduzir possíveis erros que estejam presentes nas fontes secundárias às quais tem acesso. A pesquisa documental acaba por seguir um pouco as linhas da pesquisa bibliográfica, diferenciando-se pelas suas fontes. Uma pesquisa documental baseia-se em fontes primárias, isto é, em documentos que não foram alvo de um tratamento analítico, após a sua colheita cabe ao investigador analisar as fontes e produzir conhecimento (Gil,2008).

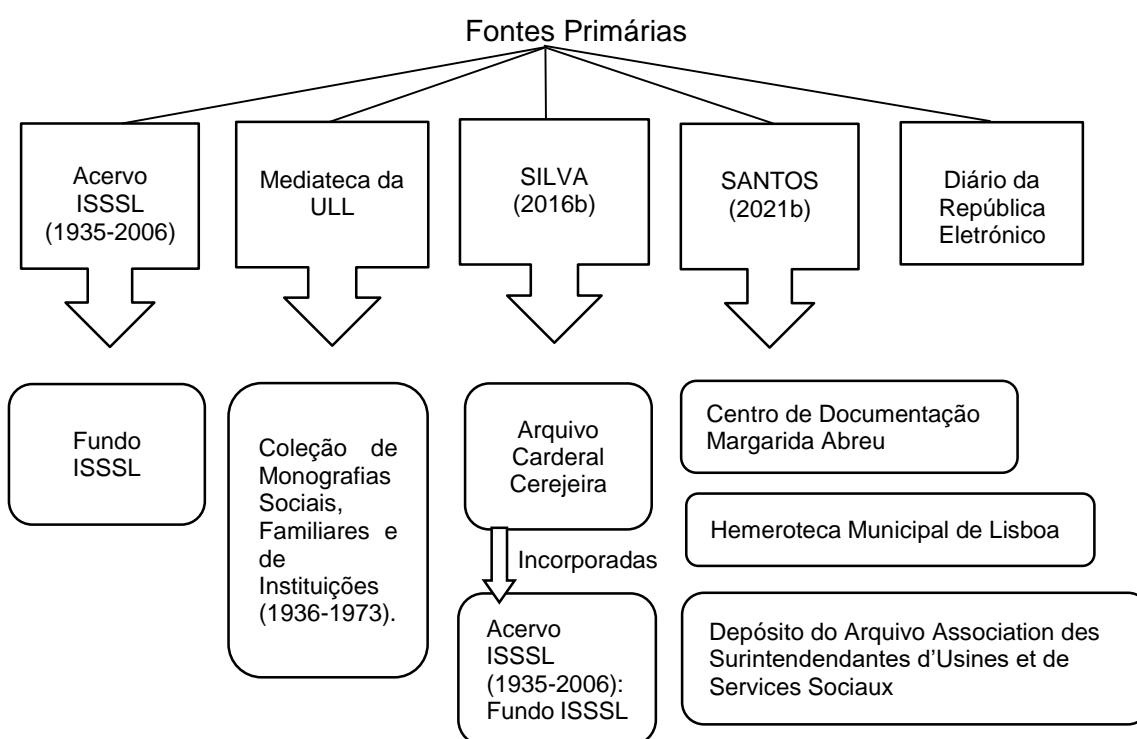
3.5. RECOLHA E TRATAMENTO DOS DADOS

A análise documental foi a técnica de recolha de dados adotada, revelando ser o recurso mais adequado para a presente investigação, tendo como objetivo a exposição concentrada da informação para armazenamento e consulta (Bardin,2015). A análise documental permite alcançar as duas tipologias de fontes, as primárias e secundárias, abarcando em si todos os resultados inerentes à pesquisa bibliográfica e documental.

Na presente investigação esta técnica apenas foi aplicada a fontes primárias, tendo em consideração estas serem o seu objeto de estudo, as fontes secundárias foram apenas utilizadas com vista a permitir a discussão dos resultados.

As fontes primárias utilizadas na presente investigação encontram-se publicadas em Teses de Doutoramento em Serviço Social, Silva (2016b)³ e Santos (2021b), localizadas no Acervo do ISSSL (1935-2006), nomeadamente no fundo ISSSL, na Mediateca da ULL e também através na plataforma legislativa Diário da República Eletrónico (figura 3).

Figura 3 – Localização das fontes primárias.



(Fonte: Elaboração própria).

A técnica de tratamento de dados adotada foi a análise de conteúdo categorial, que atua no âmbito qualitativo, não tendo sido feito recurso a nenhuma plataforma de tratamento de dados para este feito. A análise de dados qualitativa “Trata-se de um processo em que, através de informações descritas, se elabora uma explicação ou interpretação, mais ou menos desenvolvida ou profunda.” (Brandão; Ribeiro; Costa, 2021, p.129).

³ As fontes publicadas nesta Tese que eram da autoria do ISS foram, com a devida autorização, incorporadas no Acervo do ISSSL (1935-2006) e mais especificamente no Fundo ISSSL.

Apesar da realização de uma análise de cariz qualitativo, aquando a apresentação dos dados foi adotada também uma vertente quantitativa de forma a permitir uma leitura mais acessível a determinados dados.

A análise de conteúdo categorial foi uma técnica adotada tendo em consideração o objetivo de analisar as diferentes tipologias de documentos recolhidos de acordo com o método de análise instituído pelas investigadoras, permitindo desta forma uma compreensão transversal das três dimensões de análise. As categorias de análise utilizadas refletem os indicadores de análise já instituídos através do modelo de análise, a **materialidade**, a **representação** e a **apropriação**.

De acordo com os objetivos de investigação as fontes primárias às quais as investigadoras tiveram acesso foram alvo de uma seleção, tendo como principais critérios as fontes compreendidas entre 1935-1939, relacionadas com o projeto educativo fundador do ISS e relacionadas com o Método Monográfico. Contudo, existiram fontes que pela sua pertinência foram incluídas nesta investigação apesar de estarem datadas após o período estudado. Após a seleção, e tendo como referência o Modelo de Análise desenvolvido para a presente investigação foram elaboradas tabelas de análise de conteúdo categorial. A sua realização decorreu em modo plural pois chegou-se à conclusão de que existia uma diversidade de tipologias documentais considerável o que levou à criação de tabelas distintas, indo estas ao encontro das diferentes características existentes e também das pretensões da investigação. Foi elaborada uma tabela para a análise das monografias (Apêndice A), uma tabela para a análise dos processos das alunas (Apêndice B) e uma tabela para a análise dos restantes documentos (Apêndice C).

3.5.1. ACESSO E ANÁLISE DE FONTES PRIMÁRIAS

No âmbito dos procedimentos, recolha e tratamento de dados definidos para esta investigação foram realizadas atividades de campo que permitiram às investigadoras contactar com fontes primárias essenciais. Iremos dar a conhecer neste tópico as atividades realizadas neste âmbito, bem como a identificação das fontes primárias utilizadas.

A primeira fase de recolha de dados situou-se em dois momentos distintos, abarcando em si o período de agosto a dezembro de 2022 onde, no âmbito de trabalhos da bolsa de investigação afeta ao PAPESS PT, foram realizadas várias atividades que permitiram

a análise de conteúdo da Coleção de Monografias Sociais, Familiares e de Instituições (1936-1973), composto por quatrocentos e cinquenta e quatro exemplares, análise esta que seguiu um modelo e objetivos já instituídos, além disso as informações obtidas foram inseridas numa plataforma de dados Excel exclusiva para os seus fins. Decorreu também entre o mês de setembro e outubro de 2022 onde se executou no âmbito do desenvolvimento do Estado de Arte a seleção de duas Teses de Doutoramento em Serviço Social que contêm fontes primárias, estas resultantes do trabalho de pesquisa realizado que levou as autoras a consultar diferentes arquivos em território nacional e internacional, que permitiram delinear direções de pesquisa e compilar fontes primárias para mais tarde, numa fase de tratamento de dados proceder à sua análise.

A segunda fase de recolha de dados sucedeu entre janeiro e fevereiro de 2023, voltou-se para a identificação das Monografias existentes no período de investigação estipulado, de 1935 a 1939, na Coleção de Monografias Sociais, Familiares e de Instituições, bem como o levantamento do nome das autoras das monografias que se enquadravam nos requisitos de investigação com vista a obter o acesso aos seus processos e fichas de alunas. A terceira e última fase de recolha de dados passou pela comunicação estabelecida entre as investigadoras e o DIDI da ULL, de forma a proceder ao acesso e à consulta das monografias, processos e fichas de alunas, as primeiras encontravam-se disponíveis na Mediateca da ULL e as últimas no Acervo do ISSSL (1935-2006), mais especificamente no fundo ISSSL. Esta fase decorreu com compassos de tempo distintos tendo em consideração que existiram pedidos de acesso a realizar e além disso foi também necessário para a consulta do Acervo a reunião de várias condições (pesquisa prévia no Acervo pelo DIDI, localização e recolha dos processos, estipulação do local e data de consulta).

O tratamento dos dados ocorreu entre fevereiro e abril de 2022, distribuindo-se em duas fases. A primeira consistiu na descrição de forma breve das fontes e tendo em consideração os objetivos de investigação foi realizada uma seleção com vista a não repetir fontes, a não ir além do período de estudo e garantir que detinham informação relevante para a presente investigação. Seguindo-se de uma fase de análise de conteúdo categorial de acordo com o modelo de análise desenvolvido e aplicando as tabelas desenvolvidas para o efeito.

As fontes primárias analisadas para o desenvolvimento desta investigação encontram-se identificadas na tabela 1, apresentada abaixo, através da sua leitura é possível

compreender a quantidade de fontes utilizadas (cinquenta e cinco), o seu local de acesso bem como a sua referência.

Tabela 1 – Fontes primárias acedidas

Nº Fonte	Local de Acesso	Referência da Fonte
1	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1934-1937) - [Ficha de aluna] Maria Helena de Medeiros e Albuquerque Teixeira.
2	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1935) - <u>Boletim do Instituto de Serviço Social</u> . Imprensa Lucas e C ^a .
3	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1935-1937a) – [Processo da Aluna Maria da Conceição da Silva Monteiro].
4	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1935-1937b) – Caderneta Escolar: pertencente a Maria Helena de Medeiros Albuquerque Teixeira
5	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1935-1937c) – [Processo da Aluna Maria Helena Teixeira].
6	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1935-1938a) – Caderneta Escolar: pertencente a Filomena Augusta da Silva Correia
7	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1935-1938b) – Caderneta Escolar: pertencente a Maria Emília da Câmara
8	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1935-1938c) – [Processo da Aluna Maria Emília da Câmara].
9	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1935-1939a) - [Ficha de aluna] Filomena da Silva Correia.
10	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1935-1939b) - [Ficha de aluna] Maria Emília Eugénia Seabra da Câmara.
11	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1936a) – [Ficha] Monografia. [Processo Maria Helena Teixeira].
12	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1936b) – Instituto de Serviço Social: Relatório da sua actividade nos anos de 1935-1936. Imprensa Lucas e C ^a .
13	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1936?a) – Instituto de Serviço Social.
14	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1936?b) – [Relatório] Resultados de acção prática do Instituto de S. Social. Acessível no Arquivo do Cardeal Cerejeira [Dom Manuel A primeira escola de Serviço Social em Portugal Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva 317 Gonçalves Cerejeira (1888-1977), Cardeal Patriarca de Lisboa (1929-1971)], Lisboa, Portugal [S-04/02/025].
15	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1936-?) - [Ficha de aluna] Marina Romeira de Sá Ferreira.

16	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1936-1939a) – Caderneta Escolar: pertencente a Maria Carolina Pais de Sande e Castro
17	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1936-1939b) - [Ficha de aluna] Maria Carolina Pais de Sande e Castro.
18	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1936-1939c) – [Processo da Aluna Maria Carolina Pais de Sande e Castro].
19	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1936-1956) – [Processo da Aluna Filomena Augusta da Silva Correia].
20	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1940a) – Caderneta Escolar: pertencente a Evangelina Lopes Proença.
21	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1940b) – Caderneta Escolar: pertencente a Maria da Conceição Silva Monteiro
22	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1940c) – Caderneta Escolar: pertencente a Merícia Fernanda da Glória Nunes
23	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1940d) – [Processo da Aluna Merícia Fernanda da Glória Nunes].
24	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1941a) – [Ficha de aluna] Adriana Antónia de Paiva Rodrigues.
25	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1941b) - [Ficha de aluna] Evangelina Lopes Proença.
26	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1941c) - [Ficha de aluna] Maria da Conceição da Silva Monteiro.
27	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1941d) - [Ficha de aluna] Maria Onelia de Aguiar Levy.
28	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1941e) - [Ficha de aluna] Merícia Fernanda da Glória Nunes.
29	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1937-1991) – [Processo da Aluna Evangelina Lopes Proença].
30	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1938a) – [Ficha] Monografia. [Processo Filomena da Silva Correia].
31	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1938b) – [Ficha] Monografia. [Processo Maria Carolina Pais de Sande Alvim].
32	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1938c) – [Ficha] Monografia. [Processo Maria Emília Eugénia Seabra da Câmara].
33	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1939a) – [Ficha] Monografia. [Processo Evangelina Lopes Proença].
34	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1939b) – [Ficha] Monografia. [Processo Merícia Fernanda da Glória Nunes].

35	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1942) –[Relatório] <u>Orgânica do Instituto de Serviço Social</u> . Acessível no Arquivo do Cardeal Cerejeira [Dom Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), Cardeal Patriarca de Lisboa (1929-1971)], Lisboa, Portugal [S04/01/049].
36	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1945) - [Relatório] <u>O Instituto de Serviço Social: Origem</u> . Acessível no Arquivo do Cardeal Cerejeira [Dom Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), Cardeal Patriarca de Lisboa (1929-1971)], Lisboa, Portugal [S-04/01/014].
37	Acervo do ISSSL (1935-2006), fundo ISSSL.	Instituto de Serviço Social (1952) - [Listagem] <u>Professores Universitários</u> . Acessível no Arquivo do Cardeal Cerejeira [Dom Manuel Gonçalves Cerejeira (1888- 1977), Cardeal Patriarca de Lisboa (1929-1971)], Lisboa, Portugal [S-04/02/013].
38	Diário da República Eletrónico.	Decreto-Lei nr 30:135. Diário do Govêno n.º 291/1939, Série I (1939-12-14). 8140 (1403-1405).
39	Diário da República Eletrónico.	Retificações ao Decreto Nº 30:135. Diário do Govêno. 10 abril 1940. Série I, Número 33. 127.
40	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: RA964.A48 1938-256816].	ALVIM, Maria Carolina (1938) – <u>Monografia do Hospital da Misericórdia de Cascais</u> . Lisboa : [s.n.].
41	Mediateca Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: HQ652.C36 1939-266265].	CÂMARA, Maria Emília Eugénia Seabra da (1939) - <u>Monografia de Serpa</u> . Lisboa: [s.n.].
42	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: RA989.C67 1938-256896].	Correia, Filomena Silva (1938) - <u>Monografia Do Hospital Termal Rainha Dª Leonor de Lencastre das Caldas da Rainha</u> . Lisboa : [s.n.].
43	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: HQ652.F47 1938-266323].	FERREIRA, Marina Romeira de Sá (1938) - <u>Inquérito Social, Familiar, Económico - realizado em Esmoriz especialmente à classe piscatória</u> . Esmoriz: [s.n.].
44	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: RA989.L48 1939-266263].	LEVY, Maria Onélia de Aguiar (1939) - <u>Monografia sobre o concelho de Arruda dos Vinhos</u> . Lisboa: [s.n.].
45	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: HQ652.M66 1939-266256].	MONTEIRO, Maria da Conceição da Silva (1939) - <u>Monografia da Amoreira</u> . Lisboa: [s.n.].

46	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: HQ652.M67 1936-266267].	MORAES, Ana Maria de (1936) - <u>Monografia de uma Família Portuguesa (1951/1936)</u> . Lisboa: [s. n.].
47	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: HV1247.N86 1939-266251].	NUNES, Merícia Fernanda da Glória (1939) - <u>Monografia do Asilo - Oficina: Santo António de Lisboa</u> . Lisboa: [s.n.].
48	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: HQ652.P76 1939-266246].	PROENÇA, Evangelina Lopes (1939) - <u>Monografia da Soalheira (Fundão)</u> . Lisboa: [s.n.].
49	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: HQ652.M68 1939-266719].	RODRIGUES, Adriana Antónia de Paiva (1939) – <u>Cidade de Lisboa: freguesia de Santos-o-Velho & estudo duma família típica</u> . Lisboa : [s.n.].
50	Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa [Quota: HQ652.T451937-256910].	TEIXEIRA, Maria Helena (1937) – <u>Monografia de uma Família</u> . Lisboa : [s.n.].
51	Santos (2021b, Anexo Q).	ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL (1935) – <u>Estatutos da Associação de Serviço Social</u> . Acessível em Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), Centro de Investigação do Bem-Estar Psicológico, Familiar e Social / Centro de Documentação Margarida Abreu [PT/UCP/CRCW/CDMA/E/013]
52	Santos (2021b, Anexo D).	ÉCOLE DES SURINTENDANTES (1923) – Livret appartenant à M.le Levêque M. Thérèse. Paris: École des Surintendants. Acessível em École Supérieure de Travail Social (Paris), Depósito do Arquivo Association des Surintendants d'Usines et de Services Sociaux/ Dossier d'Élève, 16ème cours.
53	Santos (2021b, Anexo P).	GAMBOA, Tomás de, ed. (1935) – Estudo e Acção: soba a presidência do Senhor Cardial Patriarca, inaugurou-se ontem solenemente o Instituto de Serviço Social. Novidades. 12:377 (18 março 1935). Acessível em École Supérieure de Travail Social (Paris), Depósito do Arquivo Association des Surintendants d'Usines et de Services Sociaux/ Dossier d'Élève, 16ème cours.
54	Santos (2021b, Anexo Y).	S.A (1935) – Instituto de Serviço Social. Está aberta a matrícula. A voz. 3.151 (27 de novembro de 1935). Acessível em Hemeroteca Municipal de Lisboa
55	Santos (2021b, Anexo P).	SOUZA, J. Fernando, ed. (1935) - Instituto de Serviço Social: O sr. Cardial Patriarca presidiu ontem à sessão inaugural, em que foi conferente mademoiselle Levêque. <u>A Voz</u> . 9:2901 (18 março 1935). Acessível em École Supérieure de Travail Social (Paris), Depósito do Arquivo Association des Surintendants d'Usines et de Services Sociaux/ Dossier d'Élève, 16ème cours.

(Fonte: Elaboração Própria).

3.6. PREOCUPAÇÕES ÉTICAS

As preocupações éticas são naturais à existência Humana e aos campos nos quais esta se insere, nomeadamente o âmbito académico e científico (Severino,2014). Vilelas (2020, p.467) corrobora com a afirmação de que “A realização de qualquer pesquisa implica por parte do investigador o levantamento de questões morais e éticas”.

Almeida (2013) afirma que desde os primórdios do desenvolvimento de trabalhos empíricos na área das ciências sociais que a questão da ética já se encontra presente. Para este autor a implementação de regras de ética e de deontologia na investigação científica, aquando intervindo com seres humanos, passa a ter destaque após as atrocidades cometidas por cientistas alemães no período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O que levou ao estabelecimento de regras sobre a realização desse tipo de investigação que se mantém presente na atualidade e que se desenvolve sob três grandes esferas: princípios éticos, controlo institucional e regulação deontológica.

O Serviço Social tem vindo a desbravar caminho ao longo dos anos na produção de conhecimento científico na sua área de saber. Um resultado do largo investimento feito na formação pós-graduada em Serviço Social e também na presença que gradualmente tem crescido em espaços dedicados ao desenvolvimento de projetos de investigação, quer estes sejam exclusivamente de Serviço Social ou num âmbito multidisciplinar em que o Serviço Social esteja presente. Neste sentido a ética tem um papel de destaque naquilo que é a sua intervenção (Carvalho,2016).

A presente investigação recai sobre o estudo de uma parcela da história da primeira escola portuguesa de Serviço Social, mais especificamente o seu projeto educativo fundador e a sua aplicação do método monográfico na produção de conhecimento académico no decorrer do período de 1935 a 1939, não se tendo optado por realizar qualquer tipo de contacto direto com indivíduos para a obtenção de dados. Contudo, existem dados aos quais as investigadoras tiveram acesso que precisam de ser resguardados do conhecimento público, por se tratarem de dados pessoais de antigas alunas, que passado mais de 80 anos necessitam de ser salvaguardados. Esta preocupação ética recebeu uma grande atenção das investigadoras e foi utilizado como diretriz de atuação o ponto 24 da Declaração de Helsínquia (WMA, 2013) “Every precaution must be taken to protect the privacy of research subjects and the confidentiality of their personal information”.

Os documentos consultados que continham informação pessoal, ou seja, as fichas de alunas e os seus processos, foram acedidos pelas investigadoras de forma a obter e confirmar informações que permitissem a garantia da fiabilidade da investigação. Foi necessário confirmar, sempre que possível, o nome das alunas, algumas das suas informações pessoais e as datas em que frequentaram o ISS enquanto alunas. Também foi essencial para a presente investigação a compreensão do processo de admissão das alunas, tendo sido possível realiza-lo através da análise dos processos, esta análise foi efetuada e será apresentada, mas sob o formato meramente abstrato de forma a proteger as informações pessoais de cada aluna. As monografias e as restantes fontes primárias alvo de análise e estudo foram sempre respeitados na sua integridade, bem como os trabalhos das investigadoras que publicaram algumas das fontes e os locais onde se encontram depositadas.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: PROJETO EDUCATIVO FUNDADOR DO INSTITUTO DE SERVIÇO SOCIAL (1935-1939)

4.1. A MATERIALIDADE: PRIMEIROS PASSOS DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL

A 17 de março de 1935 decorreu a sessão inaugural do ISS na sede de Ação Católica do Patriarcado de Lisboa, localizada no campo mártires da pátria (Gamboa,1935 apud Santos,2021b, Anexo P). A sessão contou com a presença de várias figuras ilustres da sociedade portuguesa, dos quais o Sr. Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira, o Senhor Arcebispo de Militene, o Montesenhor Manuel Anaquim, o então Ministro da Instrução o Professor Doutor Eusébio Tamigini. O Professor Doutor Abel de Andrade, que exercia funções enquanto diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Professor Pedro José da Cinha, o Professor Doutor da Faculdade de Ciências e várias dirigentes de instituições católicas (Gamboa,1935 apud Santos,2021b, Anexo P; Souza,1935 apud Santos,2021b, Anexo P). Houve, portanto, uma presença considerável de figuras ligadas à Igreja Católica e à Academia.

A sessão inaugural, que foi assinalada enquanto uma “[...] sessão concorridíssima [...]” (Souza,1935, s.p. apud Santos,2021b, Anexo P), realizou-se com a abertura do Senhor Arcebispo de Militene e sob presidência do Sr. Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Contando ainda com uma conferência proferida por Marie-Thérèse Lévêque, diretora técnica do ISS, que colheu calorosos aplausos (Souza,1935, s.p. apud Santos,2021b, Anexo P).

A conferência apresentou uma “Doutrina repassada de espirito cristão [...]” (Souza,1935, s.p. apud Santos,2021b, Anexo P), que Gamboa (1935, s.p.) apud Santos (2021b, Anexo P) corrobora ao transcrever parte do discurso proferido por Lévêque, “Para fazer o bem é preciso ter o coração formado na Escola de Cristo. Este Instituto há-de ensinar-nos a fazer bem o bem.”. Nesta conferência Lévêque deu mostras de ter capacidade de “[...] corresponder á expectativa despertada pela sua brilhante folha de serviços á boa causa social cristã.” (Souza,1935, s.p. apud Santos,2021b, Anexo P).

O discurso proferido ditou um bom início de atividade ao ISS. Revelando a já existência de uma conceção de prática profissional para a qual era necessário ter formação, não se limitando a atuar de acordo com o sentido de moralidade ou noção de caridade.

Existiu um percurso histórico marcado por diferentes agentes que levaram a sociedade portuguesa até ao dia 17 de março de 1935, sendo estes provenientes de território nacional e internacional. Estas influências impulsionaram e auxiliaram a sustentação do ISS, e de forma mais abrangente o próprio Serviço Social português

“[...] no estrangeiro surgira pouco a pouco um conjunto de métodos baseados em são princípios morais e em normas de racional organização do trabalho social – numa palavra, constituir-se o que hoje se chama a técnica do Serviço Social (ISS,1945, s.p.).

Existiram também vários outros contributos desenvolvidos, nomeadamente em território nacional, que interpelaram a comunidade política, intelectual e religiosa ao apresentar várias preocupações face à formação de profissionais na área social e à fundação de uma escola para os mesmos,

“Em 1934, quando do I Congresso da União Nacional, a Exma. Snr^a Condessa de Rilvas, encarregada por sua Excelência o Snr. Doutor Oliveira Salazar, de apresentar uma tese, tratou na 5^a sub-seccção - Saúde e Assistência-, o problema da Assistência Técnica, mostrando a necessidade de preparação especializada para aqueles que se ocupam de obras sociais e a falta em Portugal desta mesma preparação, já existente nesse ano em 121 escolas na Europa, na América e na Ásia. E assim, a 2^a das 12 conclusões propostas por aquela Sub-Secção foi: “Que se criem em Lisboa, Porto e Coimbra escolas de Serviço Social “[...] a Sr.^a Condessa de Rilvas, falando numa reunião da Federação das Obras Católicas, focou de novo neste problema. A Igreja, compreendendo a sua importância, tomou a iniciativa da fundação do Instituto de Serviço Social [...]” (ISS,1945, s.p.).

É neste contexto que vários setores da sociedade portuguesa compreendem a emergência e a necessidade de existir formação em Serviço Social em Portugal. Neste sentido, reúnem-se inúmeros esforços que culminam na criação da ASS, associação essencial para a criação do ISS e que lhe confere suporte jurídico e legal. Ressalva-se o papel ativo detido pela Condessa de Rilvas, neste percurso, que foi uma “[...] grande figura que na sombra zela com infinito carinho pelo engrandecimento do Instituto [...]” (ISS,1936b, p.8) e que ocupou o primeiro cargo de diretora do ISS (1935-1944) e fez também parte da ASS.

A ASS é

“[...] aprovada primeiro como associação de beneficência, pelo alvará nº 545, de 1935, e depois como associação cultural pelo alvará nº 227, de 20 de dezembro de 1941, visto ter-se reconhecido pela acção já realizada que, segundo os termos do seu Estatuto se tratava realmente duma “Associação de cultura e formação social” (ISS,1945, s.p.).

Tendo sido fundada por 15 associados : Montesenhor Manuel Anaquim, Dr. Alberto Carneiro de Mesquita, Dr. António Maria de Figueiredo, Dr. Abel de Andrade, Dr. A.

Serras e Silva, Dr. D. António Pereira Forjaz, D. Elisabeth d'Albignac Bandeira de Melo [Condessa de Rilvas], Doutora D. Maria Baptista Guardiola, Doutora D. Domitília de Carvalho, D. Maria Angélica da Silva Pereira, D. Lídia Cabela, D. Maria Cândida Parreira, Doutora D. Regina Quintanilha, D. Isabel Maria da Costa de Macedo Gentil (1935, ASS apud SANTOS,2021b, Anexo Q). Os seus associados eram individualidades pertencentes a instituições ligadas à Igreja Católica, ao ensino, à Academia e também a instituições de cariz religioso e ideológico-político do regime vigente, a Obras das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) (MPF,1945).

As finalidades da ASS pautavam-se por:

- “1 - promover o estudo e vulgarização do serviço social à luz da doutrina católica e da caridade cristã;
- 2 - facilitar e desenvolver o estudo de todas as questões e problemas sociais que o serviço social possa exercer a sua actividade;
- 3 - promover a organização de um Instituto de Serviço Social, com sede em Lisboa, destinado a centro de cultura e formação técnica e profissional de todos os que queiram dedicar-se ao exercício da acção social nas suas diversas modalidades;
- 4 - promover a organização de centros e instituições de serviço social que sejam úteis ao melhoramento da vida social e facilitem a formação de peritos no serviço social;
- 5 - alcançar o melhor entendimento e colaboração dos inerentes organismos de acção social, entre si e com os serviços públicos que, sob qualquer aspecto, se relacionem com aquela acção;
- 6 - conceder ou obter a concessão de bolsas de estudo destinadas a facilitar a formação de peritos no serviço social.” (1935, ASS apud SANTOS,2021b, Anexo Q).

A ASS era, por meios legais, independente face à Igreja Católica. Todavia, ao consultar os seus estatutos é possível depreender que mantinham uma relação muito estreita e que a Igreja detinha autoridade e influência. Na alínea 3 do artigo 3º é possível tomar conhecimento da existência de um consultor assistente que é nomeado pela autoridade eclesiástica, tendo como funções assistir e intervir nas reuniões da Assembleia Geral bem como do Conselho de Direção. Esta decisão foi tomada

“[...] por se considerar aquela que melhor assegura não só a autoridade da Igreja sobre o I.S.S., mas ainda a possibilidade de, numa época de possível menor liberdade religiosa, se poder manter a instituição à sombra apenas da associação cultural” (ISS,1942, s.p.).

É sob estes pilares que o ISS surge e ganha forma. A sua ação prática foi um reflexo da sua constituição orgânica, bem como dos valores e ideais defendidos, marcadamente católicos.

O ISS é, pois, fundado com o apoio da Igreja Católica, “[...] sendo a formação nele recebida inspirada e orientada pelos princípios sociais cristãos, tem uma dependência directa da Igreja, dependência, porém, meramente moral, para as questões dos princípios, religiosos ou outros.” (ISS,1945, s.p.). Apesar do ensino ser baseado em valores cristãos e a Igreja Católica deter um papel ativo na sua constituição e manutenção é, contudo, desvinculativo. Um sinal dos tempos incertos que se viviam no que era relativo à ordem espiritual e da própria memória da Igreja Católica face aos períodos anteriores onde viu-se despojada dos seus poderes.

“A formação dada no Instituto de Serviço Social é de carácter moral, intelectual e técnico. Integralmente cristã, orientada para o culto da Tradição e dos ideais constantes da gente portuguesa, essa formação tende a manter e revigorar sempre mais o que há de presente no nosso património lusíada:

o culto de Deus e da Pátria,
o amor da Família,
a rectidão de carácter,
o sentido de respeito,
a nobreza de sentimentos,
o espírito de ordem e de trabalho.” (ISS,1945, s.p.).

Sendo identificadas como necessidades sentidas que levaram até à fundação do ISS

“[...] organizar e disciplinar boas vontades dispersas, educar elementos preciosos que se perdiam inaproveitados, dar maior consciência e melhor espírito social cristão à mulher, e sobretudo, à rapariga portuguesa. Formar um grupo de escol, para todas as actividades do Serviço Social, constituir instituições preventivas e educativas, foram os nossos primeiros objetivos.” (ISS,1936b, p.3).

O ISS é criado sob a finalidade de formar um conjunto de pessoas com competências para colaborar em todas as organizações e criações do Serviço Social. Promovendo desta forma a educação popular, o bem-estar das classes mais desfavorecidas, a formação moral e prática das raparigas de forma a combater o abandono destas responsabilidades (ISS,1936b) e também a

“[...] anarquia das actividades particulares, ou à dissolução ideológica de organizações incompatíveis com a Moral Tradicional. [...] O Instituto de Serviço Social criou-se e desenvolveu-se para coordenar essas actividades e espalhar em obras boas os bons princípios.” (ISS,1936b, p.11).

O Serviço Social é identificado enquanto forma de ação social prática, que tem por destino restaurar e instaurar a ordem social através da adaptação dos indivíduos à sociedade e/ou através da adaptação das condições socioeconómicas às necessidades do indivíduo. Ao determinar a ação do Serviço Social o ISS compreende-a enquanto a criação e a viabilização de instituições preventivas, curativas e educativas capazes de

auxiliar os indivíduos a reabilitarem-se, a conseguirem alcançar uma vida considerada normativa e também “[...] a aumentar a soma dos seus valores individuais e sociais.” (ISS,1935, p.3). São destacadas as funções, enquanto instituição educativa em Serviço Social, de efetivar a ponte entre as necessidades sentidas por parte de diferentes tipologias de instituições no âmbito “[...] duma organização mais metódica e mais social.” (ISS,1935, p.3) e a procura por parte de pessoas de um local onde de forma remunerada “[...] possam empregar ultimamente a sua cultura geral e as suas aspirações de bem-fazer.” (ISS,1935, p.4). É definido, ainda, a quem se dirige o seu ensino, a indivíduos do sexo feminino que tenham a pretensão de dedicar a sua vida ao trabalho social profissional, de ajudar na sua missão os trabalhadores sociais, de habilitar-se de forma eficaz para o papel de educador e animador do seu próprio lar. De deter uma melhor preparação visto ter um contacto próximo com meios sociais diferentes do seu e ainda para quem ambicione adquirir um complemento de cultura ou compreender as necessidades e a evolução da sua época (ISS,1935).

Existia uma grande vontade por parte do ISS em garantir a sua independência e autonomia face ao contexto político. Esta pretensão era prosseguida com diligência com vista a que o ISS “[...] seja reconhecido de Utilidade Pública, e oficializados os seus diplomas. O Instituto foi já designado pelo Governo como futuro centro de formação das dirigentes e trabalhadoras sociais adjuntas à Obra das mães pela a Educação Nacional.” (ISS,1936b, p.7).

Em 1939 é publicado um documento legislativo, o Decreto-Lei nº 30:135 de 14 de dezembro de 1939, que estabelece os princípios gerais de orientação e coordenação dos estabelecimentos de educação para o Serviço Social e aprova o plano geral de estudos e seus programas. Neste documento as alunas e os estabelecimentos de ensino em Serviço Social, que à data se circunscrevia ao ISS e à Escola Normal Social de Coimbra, eram compreendidos enquanto elementos “[...] conscientes e [as suas alunas] activas cooperadoras da Revolução Nacional.” (Decreto-Lei nº30:135, p.1404).

Sendo, portanto, aprovado a

“[...] criação de escolas de formação social onde se habilitem raparigas, até da melhor condição, para exercerem junto de fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e de educação colectiva e de obras similares uma acção persistente e metódica de múltiplos objetivos - higiénicos, morais e intelectuais -, em contacto directo com famílias de todas as condições [...] a par da vocação natural, mentalidade especialmente formada e firme sentido social, que naquelas escolas se suscitam e educam” (Decreto-Lei nº30:135, p.1403).

E autorizado, por conseguinte,

“[...] o funcionamento de institutos destinados à formação de assistentes de serviço social, com ou sem especialização, por modo a assegurar-se a satisfação das necessidades de pessoal técnico, tanto para os serviços públicos como para as instituições particulares que, em qualquer forma da sua actividade, se proponham fins de educação e auxílio social.” (Decreto-Lei nº30:135, p.1404).

O ISS adotou uma postura versátil perante a tipologia de alunas existentes, ou seja, criou distintas tipologias de forma a responder aos diferenciados interesses detidos pelas mulheres e raparigas que se inscreviam, sendo as tipologias de alunas ordinárias, alunas voluntárias e alunas por conferência. As primeiras são as alunas que frequentam a formação de forma integral, as segundas são as alunas que se inscreveram apenas nos cursos práticos de formação de donas de casa, as últimas são alunas que optaram por seguir alguns cursos ou conferências enquanto ouvintes (ISS, 1935). Para as alunas ordinárias existia ainda outra distinção, esta relativa à secção de estudo escolhida, sendo a secção A) dirigida às alunas que pretendessem seguir o curso de Serviço Social e a secção B) direccionada para a via do Professorado da Educação Familiar e Doméstica⁴.

4.2. A REPRESENTAÇÃO: INTRODUÇÃO DO MÉTODO MONOGRÁFICO

A oferta educativa do ISS, que se direccionava a “[...] alunas que se destinam a um trabalho profissional a vocação primordial de «servir» [...]” (ISS, 1935, p.5), traduzia-se em “[...] estudos completos que dão direito ao título de profissional de Serviço Social (que serão distribuídos em 2 ½ anos) [...]” (ISS, 1935, p.5). Contudo, existia ainda a possibilidade de obter outro reconhecimento profissional através da escolha de secção a frequentar, a secção A) e a secção B).

A organização do ensino distribuía-se por ensino teórico, ensino prático e trabalho pessoal da aluna, sendo que o diploma atribuído pelo ISS conferia o direito ao exercício profissional dos seguintes cargos: “Assistente social escolar; assistente social junto das Tutorias da infância; assistente social dos hospitais; assistente social rural; «surintendente» de oficinas; residente social; directora de obras; directora de Secretariados Sociais etc, etc.” (ISS, 1935, p.6). Era assegurado o surgimento num futuro próximo em Portugal destes cargos, e garantido que apenas poderiam ser

⁴ Em nenhuma das fichas das alunas consultadas existe a menção ao curso do professorado de Educação Familiar e Doméstica, mas antes apenas referência ao curso de Educação Familiar. Depreende-se que o uso destes dois termos seja sinónimo.

exercidos por quem detinha as devidas competências, que é como quem diz, deter o título profissional.

Foi possível apurar que “Alem dos cursos teóricos enunciados no programa oficial publicado, deram-se cursos praticos de cosinha (1º e 2º ano); corte e costura (1º e 2º) servir, remendar, engomar; chapéus; flores; ornamentação domestica; metodologia profissional.” (ISS, 1936?a, s.p.), o que significa que existia uma flexibilidade por parte do ISS perante os seus planos de estudos e que leva a crer que se iam ajustando às necessidades sentidas.

4.2.1. PLANOS DE ESTUDOS

No âmbito do período estudado, 1935 a 1939, têm-se conhecimento da existência de dois planos de estudos distintos remetentes ao curso de Serviço Social, o primeiro Plano de Estudos é apresentado no primeiro boletim do ISS (ISS,1935), e o segundo é o primeiro Plano de Estudos legitimado (Decreto-Lei nº30:135), ou seja, é reconhecido, autorizado e publicado pelas instâncias oficiais. Não foi possível encontrar nenhum documento devidamente datado que confira o Plano de Estudos em vigor no período estudado do curso do Professorado de Educação Familiar e Doméstica. Todavia, no boletim de 1935 do ISS consta a possibilidade de as alunas ingressarem nesta opção sendo apresentada a secção B), é também explicado que o Plano de Estudos é igual ao do curso de Serviço Social, sendo realizada a frequência no curso preparatório no caso de não terem o diploma de enfermagem e é feito o programa de formação geral do 1º ano destinado a profissionais e no 2º ano de estudos surge uma diferença perante o curso de Serviço Social, pois é aí que se apresenta a especialização em formação prática doméstica, que será mais à frente apresentada.

4.2.1.1. ANO LETIVO DE 1935-1936

O Plano de Estudos apresentado em 1935 é composto por um curso preparatório, com a duração de meio ano, este que se dirige a todas as candidatas que se encontrem inseridas no curso de estudos completos de Serviço Social e que ainda não tenham o diploma de enfermagem e também para todas aquelas que desejam obter, no âmbito familiar e/ou social, uma formação complementar “[...] susceptível de as ajudar na sua orientação ulterior.” (ISS,1935, p.7). Seguidamente é apresentado o programa dos 2 anos de estudos conferentes às alunas que tinham o fim de se profissionalizar em Serviço Social, enquadrando-se assim na secção A).

A junção destes 2 ½ de formação culminam no programa de estudos apresentado na tabela 2.

Tabela 2 – Plano de Estudos do Curso de Serviço Social (ano letivo 1935-1936).

Curso Preparatório	Programa do 1º ano do curso destinado a profissionais	Programa do 2º ano (estudos completos de Serviço Social)
Aulas/Ensino Teórico	Aulas	Aulas
<p>Formação elementar de enfermagem: Elementos de anatomia e fisiologia; Elementos de cirurgia, de medicina, de higiene; Elementos de higiene alimentar; Farmácia; Pensos; Cursos de socorros a feridos e doentes; Demonstração e manejo de aparelhos e instrumentos; Assepsia e antissepsia, etc.</p> <p>Puericultura: Fisiologia do recém-nascido; Higiene geral; Amamentação; Doenças do recém-nascido; Mortalidade infantil; Período infantil desde o nascimento até à idade escolar e suas perturbações físicas, etc.</p> <p>Educação Física: Exercícios teóricos e prático, métodos variados; Aspeto médico e pedagógico; Estudo sobre jogos e desportos educativos.</p> <p>Psicologia Pedagógica da Infância: Estudo das relações da evolução fisiológica e psicológica e noções de pedagogia relativas à infância; Noções acerca dos métodos dos “parques infantis”.</p> <p>Estudo Prático e Racional das Encíclicas Sociais: Dactilografia; Apontamentos; Fichas; Classificação; Exercícios de correspondência; Noções elementares de contabilidade prática;</p>	<p>Formação Geral: Moral; Moral familiar e social; Moral profissional do trabalhador social; Psicologia Geral; Pedagogia e educação; Sociologia; Economia política e social; História da Assistência (em Portugal e no estrangeiro); Direito Civil; Direito Constitucional; Direito Penal; Legislação operária e organização do trabalho; Legislação sanitária e os flagelos sociais.</p> <p>Cursos Médico-Sociais: Higiene geral; Higiene e assistência médica antes do nascimento e ao recém-nascido; Higiene e assistência médica infantil; Higiene e assistência médica da idade escolar; Doenças Sociais; Hereditariedade; Hereditariedade patológica; Higiene Social da Tuberculose; Higiene Social do cancro; Higiene Social das doenças venéreas; Higiene Social do alcoolismo; A luta contra as casas impróprias para habitação; Higiene e urbanismo (casas, habitação, etc); O Serviço Social – da família, do grupo e da instituição.</p> <p>Esquemas sobre assuntos gerais relacionados com o programa:</p>	<p>Formação Geral: Moral; Moral familiar e social (continuação); Moral profissional do trabalhador social (continuação); Psicologia geral (continuação); Psicologia experimental; Sociologia (continuação); Economia política (continuação); Demografia; Noções de Serviço Social (continuação); Previdência e cooperação; Legislação de assistência; Estudos de realização de assistência pública e privada; Estudo do funcionamento dos serviços públicos; Estudo da assistência do regime de gerência; Estudo da assistência do regime financeiro; História da assistência (portuguesa e estrangeira) (continuação).</p> <p>Cursos Médico-Sociais: Higiene e segurança no trabalho; Doenças profissionais; sua prevenção; Acidentes de trabalho; sua prevenção. Psiquiatria: Doenças mentais; Anomalias mentais; Busca e reeducação de anormais; Criminalidade infantil; Infância desamparado; A toxicomania – os estupefacientes.</p>

<p>Noções sobre esquemas de investigações; Documentação; Noções sobre material de secretariado; Jornais, revistas, anuários; etc.; Propaganda e publicidade; Imprensa; Exercícios práticos de dicção, de elocução, de improvisação; etc.; Noções sobre diferentes métodos de círculos de estudos; Noções sobre visitas sociais, inquéritos, etc. Cursos e conferências sobre: Papel social e educativo da mulher em matéria de higiene; Proteção da maternidade em Portugal e no estrangeiro; O escotismo; A importância educativa da formação de donas de casa sob o ponto de vista da família, da nação, etc.</p>	<p>A sociedade das nações e as relações internacionais na ordem política, económica, social e intelectual; A função social da S.D.N; O Bureau Internacional do Trabalho; As principais instituições nacionais e internacionais publicas e privadas; As conferências internacionais de proteção à criança; A Cruz Vermelha; O desemprego, etc.</p>	<p>Cursos e Conferências: Orientação profissional; Relações industriais; Escolas de aprendizagem; Organização de centros de higiene; Organização de centros sociais; Conferências Internacionais de Serviço Social; Os centros de educação familiar; Escolas de chefes de famílias.</p>
<p>Trabalhos Práticos</p>	<p>Trabalhos Práticos</p>	<p>Trabalhos Práticos</p>
<p>Estágios nos hospitais, serviços de medicina, cirurgia, pediatria, etc.; Estágios nas creches, maternidades, escolas infantis; Visitas a instituições sociais para completar o ensino teórico; Relatórios escritos; Exercícios escritos; Exame final.</p>	<p>Inquéritos sobre s condições de vida e de trabalho em diversos meios; Monografias sobre realizações sociais; Círculos de estudos; Busca de casos sociais; Classificação de fichas sociais; Visitas às realizações sociais, etc.; Exames.</p>	<p>Revisão dos cursos – inquéritos escritos e orais; Círculos de estudo; Estudo de artigos, de livros, de revistas, etc.; Inquéritos do Serviço Social; Prática do trabalho social; Dossier familiar; Visitas e monografias de instituições sociais; Exames e Tese final.</p>
<p>Estágios Práticos</p>	<p>Estágios Práticos</p>	<p>Estágios Práticos</p>
	<p>Dispensários - Maternidade- Creches; Gotas de leite (Lactários) – Consultas especializadas; Proteção ás Raparigas; Centros Sociais, etc.</p>	<p>Nas Obras de reeducação de anormais; Nas Obras de reeducação de delinquentes; Juno das tutorias da infância; Nas Obras de educação popular; Nos secretariados sociais; Nas bibliotecas; Nos centros de orientação profissional, etc.</p>

(Fonte: Elaboração a partir de ISS, 1935, p.7-12.)

O curso preparatório, que detinha uma finalidade muito específica, era composto sobretudo por disciplinas relacionadas com a área da Saúde e com um especial

destaque para com a população infantil. Pelo estudo de matérias religiosas, as Encíclicas Sociais, contando também com cursos e conferências, estes direcionados para temáticas tais como o papel da mulher perante a área da higiene, o relevo da formação de donas de casa e também a abordagem a matérias relacionadas com a maternidade no contexto português e internacional. Os trabalhos práticos inerentes ao curso preparatório englobam estágios em serviços ligados à área da Saúde e Materno-Infantil, visitas a instituições de cariz social, a redação de relatórios, exercícios e também um exame final.

O programa do 1º ano de estudos destinado a profissionais é composto, no ensino teórico, pela formação geral que engloba disciplinas das áreas de saber da Moral, Psicologia, Sociologia, Direito, Serviço Social e Economia. Incluía cursos Médico-Sociais que englobavam várias matérias relacionadas com a área da higiene e também do Serviço Social. Contava ainda com esquemas sobre assuntos gerais relacionados com o seu programa, conferindo uma perspetiva internacional face aos temas abordados. No que concerne aos trabalhos práticos, estes recaíam na elaboração de inquéritos sociais, de “monografias sobre realizações sociais”, círculos de estudo, casos sociais, fichas sociais, visitas a instituições e exames. Já os estágios, estes eram desenvolvidos em instituições ligadas à área da Saúde e também do Serviço Social.

No programa de 2º ano, este dirigido única e exclusivamente a quem pretendia obter o diploma em Serviço Social, existia uma continuação de parte das disciplinas presentes na formação geral do ano anterior. Eram também acrescentadas novas disciplinas sobre a área da Assistência e Previdência, os cursos Médico-Sociais também estiveram presentes neste programa, embora que com novas disciplinas associadas. Uma novidade neste Plano de Estudos foi a inserção de Psiquiatria contando com um conjunto de disciplinas mais específicas relativas a esta área. Os cursos e conferências apresentaram uma nova dinâmica direcionada para a organização e direção institucional, para o debate em Serviço Social no panorama internacional entre outras temáticas relevantes para quem iria assumir funções como Assistente Social. No que é relativo aos trabalhos práticos estes foram ao encontro dos já desenvolvidos nos outros anos, contando agora com a adição do estudo de artigos e outras produções, a prática do trabalho social, a realização de dossier familiar e de uma tese final.

São alcançados os entendimentos de que as áreas de conhecimento que formulam o primeiro Plano de Estudos do ISS, são a Medicina, o Serviço Social, a Sociologia, a

Economia, o Direito, a Psicologia e a Religião. De que a vertente prática é alvo de uma grande atenção na formação dada, estando sempre presente nas diferentes etapas de formação. De que o curso preparatório contava com estágios práticos dos quais em hospitais e Misericórdias, já no primeiro e segundo ano de formação existia para a secção A) estágios e visitas sociais em diferentes organizações sociais e para a secção B) eram também desenvolvidas visitas sociais em diferentes organizações sociais e além disso eram realizadas atividades práticas inerentes ao ensino familiar e doméstico na sede do ISS em instalações especiais para o efeito (ISS,1936).

O ISS disponibilizava ainda para as alunas da secção A) duas opções de especialização, sendo estas a especialização em Trabalho Social Rural e a especialização em Trabalho Social Urbano, é também dado a conhecer a possibilidade de especialização para as alunas da secção B) em Formação Prática Doméstica (tabela 3).

Tabela 3 – Especializações em Serviço Social e no Professorado de Educação Familiar e Doméstica (1935).

Especializações em Serviço Social	Trabalho Social Urbano	Programa geral completo e estágios especiais.
	Trabalho Social Rural	Programa geral escolhido e estágios especiais. Programa: Estudo da vida e do lar rural; Estudo da organização do trabalho rural; Estudo da ação social rural; O que é necessário combater (ignorância, alcoolismo, tuberculose, mortalidade infantil); Ensino e obras infantis; Educação física; Ensino rural: profissional, intelectual, artístico, funcionamento; O Centro Social rural: suas vantagens; suas criações (museu local, bibliotecas, festas, teatro e cinema educativo). O Centro Social arma de luta contra a despovoação dos campos; Conferências sobre o que já se conseguiu em Portugal e no estrangeiro; Trabalho pessoal da secção rural: Monografia duma povoação rural, aplicação do ensino a uma povoação rural conhecida.
Formação Prática	Doméstica	Programa de formação geral do 1º ano de curso destinados a profissionais e formação prática específica. Formação prática específica: Cozinha (individual e papel da dona de casa), Economia, Compras, Mercados. Corte: Vestidos, Transformações. Moda: confeção de modelos e

		transformações. Outros ofícios: pequena carpintaria, encadernação, etc.
--	--	---

(Fonte: Elaboração a partir de ISS, 1935, p.13-14).

Ao realizar uma leitura da tabela 3 é possível aferir que a especialização em trabalho social urbano consistia na frequência do programa geral escolhido e de estágios especiais, não tendo sido especificado em que instituições decorreriam esses estágios. A especialização em trabalho social rural distinguia-se pois conferia às alunas que realizassem essa opção a frequência de uma formação prática específica após o programa de formação geral do 1º ano. Esta formação prática específica dirigia-se para a temática rural aplicando a mesma a diferentes assuntos e temas sociais, as alunas teriam de realizar uma “monografia de uma povoação rural”. A formação prática doméstica era a única opção concedida às alunas que enveredassem pela via do Professorado de Educação Familiar e Doméstica, à semelhança da especialização anterior esta também exigia a frequência da formação geral do 1º ano de curso destinados a profissionais, distinguindo-se pela formação prática específica, esta que recaía sobre matérias relacionadas com o meio doméstico.

Ao consultar o relatório de atividades de 1935-36 (ISS, 1936) foi possível aferir que a disciplina de Sociologia já não constava na lista de aulas teóricas ministradas pelo ISS e que Almeida Correia, Professor responsável pela regência dessa disciplina de no primeiro plano estudos (S.A, 1935) lecionava as aulas teóricas de Economia Política e Economia Social. Não tendo sido possível aferir se a omissão foi propositada ou por lapso. Facto é que também foi referido no jornal A Voz (S.A, 1935) APUD Santos (2021b, p. 323) que Almeida Correia dava a disciplina de Demografia, no primeiro Plano de Estudos do ISS, disciplina que já não se encontra presente no referido relatório (ISS, 1936). Excluindo a possibilidade de lapso ou omissão e tendo em consideração que no período inicial do ISS existia uma maior suscetibilidade de mudança, é possível que após a divulgação do primeiro Plano de Estudos em 1935 o mesmo tenha sido alvo de alguns ajustes, algumas mudanças. Não deixa também de ser interessante considerar que no caso da disciplina de Sociologia, esta representava para o regime uma ameaça, e talvez nesse sentido tenha sido retirada do Plano de Estudos.

4.2.1.2. RECONHECIMENTO OFICIAL EM 1939

O Plano de Estudos de 1939 vem reconhecer a formação dada pelo ISS e a sua legitimidade perante o ensino em Serviço Social, foi um passo muito importante para o ISS. Se bem que não deixa de ser importante considerar que entre 1935 a 1939 não foi possível apurar quais foram os planos de estudo vigentes para os cursos de Serviço

Social e do Professorado de Educação Familiar e Doméstica, não sendo possível confirmar se realmente se manteve o que tinha sido apresentado em 1935.

Este Plano de Estudos (tabela 4) diz respeito apenas ao curso de Serviço Social. Assim que foi publicado as alunas que frequentavam o primeiro ano automaticamente ingressaram, tendo as outras alunas de submeter-se a um exame de transição caso pretendessem obter o diploma de Assistente Social. É de ressaltar que este Plano de Estudos era comum às escolas existentes de Serviço Social em Portugal, o ISS e a Escola Norma Social de Coimbra (Decreto-Lei nº30:135).

Tabela 4 – Plano de Estudos do Curso de Serviço Social (1939).

	Aulas	Estágios
Curso Preparatório	<p>Iniciação ao estudo da vida física e as suas perturbações: Anatomia, fisiologia; Cirurgia, socorros de urgência e prática de enfermagem; Indicações terapêuticas e farmácia; Microbiologia, doenças infecciosas; Higiene Geral e Alimentar; Puericultura; Cultura Física.</p> <p>Iniciação ao estudo da vida mental e moral: Filosofia (ideias gerais; psicologia); Cultura Religiosa.</p> <p>Iniciação ao estudo do funcionamento prático do Serviço Social: Formação Técnica (compreendendo contabilidade e dactilografia).</p>	<p>Cirurgia (adultos); Medicina; Pediatria; Puericultura (na creche).</p>
2º Ano de Ensino	<p>Aulas</p> <p>A vida física e as suas perturbações (continuação): Profilaxia, higiene e assistência social pré-natal, natal e de recém-nascido; da infância; da idade escolar; dos flagelos sociais.</p> <p>Elementos de higiene e urbanismo; legislação sanitária.</p> <p>Estudo da vida social: Direito constitucional e direito civil; Economia política e demografia.</p> <p>Estudo da vida mental e moral: Noções da psicologia infantil; pedagogia e educação;</p>	<p>Estágios</p> <p>Numa maternidade e consultas pré-natais, em serviços de puericultura e de proteção à infância, em institutos e dispensários de profilaxia e higiene social, em instituições especializadas em ensino familiar e doméstico (com noções teóricas); Visitas de caráter social – esboços de inquéritos.</p>

	Moral filosófica (individual e familiar); encíclicas que lhe dizem respeito; Cultura religiosa (continuação). Serviço Social e seu funcionamento: Ação social e corporativismo; Sindicatos Nacionais.	
3º Ano de Ensino	Aulas A vida física e mental; suas perturbações (continuação): Profilaxia; higiene e assistência social mental (infantil e de adultos); Profilaxia das doenças e intoxicações profissionais e outras; higiene e fisiologia do trabalho; prevenção dos acidentes do trabalho. Estudo da vida social (continuação): Economia, direito e legislação do trabalho e previdência; Noções do direito criminal e penal; História e legislação da assistência. A vida moral (continuação): Moral filosófica (social e encíclicas que lhes dizem respeito, moral profissional); Cultura religiosa (continuação). Serviço Social e seu funcionamento (continuação): Organização Social da indústria e higiene industrial, utilização das horas de descanso dos que trabalham; centros sociais; bibliotecas; orientação profissional; Organização social agrícola; casas do povo.	Estágios Em serviços sociais de proteção à maternidade e à infância (normal e delinquente); Em outros Serviços Sociais especializados (hospitais, dispensários de higiene social, sanatórios, fábrica, junto das organizações corporativas, etc).

(Fonte: Elaboração a partir de Decreto-Lei nº30:135, p. 1404-1405).

O curso preparatório é dividido em três grupos de disciplinas. A iniciação ao estudo da vida física e as suas perturbações, a iniciação ao estudo da vida mental e moral e a iniciação ao estudo do funcionamento prático do Serviço Social. Além disso conta ainda com estágios desenvolvidos no âmbito da área da Saúde. Em comparação com o Plano de Estudos de 1935 é possível assistir a uma coerência, ainda que no mais atual o número de disciplinas ser expressivamente mais reduzido. Os curso e conferências deixam de estar presentes na formação que é dada no curso preparatório, não é feita menção a nenhum tipo de trabalhos práticos além dos estágios.

O 2º ano de ensino é composto por quatro grupos de disciplinas. A vida física e as suas perturbações, que é uma continuação da disciplina iniciada no curso preparatório, o estudo da vida social, o estudo da vida mental e moral, o Serviço Social e seu funcionamento. Os estágios são feitos na área materno-infantil, incluindo também a

realização de visitas sociais e de esboços de inquéritos sociais. Este ano segue a tendência presente no Plano de Estudos de redução das disciplinas face ao de 1935, embora mantenha a sua essência.

O terceiro e último ano é todo ele composto por grupos de disciplinas que dão continuidade ao já lecionado no ano anterior. A vida física e mental e suas perturbações, estudo da vida social, a vida moral, o Serviço Social e seu funcionamento. Os estágios decorrentes neste ano efetuam-se em serviços materno-infantis e noutros locais onde existisse Serviço Social especializado, não tendo sido mencionado nenhum tipo de trabalho prático além dos estágios. Neste último ano e tendo como referência o programa de 2º ano de estudos completos em Serviço Social encontra-se uma maior maturidade, quer no que diz respeito às disciplinas que eram inerentes ao Serviço Social quer também nos locais onde se desenvolviam os estágios. Estes decorriam única e exclusivamente no âmbito do Serviço Social, no seu próprio espaço de atuação e não como no ano anterior onde eram alocados a serviços de outras áreas de saber e/ou profissões.

Apesar de já se encontrar fora do período de estudo, pela sua proximidade, é interessante ter em consideração que a 10 de fevereiro de 1940 é realizada uma retificação ao Decreto-Lei 30:135 de 14 de dezembro de 1939. Esta retificação dá a conhecer algumas mudanças, das quais a inclusão no segundo ano de formação de visitas de carácter social, relatórios, monografias e inquéritos. As mudanças efetuadas encontravam-se já presentes no primeiro boletim do ISS (ISS,1935), mas que foram omitidas no Decreto-Lei de 1939 que reconhece o plano geral de estudos e programas do ISS. As mudanças efetuadas encontram-se assinaladas na tabela 5.

Tabela 5 – Retificação realizadas ao Decreto-Lei nº30:135 de 14 de dezembro de 1939.

Curso de Serviço Social	Plano de Estudos Vigente	Alterações
2º ano	Estudo da vida mental e moral: Moral filosófica (individual e familiar); encíclicas que lhe dizem respeito.	Estudo da vida mental e moral: Moral filosófica (<u>geral</u> , individual e familiar); encíclicas que lhe dizem respeito.
	Serviço social e seu funcionamento: Ação social e corporativismo; Sindicato Nacional,	Serviço social e seu funcionamento: <u>Origens e evolução; serviço social individual e familiar e suas bases atuais (estudo teórico e prático).</u> Ação social e corporativismo; sindicatos nacionais. <u>Visitas de carácter social, relatórios, monografias, inquéritos.</u>

3º ano	Serviço social e seu funcionamento (continuação): Organização social da indústria e higiene industrial; utilização das horas de descanso dos que trabalham; centros sociais; bibliotecas, orientação profissional. Organização social agrícola; casas do povo.	Serviço social e seu funcionamento (continuação): <u>Noções sobre serviço social coletivo e de instituições; atividades especializadas.</u> Organização social da indústria e higiene industrial; utilização das horas de descanso dos que trabalham; centros sociais; bibliotecas, orientação profissional. Organização social agrícola; casas do povo.
--------	--	--

(Fonte: Elaborado a partir de Retificação ao Decreto-Lei Nº30:135, s.p.).

4.2.1. CORPO DOCENTE

Tendo em consideração os patrocinadores e entusiastas do ISS não foi tarefa árdua reunir um corpo docente de excelência. Essa facilidade é relatada:

“[...] professores de grande valor (muitos professores catedráticos), correspondeu ao apelo que lhe foi feito, prontificando-se com generosidade e interesse que nunca se desmentiram a ministrar gratuitamente o ensino teórico e prático. Tem este corpo docente, já notável em si, a característica especial de se ter integrado perfeitamente no ideal da obra, fazendo desta uma entidade harmónica, de espírito largo e muito cristãmente social.” (ISS, 1945, s.p.).

A seleção dos professores para exercer funções no ISS era realizada pela direção do ISS sob a consulta do Patriarcado e através da proposta à direção da ASS, ficando depois a cargo da direção de realizar os convites aos professores, bem como o pedido de cessação de serviços (ISS, 1942).

É possível ter conhecimento através de uma listagem de professores de alguns nomes que exerceram funções no ISS no período de 1935 a 1939, bem como a sua ocupação profissional a par da colaboração com o ISS. Conferindo desta forma uma visão de quais as principais áreas de formação e de exercício profissional dos professores do ISS (tabela 6).

Tabela 6 – Listagem de Professores e as suas ocupações profissionais (1935-1939).

Ano	Nome do Docente	Ocupação Profissional
	Prof. Doutor José Toscano Rico	Professor Catedrático da Faculdade de Medicina
	Dr. Luis Figueira	Chefe do laboratório de análises dos Hospitais Cívicos e Chefe de Serviço no Instituto Câmara Pereira
	Dr. Vitor Moreira Fontes	Diretor do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, Diretor do Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas e Professor na Faculdade de Letras

1935	Dr. Ernesto Roma	Diretor Clínico da Associação Protetora dos Diabéticos Pobres
	Dra. D. Custódia Alves do Vale	Professora da Mocidade Portuguesa Feminina e Vogal da Direção Diocesana da Liga Universitária Católica Feminina
	Dr. Artur Bivar	Professor na Casa Pia de Lisboa
	Prof. Doutor Adelino Padesca	Professora da Faculdade de Medicina, Diretor do Hospital Escolar e Diretor do Serviço MIB do Hospital Escolar
	Dr. Pulido Valente	Professor da Faculdade de Medicina e Diretor do Serviço M2B do Hospital Escolar.
	Dr. Leite Lage	Diretor do Serviço nº5 do Hospital de D. Estefânia
	Dr. Francisco Gentil	Professor da Faculdade de Medicina e Diretor do Instituto Português de Oncologia
1935-1936	Prof. Dr. Benard Guedes	Professor Agregado da Faculdade de Medicina e Diretor do Serviço de Radiologia do Hospital Escolar
	Prof. Dr. Henrique Parreira	Professor Agregado da Faculdade de Medicina
	Dr. Fernando da Silva Correia	Diretor do Boletim da Assistente Social
	Dr. Daniel Sttau Monteiro	Médico-Visitador da Assistencia Nacional aos Tuberculosos
	Padre Abel Varzim	Antigo Deputado, Assistente Geral da Liga Operária Católica e Diretor do Secretariado Economico-Social
	Dra. Branca Rumina	Diretora da Creche nº3 da Misericórdia de Lisboa
	Dr. Tovar Lemos	Diretor dos Dispensários de Higiene Social de Lisboa
1936-1937	Prof. Doutor Marcelo Caetano	Professor Catedrático da Faculdade de Direito e Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa
	Prof. Doutor Paulo Cunha	Professor Catedrático da Faculdade de Direito
	Prof. Doutor Fezas Vital	Professor Catedrático da Faculdade de Direito e Presidente da Junta Nacional da Educação
	Dr. Augusto de Oliveira	Diretor Geral das Prisões
	Dr. Guilherme Possolo	Diretor Geral da Assistencia
	Dr. Artur de Oliveira Ramos	Diretor dos Refúgios da Tutoria Central da Infância e Professor do Instituto de Orientação Profissional
	Dr. Frederico Macedo Santos	Adjunto do Instituto Nacional do Trabalho
	Prof. Doutor Mark Athias	Assistente da Faculdade de Medicina e Presidente da Associação dos Médicos Católicos.
	Prof. Dr. Barahoma Fernandes	Hospital Júlio de Matos

	Doutor Américo Cortês Pinto	Médico Inspetor de Saúde Escolar
	Dr. Mario Quinta	Médico
	Dr. Arbúes Moreira	Diretor do Hospital Sanatório da Ajuda
1937-1938	Dr. Gomes da Costa	Assistente da Faculdade de Medicina e Presidente da Associação de Médicos Católicos
	Dr. Martinho Rosado	Diretor do Serviço nº 5 do Hospital dos Capuchos
1938-1939	Padre Costa Lima S.J.	Colaborador da "Brotéria" ⁵

(Fonte: Elaboração a partir de ISS,1952, s.p.).

Através da leitura da tabela 6 é possível aferir que um vasto conjunto de profissionais de diferentes áreas, das quais a Medicina, o Direito e a Igreja Católica compõem o corpo docente do ISS. Dentro deste conjunto de professores existe a destacar algumas personalidades, tais como os Médicos Dr. Barahoma Fernandes (1907-1992), Dra. Branca Rumina (1898-1988), Dr. Fernando da Silva Correia (1893-1966) e ainda o Dr. Marcelo Caetano (1906-1980), Professor de Direito que mais tarde assume a liderança (1968-1974) do Estado Novo (ISS,1936). É também de enaltecer, dentro do conjunto de professores apresentados, as funções que exerciam. Estando estas sobretudo ligadas a instituições ou repostas na área da Saúde, mas também na área da Academia, em organizações de cariz social cristão com ligações ao regime e na colaboração em diferentes tipologias de revistas.

4.2.2. DINÂMICA INSTITUCIONAL

No que diz respeito ao movimento e à dinâmica da atividade desenvolvida pelo ISS entre 1935 e 1939 foi possível apurar que o primeiro curso preparatório iniciou-se em abril de 1935, já o 1º ano de curso completo a outubro do mesmo ano (ISS,1935).

Nos primeiros dois anos de funcionamento o ISS contou com a totalidade de 134 alunas. Apenas as alunas ordinárias irão desenvolver trabalhos subsequentes à sua formação integral, e, portanto, tendo essa referência podemos concluir que existiram entre os anos de 1935 e de 1936, 36 alunas ordinárias, sendo possível ainda aferir o seu percurso nos dois primeiros anos de atividade do ISS (tabela 7).

⁵ Revista publicada por jesuítas portugueses a partir de 1902.

Tabela 7 – Percurso das alunas em tipologia ordinária nos primeiros dois anos de atividade do Instituto de Serviço Social (1935-1936).

	Curso Preparatório	1º Ano Curso	2º Ano Curso
1ª Turma	13 alunas	6 alunas	6 alunas
2ª Turma	11 alunas	9 alunas	Sem informação
3ª Turma	12 alunas	Sem informação	Sem informação
Total de alunas	36 alunas	15 alunas	-

(Fonte: Elaboração a partir de ISS,1936b, p.6-5)

De acordo com a informação disponibilizada pelo ISS é possível compreender que existe uma taxa de reprovação, na primeira turma de 53.8% e na segunda de 18.2%, sendo que na terceira não é possível aferir por falta de dados disponibilizados. É, portanto, exequível a verificação de que o número de alunas ordinárias com o qual se inicia uma turma não se mantém até à finalidade do curso, apesar de existir um melhor aproveitamento da primeira turma para a segunda. É ainda dado a conhecer que da segunda turma, as suas alunas ordinárias aprovadas dividiram-se no primeiro ano de curso em dois grupos, o da secção A) que englobou 5 alunas e a secção B) composta por 4 (ISS,1936b).

A dificuldade presente no primeiro ano letivo do ISS é também testemunhada por Maria Helena Beltrão (2005) apud Santos (2021a, p.274)

“O primeiro ano foi muito duro e prova disso foi o facto de haver tantas desistências. Começámos dezasseis, três desistiram logo, por isso conto treze. Dessas, só seis é que continuámos, uma desistiu no último ano, foi para fora, era francesa. [...] só terminámos cinco. [...] Todas as outras raparigas que se inscreveram desistiram porque achavam o curso muito difícil, porque tinham dificuldades no estudo, porque o curso era muito exigente, tínhamos que nos levantar muito cedo [...]”.

É dado a conhecer os “postos”⁶ já ocupados pelas alunas do ISS. Sendo acolhidos pelo Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas, pela OMEN e ainda pelo Centro Social da Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). Nos dois primeiros os “postos” são ocupados por alunas da secção A), duas alunas, e no último ocupados por alunas da secção B), duas alunas. É dado a conhecer que o trabalho desenvolvido pelas alunas tem em vista estabelecer o Serviço Social e o professorado de Educação Familiar e Doméstica nas instituições acolhedoras. Na última instituição mencionada, JOCF, o trabalho foi além do desenvolvimento de cursos teóricos e práticos de educação familiar,

⁶ O significado conferido a esta palavra oscila entre estágio e posto de trabalho. Não existia uma grande diferenciação por parte da autoria do documento (ISS,1936?) entre estas duas categorias profissionais.

também foi efetuado uma preparação para a implementação de um secretariado social, que virá a ser dirigido por uma Assistente Social. Estes estágios tinham uma intenção expansiva das áreas de atuação de Serviço Social e de Educação Familiar e Doméstica, contribuindo para que a própria instituição acolhedora reconhecesse a sua importância profissional. É de ressaltar que as alunas apesar de se encontrarem ainda a receber formação são já identificadas pelo título profissional, não sendo referido a sua categoria de estagiárias (ISS,1936?b). Independentemente de toda a exigência impressa na formação dada o ISS não a aplica do mesmo modo no que diz respeito ao emprego do título profissional pelas suas alunas.

No âmbito do relatório que dá conta do primeiro ano de atividade do ISS é dado a conhecer os “postos” a serem ocupados com brevidade, sendo estes a implementação do Serviço Social nas fábricas de conserva de peixe de Setúbal, na Mocidade Portuguesa, nas Fábricas de Sacavém e do Entroncamento e ainda subsequente à Criação de um Centro Social no bairro das Minhocas. No âmbito da criação destes novos “postos”, as alunas da secção A) e B) encontram-se envoltas de trabalhos, sejam eles estudos da ação social dos meios nos quais vão intervir, desenvolvimento de cursos de formação, desenvolvimento de planos de ação social e também de inquéritos sociais.

Estes trabalhos nem sempre ficavam só a cargo das alunas do ISS por vezes outras instituições colaboravam, tal como é o caso Instituto Nacional do Trabalho e Previdência que colaborou no estudo da ação social do meio e das condições de trabalho nas fábricas de conserva de peixe de Setúbal. E da Legião Portuguesa, que a seu pedido é iniciado a implementação de inquéritos sociais às famílias do bairro das Minhocas com vista à criação de um Centro Social nesse mesmo local. Esta última colaboração enaltece em muito o ISS e dá a conhecer como aos poucos a sociedade portuguesa vai compreendendo a importância da sua intervenção. Acaba por contribuir para que seja estabelecido contacto via alunas, com apoio de Marie-Thérèse Lévêque, com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), Eng.º Duarte Pacheco, que tinha também a intenção de substituir os bairros existentes por bairros sociais. Este contacto teve como fim propor à CML a criação de centros sociais em todos os bairros, mostrando a urgência e importância de fundir o Serviço Social nestes meios (ISS,1936?b). Neste inquérito social feito à população constava

“[...] conhecer as necessidades reais do meio; permitir a escolha das famílias mais educadas que entrarão nas primeiras casas económicas [...]; continuar a fortalecer a educação destas famílias para as adaptar à sua nova vida; poder começar já, com dados certos, a educação das outras famílias, uma por uma” (ISS, 1936?b, p.III).

As alunas ficaram encarregues de delinear um plano para a criação do Centro Social, este que foi aprovado pela Legião Portuguesa apesar de ser reconhecido que seria necessário complementar o plano com ajuda Médico-Social que se traduz na implementação de um “[...] dispensário, consultas diversas, acção médico-social nas famílias [...]”(ISS,1936?b, p.IV), ajuda moral e social através de um “[...] secretariado social; ligação das famílias com todas as obras existentes e as instituições públicas e privadas [...]”(ISS,1936?b, p.IV) ajuda educativa e social ao oferecer respostas de “[...] creche [...] jardim de infância[...] cursos de ensino familiar e doméstico [...]”(ISS,1936?b,p.IV) e ainda a organização de reuniões especialmente dirigidas para mães e pais, para raparigas, para homens e rapazes.

Tornou-se uma prática do ISS envolver-se em projetos de cariz social, sob as suas vertentes de formação, o Serviço Social e o professorado da Educação Familiar e Doméstica. Neste sentido as alunas desenvolveram estudos, relatórios gerais, cursos de educação familiar e doméstica dirigidas a instituições específicas, como nos dá a conhecer o documento manuscrito que relata a sua atividade no primeiro ano de atuação prática (ISS,1936?b), a OMEN, a Mocidade Portuguesa, a JOCF e as Casas do Povo. Este documento termina com uma conclusão final onde refere a imprescindibilidade do reconhecimento oficial dos seus diplomas, identificando três, o de Enfermagem⁷, o de Serviço Social e o de Educação Familiar e Doméstica, além disso elege também como elemento indispensável “[...] a ajuda financeira e moral do Estado.” (ISS,1936?b, p.VII). Ambas as questões são consideradas indispensáveis para a garantia da execução da missão do ISS, “O Instituto não pode realizar o que quer fazer para Portugal sem ter a certeza que as suas alunas, actualmente as mais [...] profundamente formadas dos pais, no campo social, terão a propriedade dos seus diplomas e títulos.” (ISS,1936?b, p.VIII).

Existia uma elevada preocupação com a situação financeira do ISS sendo referida várias vezes nas conclusões do documento que reflete a sua ação prática no seu primeiro ano letivo, a necessidade de apoio financeiro para garantir e expandir a sua ação educativa. Além disso o documento enumera aquilo que são as pretensões do ISS, sendo estas a de criar mais e melhores condições de trabalho para as Assistentes Sociais e para as Professoras de Educação Familiar e Doméstica, propondo a criação de uma associação de antigas alunas do ISS, a iniciação de trabalhos com vista a

⁷ No entender de Marie-Thérèse Lévêque a formação conferida pelo ISS era a mais completa na área da Enfermagem e por isso seria justificativo o reconhecimento oficial do diploma de Enfermagem para as suas alunas (Santos,2022a, p.297).

desenvolver a base de um sindicato de Assistentes Sociais e de Professoras de Educação Familiar e Doméstica (ISS,1936?b).

Estas informações levam à compreensão da vontade existente no ISS da promoção da continuidade do seu carácter autónomo face ao Patriarcado de Lisboa, apesar de se reconhecer enquanto “[...] a única escola social oficialmente cristã de Portugal.” (ISS,1936?b, p.X). É também de ressaltar a preocupação dirigida para a questão dos contratos de trabalho, o ISS entendia ser elementar a garantia de obtenção de contrato de trabalho para as alunas que iniciassem funções enquanto Assistentes Sociais, permitindo desta forma garantir a sua boa inserção no mercado de trabalho e que o processo de seleção para o exercício de funções sociais fosse mais rigoroso (ISS,1936?b).

4.2.3. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DAS ALUNAS

Nada mais dá a conhecer a realidade de uma instituição educativa do que o acesso aos seus documentos administrativos. Tendo existido a possibilidade de consultar os processos das alunas que elaboraram as monografias que serão nesta investigação estudadas, de forma a conhecer melhor como é que o ISS procedia internamente, foi possível elaborar uma tabela que representa de grosso modo os documentos existentes nos processos que foram consultados (tabela 8). Todavia, é de ressaltar que não era estipulado a tipologia de aluna, mas depreende-se que todos eles remetem para alunas que se encontravam a frequentar a tipologia ordinária.

Tabela 8 – Processos alunas Instituto de Serviço Social (1935-1991).

Tipologia de Documento	Processo Aluna A	Processo Aluna B	Processo Aluna C	Processo Aluna D	Processo Aluna E	Processo Aluna F	Processo Aluna G
Caderneta Escolar	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)
Declaração de Honra	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)
Declaração Médica	X(1)	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)	X (2)	X (1)
Declaração de frequência escolar	X (1)	X (1)	X (1)	X (1)	X (2)	-	X (1)
Carta ou Declaração de recomendação	X (3)	X (3)	X (3)	X (2)	X (5)	X (4)	X (5)
Ficha da Monografia	X(1)	X(1)	X(1)	X(1)	X(1)	X(1)	-

Documentos relativos a trâmites administrativos	-	-	X(1)	X(1)	X (4)	X (1)	X(13)
Documentos desenvolvidos no âmbito da frequência do ISS	X (15)	-	X(11)	X(15)	X (3)	X (9)	X (34)

(Fonte: Elaboração a partir de ISS,1935-1937a; ISS,1935-1938c; ISS, 1935-1956; ISS,1936-1939c; ISS,1936-1956; ISS,1937-1940d; ISS,1937-1991).

Ao analisar a tabela acima apresentada é possível aferir que para a realização da candidatura à frequência dos cursos do ISS as alunas tinham de entregar uma declaração que atestasse a sua boa condição de saúde e outra que atestasse o seu grau de escolaridade, confirmando desta forma a informação que é apresentada no primeiro boletim do ISS (ISS,1935). Além disso era também usual o envio de cartas ou declarações de recomendação, tendo sido verificado em todos os processos consultados no âmbito desta pesquisa ou envio de dois ou mais destes documentos. De acordo com a amostra consultada, eram assinados por pessoas de elevada posição social, tal como Padres e Médicos. Perante aquilo que é mencionado no boletim surge ainda um outro documento, a declaração de honra, onde o assinante declarava-se de acordo com a Constituição de 1933 e contra o comunismo.

Tendo em consideração que o Acervo do ISSSL (1935-2006) nunca obteve qualquer tipo de tratamento arquivístico, apesar de na consulta executada existir um documento de verificação de arquivo escolar onde atesta a falta de documentos num determinado processo. E a existência deste documento remete para a presença de alguma preocupação para com a preservação do arquivo escolar, não é possível aferir a existência ou não de perdas documentais em cada um dos processos. Ainda assim foi possível apurar que de onze monografias estudadas que se traduzem em onze alunas do ISS, apenas sete processos (ISS, 1935-1937a; ISS, 1935-1937c; ISS, 1935-1938c; ISS, 1936-1939c; ISS, 1936-1956; ISS,1937-1940c; ISS, 1937-1991) foram encontrados no Acervo, já relativamente às fichas de alunas foram encontradas dez fichas (ISS,1934-1939; ISS,1935-1939a; ISS,1935-1939b; ISS,1936 -? ISS,1936-1939b; ISS,1937-1941a; ISS, 1937-1941b; ISS, 1937-1941c; ISS,1937-1941D; ISS,1937-1941e) das onze procuradas. Apesar deste obstáculo, foi possível confirmar a identidade de dez autoras das onze monografias, bem como atestar a sua pertença, enquanto alunas, ao ISS durante o período estudado (1935-1939), excluindo desta forma a aluna Ana Maria de Moraes de quem nada foi possível aferir ou consultar, sendo o único documento disponível a monografia que elaborou em 1936.

A par dos documentos já referidos existem ainda outros, dos quais a Caderneta Escolar. Consiste num caderno pessoal do aluno que continha toda a sua informação pessoal e escolar (ISS,1935-1937b; ISS,1935-1938a; ISS,1935-1938b; ISS,1936-1939a; ISS,1937-1940a; ISS,1937-1940b; ISS,1937-1940c), era um documento semelhante a nível de dimensão e formato do boletim do ISS (ISS,1935), sendo composto por dezasseis páginas. Na sua primeira folha consta o nome completo e o número do aluno, na segunda folha é apresentado o mesmo esquema que consta no boletim do ISS (ISS,1935, p.2). Através da consulta da terceira folha é possível aferir que a Caderneta Escolar a partir do momento em que o aluno ingressa no ISS fica sob a sua responsabilidade tendo de ser apresentada obrigatoriamente aquando a realização de exames. As folhas que se seguem dão a conhecer os documentos e diplomas obtidos anteriormente aos estudos a realizar no ISS, o percurso profissional no caso de terem exercido alguma profissão, era também realizada uma cópia das referências que as alunas entregavam para admissão. Contêm também tabelas relativas ao ensino geral teórico, às conferências, ao ensino prático, aos estágios práticos, às visitas sociais. Ao 1º ano de curso preparatório, ao 2º ano e 3º ano, onde eram colocadas informações relativas às disciplinas, número de faltas, nome dos docentes, lugares onde se realizaram as atividades e a sua duração, sendo ainda dado a conhecer as notas obtidas. A Caderneta Escolar termina com a identificação dos diplomas obtidos, das especializações realizadas e das observações gerais, contendo a informação do carácter de obrigatoriedade da sua entrega à direção do ISS após a conclusão dos estudos (ISS,1935-1937b; ISS,1935-1938a; ISS,1935-1938b; ISS,1936-1939a; ISS,1937-1940a; ISS,1937-1940b; ISS,1937-1940c).

Após a leitura desta descrição pormenorizada da Caderneta Escolar do ISS remetente aos anos de 1935-1940 e tendo acesso à Caderneta Escolar da primeira Diretora Técnica do ISS, Marie-Thérèse Lévêque (École des Surintendants,1923 apud Santos,2021b, Anexo D), é possível aferir a grande similaridade na sua composição. Existem tabelas tais como as do ensino geral teórico, das visitas sociais e dos estágios que são similares tendo como única diferença a língua em que estão escritas as informações, o que evidencia e comprova a grande influência francesa na implementação e desenvolvimento do projeto educativo fundador do ISS. Não foi possível, contudo, aferir até que data este modelo de Caderneta Escolar esteve vigente. No entanto, é claro que durante os primeiros anos de funcionamento este modelo foi utilizado (ISS,1935-1937b; ISS,1935-1938a; ISS,1935-1938b; ISS,1936-1939a; ISS,1937-1940a; ISS,1937-1940b; ISS,1937-1940c).

O conjunto de documentos relativos aos trâmites administrativos, engloba diversos tipos de documentos tais como pedidos de dispensa, pedidos de certificação, justificação de faltas e fichas das monografias. Já o conjunto de documentos desenvolvidos no âmbito da frequência do ISS apresenta uma maior dimensão nos processos das alunas, como é possível aferir através da leitura da tabela 8. Este é composto por documentos tais como relatórios, inquéritos, visitas sociais, abordagem a temas sociais, discursos entre outros.

Tendo em consideração os objetivos desta investigação é indispensável destacar as fichas das monografias, encontravam-se agrupadas no conjunto de documentos relativos a trâmites administrativos. São um documento composto por uma folha, sendo dactilografado e também manuscrito, onde se identificava a aluna, o título da monografia, o seu objetivo de estudo, os assuntos secundários, a província, o distrito e a localidade sobre a qual foi elaborada a monografia. Era ainda apresentada a data da realização do estudo, a data de entrega, o número atribuído à monografia e a sua apreciação. Ao analisar o *feedback* dado pelos avaliadores foi possível conhecer alguns pormenores relativos à elaboração destes trabalhos. É reconhecido que as primeiras monografias, realizadas no ano letivo de 1935-36, foram elaboradas sem a existência prévia de um modelo. As alunas aplicaram apenas algumas explicações dadas via oral não obtendo diretrizes específicas para a elaboração do trabalho, daí existir a noção por parte do ISS que os trabalhos realizados nesse período não seriam alvo de consulta por serem insuficientes e não representarem um modelo de referência (ISS,1936a; ISS,1938a; ISS,1938b; ISS,1938c; ISS,1939a; ISS,1939b).

4.3. A APROPRIAÇÃO: MONOGRAFIAS REALIZADAS PELAS ALUNAS (1936-1939)

As monografias realizadas pelas alunas no período estudado, que se encontram na Coleção de Monografias Sociais, Familiares e de Instituições (1936-1973), representam um universo de onze exemplares e foram elaboradas entre os anos 1936 e 1939⁸ (tabela

⁸ Apesar das monografias terem datas compreendidas entre estes anos foi possível encontrar mais do que uma situação em que a aluna incluiu dados após a data da monografia, o que leva a crer a realização de uma revisão, um melhoramento, uma atualização de dados após a entrega do trabalho. Estas situações encontram-se presentes em duas monografias Alvim (1938) e Monteiro (1939), sendo que nesta última não foi possível apurar a data de entrega da monografia através da consulta da ficha de monografia, que não se encontrava no seu processo de aluna. Contudo, foi possível averiguar o seu curso e com isto fazer uma comparação com as suas colegas do mesmo ano e confirmar que as datas de entrega de monografia se alinhavam ao ano de 1939, o que leva a crer que esta monografia foi entregue em 1939 e revista em 1940. A primeira monografia mencionada apresenta comprovativos da sua entrega, no entanto, é essencial referir

9). Através da análise categorial do seu conteúdo foi possível compreender como era na prática aplicado o método monográfico.

Tabela 9 – Informações relativas às monografias analisadas (1936-1939).

Autor	Ano	Curso	Temática da Monografia
Ana Maria de Moraes	1936	-	Familiar
Maria Helena Teixeira	1937	Serviço Social	Familiar
Maria Carolina Alvim	1938	Serviço Social	Institucional
Maria Filomena Silva Correia	1938	Serviço Social	Institucional
Marina Romeira de Sá Ferreira	1938	Educação Familiar	Rural
Maria Emília Eugénia Seabra da Câmara	1939	Educação Familiar	Rural
Maria Onélia de Aguiar Levy	1939	Educação Familiar	Rural
Maria da Conceição da Silva Monteiro	1939	Educação Familiar	Rural
Merícia Fernanda da Glória Nunes	1939	Serviço Social	Institucional
Evangelina Lopes Proença	1939	Educação Familiar	Rural
Adriana Antónia da Paiva Rodrigues	1939	Educação Familiar	Familiar

(Elaboração a partir de Alvim,1938; Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938; ISS,1934-1937; ISS,1935-1939a; ISS,1935-1939b; ISS,1936-?; ISS,1936-1939c; ISS, 1937-1941a; ISS,1937-1941b; ISS,1937-1941a; ISS,1937-1941d; ISS,1937-1941e; Levy,1939; Monteiro,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira, 1937;).

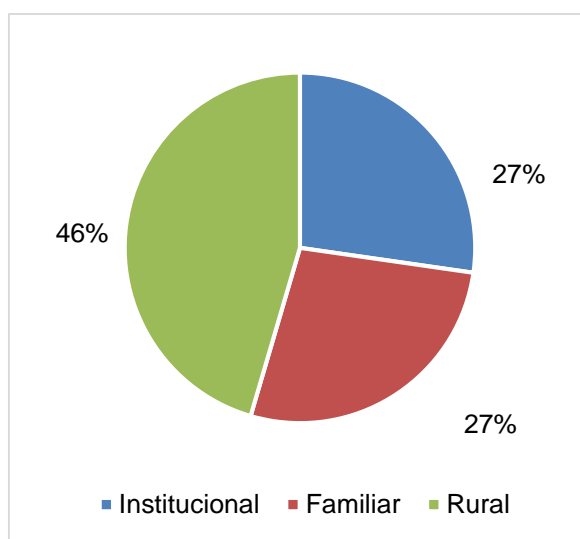
As monografias dividem-se em três temáticas: rural, institucional e familiar. É necessário entender que as monografias rurais abordam uma localidade ou região que se encontra situada no meio rural, tendendo a abordar também uma ou mais famílias que residem

que a mesma apresenta dados até ao ano de 1942, tendo sido entregue em 1938, existindo uma distância temporal considerável.

nessa localidade, as denominadas famílias tipo. As monografias familiares dedicam-se apenas ao estudo das famílias, ou então ao estudo de uma família ou mais família que se encontre em meio citadino. As monografias institucionais são tal como o nome indica sobre instituições, neste tipo de monografia não consta o estudo de uma família tipo.

De acordo com o gráfico 1 é possível aferir que do conjunto de monografias estudadas a monografia rural é aquela que tem maior expressão (46%), seguindo-se de forma equitativa (27%) a monografia institucional e familiar (gráfico 1).

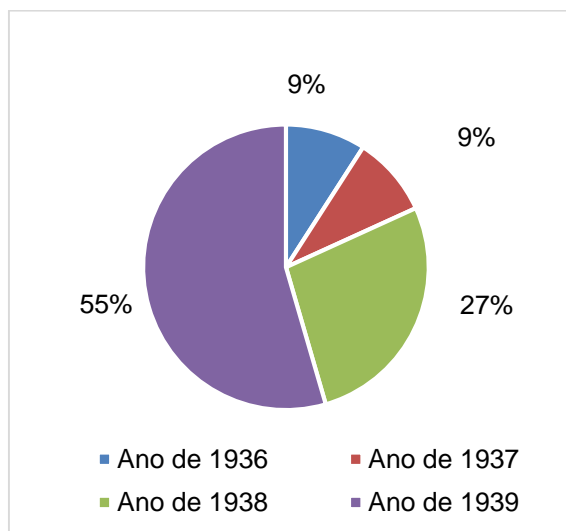
Gráfico 1 – Tema das Monografias.



(Elaboração a partir de Alvim,1938; Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938 Levy,1939; Monteiro,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira, 1937).

No que é relativo à representação do período temporal das monografias estudadas (gráfico 2) encontram-se sobretudo datadas no ano de 1939 (55%), seguindo-se de 1938 (27%) e posteriormente e de forma igual o ano de 1936 e 19637 (19%).

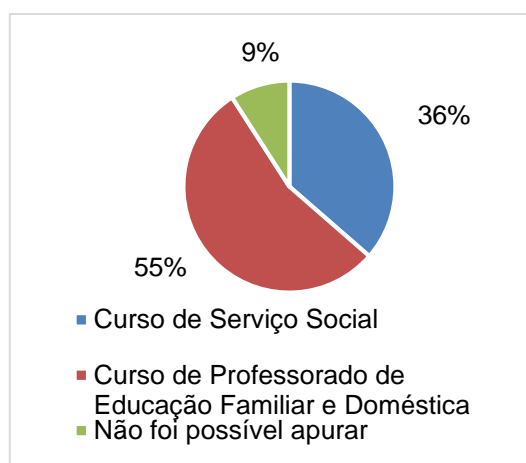
Gráfico 2 – Ano das Monografias.



(Elaboração a partir de Alvim,1938; Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938; Levy,1939; Monteiro,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira, 1937;).

Em relação ao curso que as alunas frequentavam aquando o desenvolvimento das monografias (gráfico 3) não foi possível apurar a sua totalidade, contudo, compreende-se que existe uma maior proporção de alunas a realizar monografias no âmbito do curso do Professorado de Educação Familiar e Doméstica face ao de Serviço Social, sendo que esta tendência se mantém igual, inalterável, sem o conhecimento do curso de uma aluna.

Gráfico 3 – Cursos das autoras das Monografias.



(Elaboração a partir de ISS,1934-1937; ISS,1935-1939a; ISS,1935-1939b; ISS,1936-?; ISS,1936-1939c; ISS, 1937-1941a; ISS,1937-1941b; ISS,1937-1941a; ISS,1937-1941d; ISS,1937-1941e).

4.3.1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

No que é relativo a elementos pré-textuais⁹ foi possível analisar as capas, as lombadas, as folhas de rosto das monografias e os sumários. Todos os restantes elementos não se encontram presentes nos exemplares em estudo.

Apenas uma monografia detém a sua capa original (Rodrigues,1939), as restantes apresentam uma capa colocada posteriormente numa tentativa de preservação dos documentos¹⁰. Tal como as capas as lombadas também não são as originais, contêm o nome da monografia bem como a sua numeração¹¹, a única lombada original não contém qualquer tipo de informação. As folhas de rosto das monografias nem sempre mostram ser as originais, provavelmente um resultado do passar dos anos e também da mudança de encadernamento. Este elemento confere a identificação da monografia, contendo o seu título, nome da autora, data, localização, a nota atribuída e a assinatura do avaliador, estes elementos não estiveram presentes de forma igual em todas as monografias.

No que diz respeito ao sumário este surge em cinco monografias (Câmara,1939; Correia,1938; Moraes,1936; Nunes,1939; Rodrigues,1939) o que representa uma percentagem de 45.4% no universo dos exemplares estudados (onze). Por vezes este elemento é apresentado sob o formato de partes, no caso das monografias rurais ou familiares a divisão é usualmente realizada em dois, uma parte dirigida para a região ou localidade e a segunda à família, na monografia institucional onde é apresentado o sumário (Monteiro,1939) este é dividido em três, a primeira parte é sobre a instituição, a segunda sobre as pessoas que se encontravam institucionalizadas e a terceira é dedicada ao trabalho desenvolvido pela instituição.

4.3.2. CORPO TEXTUAL

⁹ Composto por capa, lombada, folha de rosto, averso da folha de rosto, verso da folha de rosto, errata, folha de aprovação, dedicatória, agradecimento, epígrafe, resumo em língua nacional, resumo em língua estrangeira, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, sumário (ABNT NBR 14724:2005).

¹⁰ No âmbito do Projeto PAPESS I foi procedido à remoção do encadernamento atribuído à posteridade pelo ISSSL às monografias, encadernamento este indevido que foi responsável por uma rápida deteriorização dos documentos. O miolo das monografias foi acondicionado em pastas acid free, estas que foram armazenadas em caixas acid free de forma a preservar os documentos.

¹¹ No interior de algumas monografias foi também encontrado uma numeração, nem sempre os dados foram iguais o que leva a crer que existia um desencontro de informação.

O corpo textual inicia-se com a apresentação de uma introdução. Neste conjunto de monografias a introdução teve uma presença muito baixa (18.2%), encontrando-se apenas em duas monografias (Monteiro,1939; Rodrigues,1939). A sua apresentação, contudo, revelou ser bastante distinta. Numa monografia sob um tom floreado foi abordada a importância de falar de Portugal e mais nomeadamente sobre a terra de origem da autora, o seu berço, é feito um apelo ao patriotismo e uma pequena descrição da localidade que no seguimento da obra é abordada (Monteiro,1939). Na outra monografia é adotado um cariz mais objetivo. A autora dá a conhecer o objeto de estudo e partindo daí apresenta o processo de pesquisa, quais os instrumentos de recolha de dados que utilizou e as preocupações relativamente à falta de preparação das pessoas, nomeadamente as donas de casa, em conferir informações aos inquéritos que cada vez mais surgiam e eram aplicados, dando o exemplo de um inquérito que tinha sido elaborado pelo ISS e que devido à falta de preparação das pessoas para responder os resultados tinham ficado sob reserva, termina a introdução encaminhando o leitor para o tema da monografia (1939,Rodrigues). Apesar da disparidade entre estas duas monografias elas foram elaboradas no mesmo ano letivo, o que mostra que não existiam diretrizes de elaboração muito específicas em relação a este tópico, conferindo desta forma alguma autonomia às alunas na sua conceção.

Considerando as características específicas das monografias estudadas foi, enquanto ao seu corpo textual, feita a divisão entre aplicação do método monográfico, ensinamentos do Serviço Social e da Educação Familiar e Doméstica, discurso ideológico-político e ideológico-religioso e conclusões. Serão apresentados seguidamente, de forma individualizada.

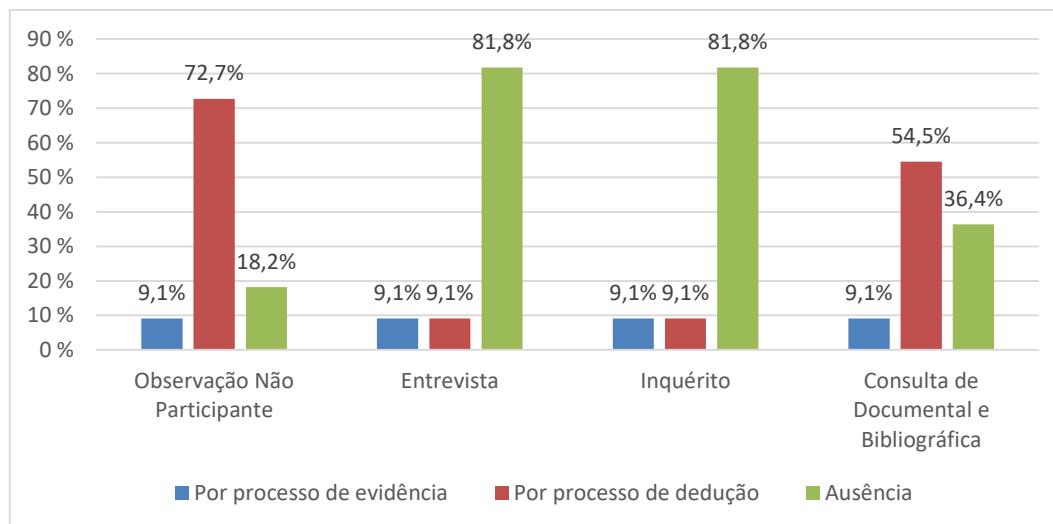
4.3.2.1. APLICAÇÃO DO MÉTODO MONOGRÁFICO

Analisando as monografias e o seu conteúdo sob o espelho daquilo que eram os ensinamentos e as diretrizes das ciências sociais de Le Play foi possível almejar um olhar mais aprofundado sobre a sua aplicação e presença. É de realçar que “Do ponto de vista metodológico, a influência do método da Escola Social de Le Play foi forte no Serviço Social e manifestou-se até tarde neste tipo de produção [monografias].” (Ferreira,2009, p.186).

A matriz metodológica utilizada na elaboração destas monografias mostra ser pouco coesa. Não existe uma elevada representatividade relativamente à sua menção pelas

autoras sendo possível ter uma melhor noção do seu recurso na elaboração das monografias através do processo de dedução desenvolvido no decorrer da sua análise.

Gráfico 4 – Presença de Matriz Metodológica nas Monografias.



(Elaboração a partir de Alvim,1938; Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938; Levy,1939; Monteiro,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira, 1937;).

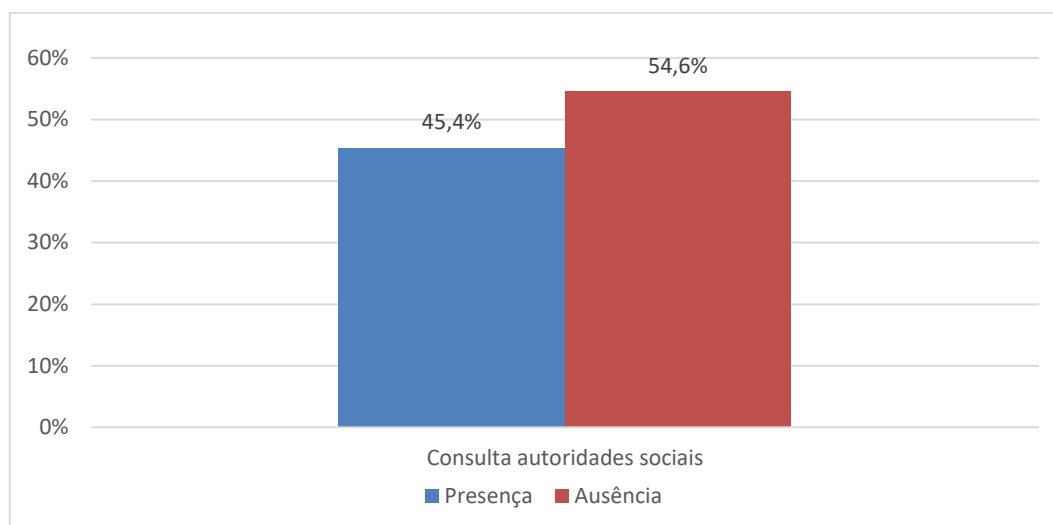
Como é possível conferir através do gráfico 4, no que é relativo à metodologia utilizada na elaboração das monografias a grande maioria não é evidenciada. Com base na dedução face à análise do seu conteúdo é possível destacar o recurso à observação não participante (72.7%), “Todavia, da janela de meu quarto que olha quási tôda a aldeia, nota-se uma maioria de postigos [...]” (Proença,1939, p.3), tendo apenas uma autora reconhecido o uso deste instrumento (9.1%) (Rodrigues,1939). Existe também evidências do recurso a outros instrumentos, tais como a entrevista, que na sua totalidade encontra-se em duas monografias, uma manifesta pela autora outra via dedução “[...] a entrevistada deixou sem resposta a maioria dos promenores, a que tínhamos descido.” (Proença,1939, p.23). O inquérito segue a mesma tendência, já a consulta de livros e documentos oficiais representou outra realidade sendo manifesta numa monografia, e possível de deduzir a sua presença em quatro (54.5%). É ainda possível apurar que existia preocupação para com a aplicação do método “[...] mandámos chamar Rosa [...], a mãe da família que nos propomos estudar, e, segundo o que nos disse, organizámos o sumário que vai a diante, para conveniência de método.” (Proença,1939, p.23), apesar de só ter sido detetada numa monografia.

Através da leitura do gráfico 4 é possível, ainda, afirmar que na sua totalidade quatro monografias (36.4%) evidenciaram a elaboração de inquéritos e entrevistas para o

auxílio da recolha de informação. Os inquéritos eram uma prática muito comum na aplicação do método monográfico, não obstante, averiguou-se junto das monografias estudadas que esta noção de inquérito se fundia muito com a de entrevista. A mesma era aplicada com vista a atingir os mesmos fins, daí ter-se optado por dar também a conhecer a junção da representatividade destes elementos.

Ainda sobre a sua matriz metodológica, o conteúdo das monografias estudadas foi analisado do ponto de vista da isenção das autoras, de forma a compreender sob que olhar eram elaboradas. Das onze monografias apenas uma apresenta ser totalmente isenta sem a incorporação no seu conteúdo de comentários ou observações realizadas sob ponto de vista pessoal (Levy,1939). As restantes monografias apesar de apresentarem uma elevada descrição do seu objeto de estudo inserem comentários que refletem aquilo que são as suas opiniões e julgamentos. Como é possível aferir através das seguintes citações: “Mas como vamos vêr o dinheiro e muitas vêses a infelicidade dos homens.” (Moraes,1936, s.p.), “Penso [...] é a meu vêr [...]” (Alvim, 1938? p.18-19), “[...] mas muito mau gosto, com uma mobília muito escura e pesada [...] Ela obedece-lhe cegamente. È extraordinario como, sendo muito mais instruida e inteligente do que ele, se deixou assim dominar [...]” (Teixeira,1937, p.8-12), “Concordo que a sua situação financeira é péssima [...] mas um dos males é a má administração [...] Não sou péssimista, mas vê-se que essa gente precisa da sua situação material melhorada, mas que sem a devida educação [...] nada de proveitoso se fará [...]” (Rodrigues,1939, p.103).

Gráfico 5 – Consulta de Autoridades Sociais.



(Elaboração a partir de Alvim,1938; Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938; Levy,1939; Monteiro,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira, 1937).

Todas as monografias revelam ter um grande detalhe naquilo que são as informações obtidas no seu desenvolvimento, o que leva a crer a existência de um trabalho minucioso que visa um real aprofundamento dos temas aos quais as alunas se propunham a estudar. Foram quatro (36.4%) as monografias que deixaram claro o recurso à consulta de autoridades sociais: “[...] Não se encontra registada a origem desta frêguesa, por forma que, ouvidas algumas pessoas do logar, estas reproduziram-nos a lenda [...]” (Proença,1939, p.1), “[...] informações fornecidas pelo Exmo. Sr. Doutor Tito de Bourbon e Noronha.” (Levy,1939, s.p.), “Quanto aos inquéritos é de notar que os elementos particulares [instituições] interrogados foram mais prontos e exatos em responder” (Rodrigues,1939, p.1), “[...] segundo dizem pessoas que conviveram com êle.” (Monteiro,1939, p. 37). Outras duas não explicitaram esta informação, se bem que permitirem ao leitor deduzir essa informação, “Pelo que dizem, o comportamento desta família é pouco recomendável” (Ferreira,1938, s.p.), “[...] só ouvi louvores e manifestações de saudade, dêsde os doentes aos médicos.” (Alvim, 1938? p.19).

Através da análise de conteúdo categorial das monografias é possível aferir que tanto a descrição do objeto de estudo, a descrição das estruturas onde se insere e a descrição das atividades desenvolvidos se encontraram presentes em todas as monografias, apesar de apresentados de formas distintas pelas autoras.

Em relação à descrição do objeto de estudo, este que podia ser uma ou mais famílias, uma localidade ou instituição, existindo casos em que o objeto de estudo englobava dois

ou mais destes elementos. Eram realizadas de forma exímia, contando com a elaboração de genogramas (Câmara,1939; Ferreira,1938; Moraes,1936; Rodrigues,1939; Teixeira, 1937) para dar a conhecer a genealogia da família e indo ao pormenor de contar a história de vida da geração anterior à família estudada, “Descendem de nobres cavaleiros morgados [...]” (Moraes,1936, p.2). Encontra-se também presente a descrição física, “[...] é alta, esbelta, morena, cabelo preto, liso. Grande carrapito. Tem os olhos castanhos escuros.” (Rodrigues,1939, p.82), “O pessoal do hospital é composto por: 4 empregados da secretária [...] 6 médicos [...] 3 enfermeiras [...]” (Alvim, 1938?, p.11), e geográfica, “[...] está situado na pequena cidade das Caldas da Rainha, no distrito de Leiria província da Extremadura. [...] Ocupa uma area de 2000 m².” (Correia,1938, p.1).

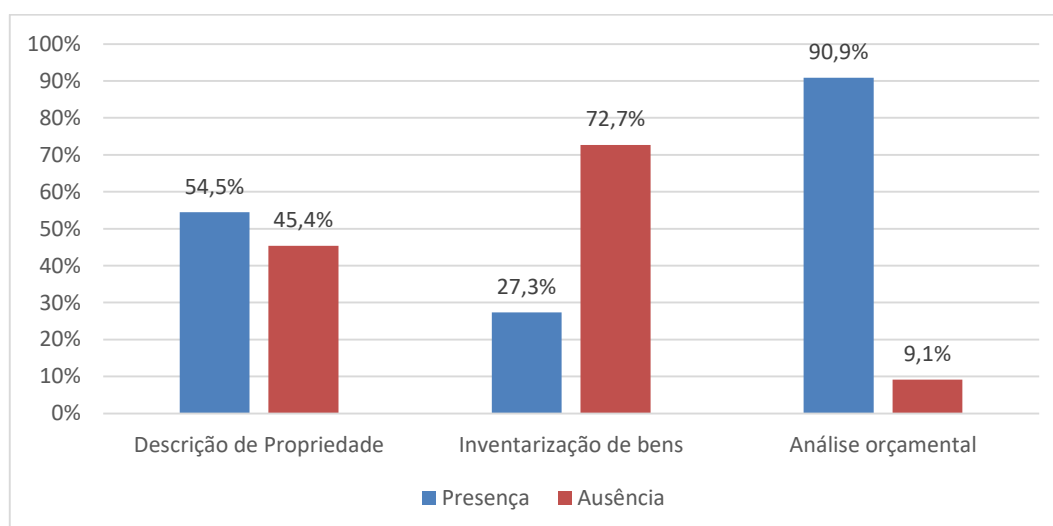
Relativamente à descrição das estruturas onde se insere o objeto de estudo, as autoras conferiram uma grande descrição do espaço que estava relacionado com a sua temática, podendo este ser o espaço privado de uma família, uma instituição e uma localidade. Apresentavam por vezes a descrição de mais do que um espaço, “[...] sala, mais simples que a casa de jantar, forrada a papel; com grande desgosto da mãe e das filhas não tem «bibelots», quadros nas paredes, ou quaisquer desses pequenos nadas, que abundam nas casas da gente da classe pobre [...]” (Teixeira,1937, p.8), “O edifício compunha-se de dois andares [...] A oficina de ourivesaria media 31 metros quadrados e tinha, além de uma forja, todos os pertences próprios do seu destino;” (Nunes,1939, p.12), “[...] O prédio é velho. O andar em que habitam é de águas furtadas.” (Rodrigues,1939, p.89). Alguns trabalhos das alunas continham plantas dos locais de forma a ilustrar a sua descrição (Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938; Moraes,1936; Nunes,1939; Rodrigues,1939; Teixeira, 1937).

A descrição das atividades desenvolvidos pelo objeto de estudo, foram outro elemento constante nas monografias analisadas. Revelou ser um elemento muito coeso, pois, as descrições realizadas debruçavam-se sobre o trabalho laboral exercido, quer pela família, individualizando os indivíduos: “[...] Lava peixe e vende-o pelas portas, trata da família, cozinha, etc. Esteve a servir no Pôrto, depois empregou-se numa fábrica de conservas de Espinho que hoje já não existe [...]” (Ferreira,1938, s.p.), “À noite, talha blusas, faz saias e outras peças de vestuário para pessoas, que lhe pagam com pão, azeite, ou roupa usada para os filhos.” (Proença,1939, p.28). Quer por instituições “O hospital tem serviços de análises clínicas e serviços radiológicos onde todos os médicos do concelho podem mandar fazer as radiografias.” (Alvim, 1938?, p.13). Quer também

pela população de uma determinada localidade, “Na época das colheitas, sobretudo das searas, formam-se grupos de rapazes e raparigas que vão de terra em terra contratar-se com os senhorios para aceifa do trigo e centeio.” (Monteiro,1939, p. 14).

A descrição de pertenças, a inventariação de bens e a análise orçamental foram elementos que não obtiveram recetividade total por parte das autoras. A descrição de pertenças esteve presente em seis (54.5%) (Câmara,1939; Ferreira,1938; Levy,1939; Monteiro,1939; Nunes,1939; Proença,1939), já a inventariação de bens em três (27.3%) (Ferreira,1938; Rodrigues,1939; Monteiro,1939) e a análise orçamental esteve presente em dez monografias (90.9%) (Alvim,1938; Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938; Monteiro,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira, 1937).

Gráfico 6 – Presença da descrição de pertenças, inventariação de bens e análise orçamental das monografias.



(Elaboração a partir de Alvim,1938; Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938; Levy,1939; Monteiro,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira,1937).

A descrição de pertenças nem sempre foi possível pois grande parte das famílias estudadas eram pobres, e de acordo com Ferreira (1938) tornava-se deselegante questionar aquelas que apresentassem ter maiores possibilidades. Todavia, essa tarefa foi executada por algumas autoras, “O Snr Manuel é dono dum caíque.” (Ferreira,1938, s.p.), “Vivem na abundância: grandes propriedades, um automóvel, uma casa luxuosa e tudo mais que se realiza com dinheiro.” (Proença,1939, p.33), “Têm dêles, Duas hortas onde colhem várias hortaliças.” (Monteiro,1939, p. 44).

A inventariação de bens não foi das descrições que obteve uma grande profundidade, talvez pelas dificuldades que a tarefa acartava para as alunas. Contudo, foi possível a sua realização em algumas obras, “Os utensílios de cozinha são: 1 alguidar vidrado, uma “escudela”, algumas tijelas e pratos, garfos de ferro, colheres de folha, a louça é limpa a farrapos lavados.” (Ferreira,1938, s.p.), “[...] Os utensílios colinários são muito resumidos: três ou quatro caçarolas, 1 duzia de pratos, 4 panelas de ferro [...] “Não têm ouro, apenas uns brincos da Maria, que herdou da avó materna.” (Monteiro,1939, p. 40-44).

A análise orçamental, comparativamente à descrição de pertenças e inventariação de bens foi a que obteve uma maior presença nas monografias. Apesar de serem destacadas dificuldades perante a sua elaboração “Este era muito variavel pois segundo os postos em que iam sendo promovidos [...]” (Moraes,1936, p.6), “Não tem um “budget” organizado, vai gastando à medida que as coisas vão sendo necessarias, vai gastando quando é preciso, sem nunca fazer contas.” (Teixeira,1937, p.10), “O hospital vive muito de esmolas “[...] mas é claro que estas ajudas são importantes mas não são certas.” (Alvim, 1938? p.8), “É impossível fazer um orçamento com consciência. Os ganhos não são certos.” (Monteiro,1939, p. 45). Não obstante, os orçamentos eram realizados, dentro daquilo que era possível obter, chegando a ser apresentado sobre o formato de uma tabela.

No que é relativo à vida religiosa, moral e de caráter, intelectual e educacional do objeto de estudo das monografias, todas apresentam ter um nível similar de presença, encontrando-se em nove das onze monografias (81.8%), não estando sempre presentes nos mesmos exemplares em simultâneo.

Sobre a vida religiosa é possível entender como é que a religião era vivida no seio da família estudada, “Praticam a religião católica.” (Proença,1939, p.30), numa instituição, “Antigamente as educandas rezavam às refeições e ao deitar, respeitavam os dias santos e confessavam-se a miúdo [...] Há cêrca de cinco anos voltaram a adquirir alguns dêsses velhos e bons hábitos [...]” (Nunes,1939, p.32), e também na comunidade, “Gente que trabalha nos seis dias da semana, guardam o domingo e dias santos para cumprir o seu dever religioso, descansar das dainas do campo e recrear o espírito em divertimentos simples e inocentes, ensinados e herdados dos avós.” (Monteiro,1939, p.21).

A vida moral e de caráter dá conta da forma de ser e estar do objeto de estudo. Por vezes o leitor consegue ter uma noção da personalidade dos indivíduos “[...] Realmente ele não é bom, tem feito já várias intrigas e causado complicações.” (Teixeira, 1937, p.4), “[...] bondoso e respeitador.” (Câmara, 1939, I), “[...] É socegada, não é amiga de andar por casa das vizinhas, nem é bisbilhoteira: é no entanto prestável e é decidida.” (Rodrigues, 1939, p.82). Nas monografias relativas a instituições é um menos usual a presença deste elemento, apesar de que quando presente faz notar a moralidade ou a falta dela nas práticas institucionais ao olhar das suas autoras, “[...] Seria preferível que lhes fosse aumentado o ordenado [funcionários do hospital], e que fosse proibida a gorjêta, para acabarem com estas diferenças e tratem todos os doentes igualmente bem.” (Correia, 1938, p.28), “[...] pois que às mais velhas desperta o instinto maternal e cria a noção de responsabilidade, e às mais novas proporciona maiores carinhos [...] E sabem cumprir tão bem os seus deveres [...]” (Nunes, 1939, p.31). Denota-se algumas dificuldades na recolha de dados sobre este tópico por questões de tempo, ou seja, as alunas tinham um período para recolher informação e nem sempre este era suficiente para conhecer o caráter dos indivíduos, como é reconhecido por Proença (1939, p.8) “Passamos aqui sómente o tempo de férias, por forma que não conhecemos, de sobejo, o caráter desta gente.”

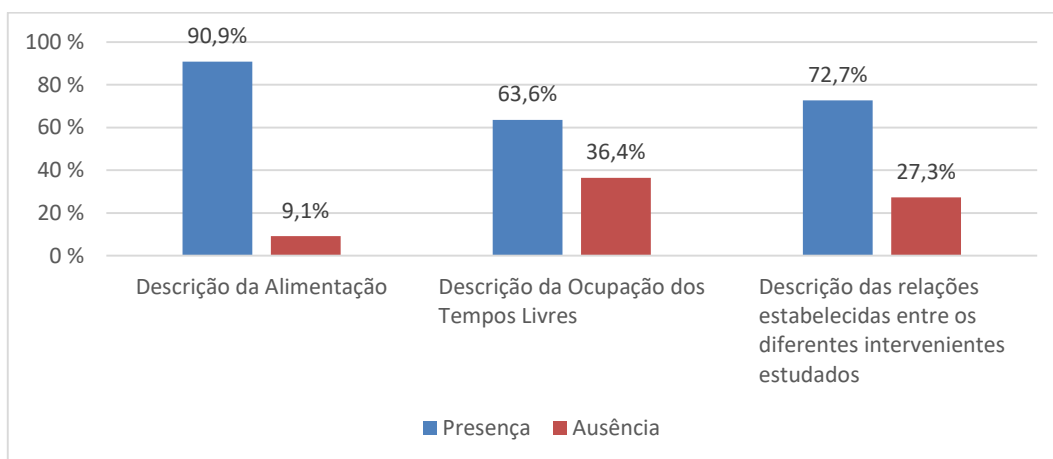
A descrição da vida intelectual e educacional permite ao leitor compreender os hábitos literários da família “[...] Livros, a não ser os de estudo dos pequenos, não existem. Jornais, também lá não chegam.” (Câmara, 1939, p. VII), a sua posição face à educação dos seus filhos

“[...] são educados no respeito dos maiores e do amor da Pátria [...] fazem seguir aos rapazes os estudos no colegio militar [...] As filhas são educadas em casa por percetoras [...] em conventos religiosos [...] recebe educação numa escola de ideais liberais.” (Moraes, 1936, p.6).

Conhecer uma determinada comunidade sob este prisma, “No respeitante a instrução há apenas a escola primária. A frequência é regular, mas não satisfaz ainda.” (Monteiro, 1939, p. 32). “[...] a falta de capacidade da escola para a população de alunos recenseados concorre para o aumento do analfabetismo” (Levy, 1939, p.4). No âmbito institucional são escassos os casos em que se aborda esta questão, contudo, é conferido um olhar sobre as práticas educacionais existentes na instituição. “[...] os Estatutos mandavam que se ministrasse às crianças uma instrução industrial e profissional [...]” (Nunes, 1939, p.29).

A descrição da alimentação, da ocupação dos tempos livres e das relações estabelecidas entre o objeto de estudo e os diferentes intervenientes não foi realizada em todas as obras estudadas, estando a alimentação presente em dez monografias (90.9%) (Alvim,1938; Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938; Levy,1939; Monteiro,1939; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira,1937), a ocupação dos tempos livres em sete (63.6%) (Ferreira,1938; Levy,1939; Monteiro,1939; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira,1937) e as relações em oito (72.7%) (Câmara,1939; Ferreira,1938; Monteiro,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira,1937).

Gráfico 7 – Presença da descrição da alimentação, da ocupação dos tempos livres e das relações estabelecidas entre os diferentes intervenientes estudados.



(Elaboração a partir de Alvim,1938; Câmara,1939; Correia,1938; Ferreira,1938; Levy,1939; Monteiro,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939; Teixeira,1937).

A descrição da alimentação era realizada nas monografias familiares e rurais no âmbito dos seus hábitos alimentares. Incorporava-se por vezes a sua rotina diária de alimentação e também o tipo de alimentação que realizavam: “A esta refeição comem sopa e um prato forte, de peixe ou de carne [...] Aos domingos e dias de festa teem sobrezeza (fruta, arroz doce, etc) aos outros dias não.” (Teixeira,1937, p.11); “Às 12 h comem broa, 1 sardinha ou um caldo que lhe dão os banhistas. À noite a mesma farinha da manhã que é comida pós o pôr do sol.” (Ferreira,1938, s.p.); “[...] Pão centeio ou de milho, batata, feijão, sêco ou em verde, couves [...] Às vizitas oferecem presunto, chouriço, queijo e vinho.” (Monteiro,1939, p. 13). Nas monografias institucionais esta descrição assumia outros contornos, ou seja, abordava-se a alimentação de uma forma geral: “As refeições são 3: às 9 café ou leite, e pão, à 13 almoço. Às 19 jantar.”

(Correia,1938, p.15); “[...] A alimentação das asiladas é bôa e abundante. A comida é feita por uma cozinheira [...]” (Nunes,1939, p.26).

A ocupação dos tempos livres quando era realizada nas monografias abordava um pouco do que era o quotidiano e os hábitos regulares relativos a este elemento, sendo aplicado às famílias: “[...] Sentam-se todos a volta da meza da casa de jantar. A mãe e a Luisa a coserem, o pai e o Tomaz a lerem o jornal [...] Ficam assim até às nove horas (Teixeira,1937, p.12). Às comunidades “[...] divertindo-se rapazes e raparigas com jogos e brincadeiras de cunho nitidamente popular [...] no inverno [...] escolhem passatempos que exigem movimentos físicos, como: o pelão, a malha, a bilharda, o grilo, o pilha-três, o eixo [...]” (Monteiro,1939, p. 22), “Das pessoas do povo, a distracção habitual, é a taberna, uns bailaricos campestres, as feiras no concelho fora. A feira anual de géneros e gado é no ultimo domingo de Julho.” (Levy,1939, p.7), e também às instituições “[...] têm para seu divertimento o recreio diário, a biblioteca, um aparelho de telefonia e a festa anula de Santo António.” (Nunes,1939, p.37).

As relações estabelecidas entre o objeto de estudo e diferentes intervenientes é também realizada neste conjunto de monografias, não estando presente em todas. Neste elemento era destacado o tipo de relações entre e fora da família: “Muitos unidos entre eles.” (Moraes,1936, p.4), “[...] não deixam de ser boas pessoas e bons vizinhos [...] relações afetivas [...] havendo entre eles a devida amizade e carinho.” (Monteiro,1939, p. 41-42). Bem como a população do meio estudado “[...] São no geral bôas: todos se conhecem se falam e cumprimentam. No inverno em dias de sol, juntam-se as visinhas às portas a trabalhar [...]” (Câmara,1939, p.XIII) e as relações existentes em meio institucional “A partir dos 16 anos cada aluna tem a seu cargo uma das garotas mais pequenas [...] para corrigir nas maneiras, acompanhar nos estudos e cuidar das suas roupas.” (Nunes,1939, p.31).

4.3.2.2. ENSINAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E DA EDUCAÇÃO FAMILIAR E DOMÉSTICA

Os ensinamentos do Serviço Social e da Educação Familiar e Doméstica foram elementos considerados indispensáveis perante a análise do conteúdo categorial das monografias. A sua presença não foi exímia não tendo havido qualquer referência a autores destas áreas, nem no decorrer do corpo textual das monografias nem na sua bibliografia. Foram feitas referência ao Serviço Social, estando presença em seis monografias (Câmara;1939; Correia,1938; Nunes,1939; Proença,1939;

Rodrigues,1939; Teixeira,1937). Estas referências são relativas à descrição da Assistência Pública e Privada, bem como da Assistência Social numa determinada localidade ou alocadas à instituição sobre a qual se desenvolve a monografia, como é possível conferir: “As fabricas não teem serviços de assistencia social de especie alguma” (Teixeira,1937, p.9); “A parte propriamente de assitência aos pobres, dá pouca despesa. E o pessoal que trata dos pobres, é quasi mesmo do tempo da Rainha D. Leonor [...] Por este lado o Hospital pouco tem progredido como se vê.” (Correia,1938, p.28); “Quem poderá exercer esta acção educativa que lhes falta? Só o esforço conjunto da família, da escola, da catequese e da Assitência Social o podem conseguir.” (Rodrigues,1939, p.114); “Tem Serpa duas Associações de socorros Mutuos. A Misericórdia. Uma Sociedade de Recreio chamada, Associação Comercial e Industrial. Um Nucleo, Sede de 1 Terço da Legião Portuguesa.” (Câmara,1939, s.p).

As referências realizadas ao Serviço Social nas monografias representam aquilo que era a própria conceção do Serviço Social na época, quer pela própria sociedade portuguesa quer como pelo projeto educativo fundador do ISS. As alunas dão a conhecer um baixo investimento no Serviço Social, tanto na criação de respostas como também na atualização da sua intervenção numa determinada área. As alunas evidenciavam, ainda, deter um olhar sobre o Serviço Social estreitamente ligado aos valores morais cristãos, como seria de esperar tendo em consideração a ligação entre o ISS e a Igreja Católica.

Existe neste conjunto de monografias uma ausência completa face à referência de obras ou autores do Serviço Social e da Educação Familiar e Doméstica. Considerando os objetivos do método monográfico e a sua aplicação pelas alunas do ISS é uma informação que causa alguma admiração. Faria sentido o recurso a autores próprios das áreas específicas da sua formação, no entanto, isso não acontece e não foi possível aferir uma justificação. Existe, contudo, a considerar que Marie-Thérèse Lévêque manteve sempre contacto com instituições francesas, com as quais se tinha cruzado no seu percurso, e recorria às mesmas em busca de orientação e conselho no âmbito das suas responsabilidades enquanto diretora técnica do ISS, procurando auxílio sobretudo na vertente técnica e pedagógica. Prova disso é aquilo que Santos (2021a, p.308) nos dá a conhecer através da análise de correspondência entre Lévêque e a Association des Surintendants d'Usines et de Services Sociaux (ASUSS), associação á qual se mantinha associado desde a obtenção do diploma de *surintendente* (Santos,2021^a,p.217) :

“[...] em Novembro de 1935, ao iniciar o primeiro ano de formação do curso complementar da secção A, a directora francesa solicitou à ASUSS o envio postal de algumas monografias realizadas na École des Surintendants d’Usines et des Services Sociaux, para servirem de referência às alunas portuguesas durante a realização do seu próprio trabalho [...]”.

Ou seja, tendo as alunas a partir de uma certa altura possuído acesso a modelos podem ter por essa razão optando por não incluir a menção a autores ou obras do Serviço Social e da Educação Familiar. Todavia, as primeiras monografias¹² não seguiram qualquer exemplo e também não realizaram qualquer menção a autores e obras de Serviço Social e Educação Familiar e Doméstica, o que leva a crer que realmente não era uma prática basearem-se em autores da sua área de formação.

A distinção feita entre Serviço Social e Educação Familiar e Doméstica aparenta ser omissa. As próprias alunas do curso de Professorado de Educação Familiar e Doméstica não realizaram distinções entre as duas áreas. No que diz respeito ao Serviço Social e à sua conceção, é-lhe atribuído a noção de agente modelador das classes mais pobres, incumbido de as educar de acordo com as diretrizes católicas e ideológicas, mostrando-lhes o que é certo e errado e como devem proceder na sua esfera privada e pública.

4.3.2.3. DISCURSO IDEOLÓGICO-POLÍTICO E IDEOLÓGICO-RELIGIOSO

As monografias foram realizadas num período em que Portugal vivia uma ditadura, é natural a presença de um discurso ideológico-político. O mesmo foi verificado apenas em quatro das monografias aqui estudadas, “Se o ser português é sinónimo de patriota, nada mais grato ao nosso coração do que o amor a Portugal.” (Monteiro, 1939, s.p), “[...] são educados no respeito dos maiores e do amor da Patria [...]” (Moraes, 1936, p.6), bem com à realização de juízos morais com base no mesmo “Falta-lhes, também, um carácter firme, uma norma de conduta, o respeito absoluto pela palavra dada.” (Proença, 1939, p.8), “Hoje este bom povo sofre a influencia anti religiosa e comunista da política dos remediados.” (Câmara, 1939, p.IX).

A par do discurso ideológico-político foi também possível identificar a presença do discurso ideológico-religioso. Uma presença também bastante natural pois o ISS apesar de ser uma instituição independente da Igreja Católica era uma escola que afirmava basear-se em valores cristãos. Identificou-se a sua presença em seis monografias

¹² Ano letivo de 1935-1936.

(Ferreira,1938; Levy,1939; Moraes,1936; Nunes,1939; Proença,1939; Teixeira,1937), uma presença comparativamente maior face ao discurso ideológico-político. Esta presença é identificada através de referências diretas e indiretas, tais como: “De crêças católicas como sè vê [...] segue a tradição moral que a religião católica ensina [...]” (Moraes,1936, p.2), “E é assim, consoante os interêsses que têm, a pouca cultura que possuem, um tanto de crença em Deus que norteiam a sua vida [...]” (Proença,1939, p.13). E também de juízos de valor presentes nas monografias, “Ernesto è uma natureza de “élite”, a sua espiritualidade defende-o de toda a mà influencia que o pai possa ter sobre ele.” (Teixeira,1937, p.15), “[...] mas, até nesta vida errante, êle revela sempre a pouca aptidão para o trabalho e a falta de expediente.” (Proença,1939, p.27), “Êste povo simplifica de tal forma o casamento que acha muito normal e natural, juntarem-se sem passarem pelo Registo Civil e Igreja. [...] O casamento, para êles, resumem-se na coabitação.” (Levy,1939, p.6).

A presença do discurso ideológico-político e ideológico-religioso só vem comprovar a influência que tanto a ideologia do Estado Novo como a da Igreja Católica detiveram perante o ISS, sendo natural a sua presença na produção das monografias realizado pelas alunas. Corroborando a afirmação feita por Carvalho (2010, p.150) “[...] O Serviço Social tornou-se um instrumento de concretização das ideias reformistas implícitas [nas perspetivas teóricas e filosóficas da Igreja] e nas do projeto político de Educação Nacional – Deus, pátria e família.”

4.3.2.1. AS CONCLUSÕES

As conclusões não detiveram uma elevada representatividade no conjunto de monografias estudadas, estando presente em quatro (Monteiro,1939; Nunes,1939; Proença,1939; Rodrigues,1939) das onze monografias, o que apresenta uma taxa de representatividade de 36.4%.

A conclusão nem sempre detinha essa nomenclatura, sendo também adotada a determinação de nota final ou “Breve exposição das necessidades mais urgentes [...]” (Monteiro,1939, p.34). Em jeito de conclusão as alunas tendiam a fazer alguns apelos “Em resumo é preciso dar pão e educação” (Rodrigues,1939, p.113), ou a reivindicar soluções possíveis para problemas identificados com a elaboração do seu trabalho “[...] [seria de uma] grande utilidade a criação de uma “Casa do Povo” onde a população tomasse mais conhecimento dos seus deveres cívicos e patrióticos, e ainda evitar a frequência das tabernas [...]”, (Monteiro,1939, p.34).

Encontra-se presente em monografias realizadas por alunas dos dois cursos existentes no ISS um grande sentido crítico nas suas conclusões. As alunas não se ficavam apenas pela apresentação de problemas, realizavam também propostas de possíveis soluções a colocar em prática. Não tendo a monografia o objetivo de realizar um diagnóstico as alunas não se abstêm de ir mais além do que a descrição exímia própria da aplicação do método monográfico, detetando aquilo que consideram correto e errado sob o prisma do social.

Apesar da apresentação de um grande sentido crítico as monografias não se baseavam em conhecimento teórico. As realizações de apreciações não são fundamentadas na ótica do Serviço Social e da Educação Familiar e Doméstica, o que confirma a perspectiva de Negreiros (1999, p.252)

“(...) a prática da análise crítica a partir de elementos teóricos consistentes, e a questionação e análise das práticas profissionais, estiveram praticamente ausentes do grande terreno profissional até à década de 70, ficando apenas reduzidas aos segmentos mais críticos da profissão”.

4.3.3. ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Nem sempre foi possível identificar a assiduidade de elementos pós-textuais¹³. Contudo, foi possível identificar a presença de índice, referências, sob o título de bibliografia, anexos e apêndices.

A presença do índice foi bastante baixa encontrando-se apenas em duas monografias (18.2%) (Monteiro,1939; Proença,1939), já as referências apresentaram uma maior representatividade (45.5%), estando em cinco monografias (Câmara,1939; Correia,1938; Levy,1939; Proença,1939; Rodrigues;1939). No que é relativo aos anexos, estes só estiveram presentes numa monografia (9.1%) (Correia,1939).

As referências presentes neste conjunto de trabalhos, são obras que se inserem em categorias relativas à História, à Geografia, à Demografia, a instituições, a hábitos e tradições, existindo um conjunto variado de enciclopédias mencionadas (Apêndice D). Não existe nenhuma obra diretamente relacionada com o Serviço Social ou a Educação Familiar e Doméstica. Existem duas obras que são referidas mais do que uma vez em monografias distintas, sendo estas Portugal Antigo e Moderno de Pinho Leal (Câmara,1939; Proença,1939; Rodrigues;1939) e a Enciclopédia Portuguesa &

¹³ Composto por referências, glossário, apêndice(s), anexo(s), índice(s) (ABNT NBR 14724:2005).

Brasileira (Levy,1939; Rodrigues,1939). Em relação aos anexos e apêndices, apenas uma monografia os deteve na sua composição, sendo estes composto por um mapa (anexos) e duas plantas (apêndices) (Correia,1939).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em consideração o trabalho de investigação desenvolvido e o percurso tomado com vista à sua realização foram retiradas considerações finais, que dizem respeito aos objetivos de investigação definidos inicialmente.

O período no qual surge o ISS inevitavelmente o molda. Apesar dos escassos documentos inerentes à realidade institucional entre os anos de 1936, 1937, 1938 e 1939 existiu a possibilidade de compreender aquele que se desenrolou entre os anos de 1935 e 1939.

Foi possível apurar que nos seus primeiros anos o ISS assumia deliberadamente uma grande presença de diferentes influências, exercidas por agentes nacionais, que se encontravam ligados à área da Academia, da Medicina, da Igreja Católica e a Obras de Caridade e Assistência. Neste cenário é de destacar o contributo da Condessa de Rilvas, figura muito ativa naquilo que foi o surgimento do Serviço Social português e que ocupou o lugar de primeira diretora do ISS. E, também, por agentes internacionais que faziam chegar conhecimentos e práticas relativas ao Serviço Social, bem como procedimentos relacionados com a instituição da sua formação, como é concluído por Silva (2016a, p.286) “[...] o Instituto de Serviço Social [...] foi talhado atendendo aos moldes de criações análogas já experimentadas internacionalmente”. No que é relativo a estas influências torna-se importante destacar a exercida por França, nomeadamente por Marie-Thérèse Lévêque sua interlocutora e que vem ocupar o primeiro cargo de direção técnica do ISS.

O ensino praticado no ISS no período em estudo foi assumidamente católico. Todavia, optou-se por não o vincular diretamente à Igreja Católica, recorrendo-se à criação da ASS que lhe serviu de suporte jurídico e legal. Desta forma garantiu-se uma aparente neutralidade face a um possível período menos estável que levasse a Igreja a perder poder e influência. A primeira escola portuguesa de Serviço Social contou desta forma com uma forte influência de cariz ideológico-político, que se repercutia no culto da tradição e da família, valores alinhados com o regime autoritário vigente e da fé cristã, uma pretensão clara de imprimir os seus valores na formação conferida em Serviço Social (Silva, 2016a).

A forma de estar do ISS mostrava quais as suas intenções, as de formar e inserir o Serviço Social e também o professorado da Educação Familiar e Doméstica na

sociedade portuguesa. Nesta formação existia sempre uma vertente prática, responsável não só por permitir às alunas a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos, mas também por criar postos de trabalho e mostrar a relevância da sua atuação. Os estágios realizados estavam na maioria das vezes relacionados com o local de trabalho dos seus professores ou de membros que pertenciam à ASS e consequentemente ao ISS.

É apenas em 1939 que os princípios gerais de orientação e coordenação dos estabelecimentos de educação em Serviço Social são publicados, bem como o seu Plano de Estudos oficial. Até lá o ensino em Serviço Social encontrava-se ainda numa fase experimental, não vinculativa ou oficial. O registo da atividade do ISS dá mostras disso, ao reconhecer a lecionação de disciplinas práticas que não estavam mencionadas no Plano de Estudos que apresenta em 1935 (ISS,1935; ISS,1936?).

A relação existente entre a sociedade portuguesa da época e o projeto educativo fundador do ISS era relação dinâmica, cumprindo uma função específica no domínio da Educação e da Assistência, refletindo as forças hegemónicas em presença.

A inexistência de pessoas formadas em Serviço Social cria um espaço por preencher, na ótica profissional e formativa. Ao longo do tempo a sociedade portuguesa realizou inúmeras diligências de forma a debater e a alertar para a necessidade de formar profissionais em Serviço Social, esta sensibilidade provinha sobretudo de Médicos, Higienistas e figuras ligadas à ação caritativa católica. O regime vai integrar essa urgência na área da Saúde e irá conciliá-la às necessidades de exercer autoridade no domínio da Assistência através da perspetiva de ter um conjunto de profissionais idóneas formadas sob a sua doutrina e valores. Reiterando a tese defendida por Silva (2016a, p.289) de que “[...] dificilmente foram fatores intracientíficos, os que conduziram ao aparecimento do Serviço Social, enquanto disciplina académica em Portugal.”

Com o início da sua atividade o ISS, gradualmente, começa a adquirir reconhecimento por parte da sociedade portuguesa naquilo que eram os seus saberes e subsequentemente inicia colaborações no desenvolvimento e aplicação de inquéritos sociais a pedido de diferentes entidades.

O método monográfico ingressa no projeto fundador do ISS com muita facilidade, a porta é-lhe aberta por todos aqueles que eram seguidores do trabalho desenvolvido por Le Play e seus discípulos e que se encontravam ligados quer com o ISS quer com o regime

do Estado Novo. A sua introdução abre, também, a oportunidade de se lecionar Sociologia num período de autoritarismo (Martins,2010), o que parecia ser improvável, pois apesar do Plano de Estudos de 1939 não integrar a disciplina de Sociologia na formação de Assistentes Sociais, a aplicação do método continua até 1973 através da realização de monografias (Silva,2016a). Contudo existiu, também influência francesa neste processo, pois é dado a conhecer que Marie-Thérèse Lévêque entrou em contacto com uma instituição francesa, a ASUSS, com vista a solicitar e obter monografias realizadas pelas alunas da École des Surintendants d'Usines et des Services Sociaux para que em Portugal existisse um modelo, um exemplo, que guiasse as alunas do ISS nessa elaboração (Santos,2021a). Verificando-se, pelo menos no primeiro ano letivo, que as alunas não detinham ainda um modelo de referência e que elaboravam as monografias com base nos conhecimentos que eram passados via oral pelos seus professores, não havendo, portanto, ainda um modelo concebido que servisse de guia para a aplicação do método monográfico (ISS,1936a; ISS,1938a; ISS,1938b; ISS,1938c; ISS,1939a; ISS,1939b).

Em Portugal, a Sociologia só vinga em toda a sua plenitude académica com o 25 de Abril de 1974, sendo que o atraso do seu desenvolvimento em território luso é atribuído ao regime ditatorial que vigorou quase cinquenta anos. Contudo, a Sociologia não surge em Portugal num acontecimento só, são reconhecidos antecedentes que lhe foram abrindo caminho até à sua consolidação (Ágoas,2013, p.221-222). Com o que foi possível apurar no decorrer desta pesquisa é exequível afirmar que o ensino em Serviço Social, ou mais concertamento o projeto educativo fundador do ISS, foi um antecedente nessa inserção. Não obstante, a disciplina durou pouco tempo nos planos de estudo do ISS no período estudado, realidade que não se estendeu à aplicação do método.

O método monográfico apropria-se na realização de monografias e ocupa um lugar na vertente prática nos planos de estudo. Encontrando-se presente no seu primeiro Plano de Estudos (ISS,1935), designadamente, no primeiro e segundo ano. No primeiro ano a elaboração de monografias é relativa a “realizações sociais” e no segundo a “instituições sociais”. Ainda, neste Plano de Estudos na especialização em Trabalho Social Rural constava a realização de uma “monografia sobre uma população rural” (ISS,1935). No Plano de Estudos publicado em 1939 (Decreto-Lei nº30:135) a realização de monografias não é apresentada, apesar de em 1940 aquando a sua retificação se procedeu à reinserção da realização de monografias, num sentido amplo sem temática específica, no segundo ano de estudos (Retificação ao Decreto Nº30:135).

Ao confrontar a informação apresentada com as monografias estudadas, depreende-se que não foi possível encontrar a totalidade de monografias que estavam identificadas nos planos de estudos e que o âmbito do seu desenvolvimento não seguia, por vezes, as indicações existentes.

Não foi exequível apurar a existência de “monografias sobre realizações sociais”. As “monografias rurais” estudadas não foram desenvolvidas por alunas de Serviço Social com especialização em Trabalho Social Rural, como era indicado, mas antes desenvolvidas por alunas que se encontravam na seção b)¹⁴. Reconheceu-se a elaboração de uma “monografia familiar” num território urbano por uma aluna da seção b), tipologia de monografia que foi também desenvolvida por alunas da seção a) e que apesar de não identificada se associa com aquilo que era a pretensão da especialização em Trabalho Social Urbano. Em todos os anos letivos compreendidos entre 1935 e 1939 foram elaboradas monografias, dando mostra de uma continuidade que de acordo com a Coleção se prolongou até ao ano de 1973 nos cursos de Serviço Social e Educação Familiar e Doméstica.

No desenvolvimento da análise das monografias as investigadoras depararam-se com a confirmação de que as que chegaram aos nossos dias e que compõem a referida Coleção, não são representativas da totalidade de trabalhos que outrora foram realizados. Ferreira (2009) dá a conhecer alguns títulos, entre os quais na década de 1930¹⁵, que não se encontram aqui presentes. O que leva a crer que existiram algumas perdas no decorrer do tempo até ao momento em que o ISSSL se funde na UL.

A observação cuidadosa das monografias estudadas permitiu concluir de imediato a sujeição a processos de restauro anteriores à entrada na tutela da UL. Apesar da intenção subjacente ter por objetivo a preservação da integridade do documento, o seu encadernamento com perfuração, com o passar do tempo potenciou a aceleração da sua deterioração. Este aspeto levanta sérios problemas relativamente à preservação da memória, na medida em que o respeito pelos documentos implica acondicionamento digno, na sua generalidade bastante dispendioso.

¹⁴ Remetente ao curso do Professorado de Educação Familiar e Doméstica.

¹⁵ Monografia de uma família de Lisboa” (1936); “Cascais. Monografia de uma família de peixeiros” (1938); “Monografia de uma família rural açoreana” (1938); “Monografia de uma família operária de Portimão” (1939); Vida de uma família de caseiros lavradores de Santa Eulália de Barrosas no concelho de Souzada _ Entre Douro e Minho _ (1939); “Monografia de uma família de operários da região de Leiria” (1939).

No que concerne ao seu conteúdo, a sua matriz metodológica revelou ser pouco coesa e foi através do processo de dedução que, em parte, foram identificados os instrumentos utilizados na recolha de dados. Estes foram: a observação não participante, a entrevista, o inquérito, a análise bibliográfica e documental. As monografias mostraram-se pouco isentas, incorporando opiniões e julgamentos desenvolvidos pelas suas autoras. Mostraram também algum recurso às autoridades sociais, ensinamento claro de Le Play, com vista a comprovar informação e a obter aconselhamento perante o estudo desenvolvido.

A estrutura do trabalho incluí elementos de descrição exímia, exaustiva e aprofundada do objeto de estudo, condição essencial na aplicação do método monográfico, encontrou-se presente em todas as monografias, não obstante, as áreas e temáticas aprofundadas e independentemente da proporção da descrição. Ao que tudo indica, os critérios de proporcionalidade da descrição ficariam a cargo das autoras que consoante a temática da sua monografia, a disponibilidade pessoal e acessibilidade aos dados iam elaborando o seu trabalho.

A descrição detalhada do objeto de estudo, das estruturas, dos processos e dinâmicas onde se insere encontraram-se presentes em todas as monografias. Algumas monografias introduzem frequentemente aspetos de maior detalhe e completaridade, como é o caso da análise orçamental e da descrição de hábitos alimentares das famílias, enquanto que outros são de maior raridade como sucede com a inventariação de bens de uma família ou a descrição das suas pertenças.

No que concerne à maior distinção entre monografias realizadas por alunas do curso de Serviço Social e por alunas do Curso do Professorado de Educação Familiar e Doméstica depreende-se do âmbito dos temas escolhidos, dedicando-se as alunas do primeiro curso à elaboração de monografias familiares e institucionais e as do segundo a monografias rurais. Contudo, constatou-se a existência de uma monografia familiar no grupo das alunas de Educação Familiar e Doméstica. Do ponto de vista do conteúdo não existe nenhuma especificidade que as distingua, seja pelo objeto, seja pela composição das ideias, seja pela referência a métodos e técnicas específicos.

As funções profissionais que eram identificadas pelas alunas nas suas monografias em relação aos profissionais de Serviço Social e do Professorado de Educação Familiar e Doméstica não apresentavam uma clara definição e/ou distinção, resultado também da pouca expressividade de abordagem que esta questão teve nos seus trabalhos.

Contudo, é identificado que atuam em espaços comuns e em estreita colaboração (Rodrigues,1939), apesar de não especificado o tipo de trabalho que a cada área profissional compete.

A bibliografia referida no conjunto de monografias estudadas não evidencia nenhuma obra específica da área de saber de Serviço Social ou de Educação Familiar e Doméstica, apesar de ser possível notar muito timidamente o emprego de termos que remetem para conhecimentos teóricos destas áreas (Teixeira,1937). Todavia, as alunas ao incorporarem referências bibliográficas dão a conhecer alguns autores, apesar de não ser possível constatar a presença de qualquer corrente de pensamento, no sentido, em que as obras referenciadas tinham apenas a finalidade de providenciar informação de forma a enriquecer e reforçar os dados que tinham sido por si recolhidos.

Não obstante, existem outras correntes de pensamento presentes naquilo que é a apropriação das alunas do projeto educativo fundador do ISS. Através das suas apreciações, verificam-se correntes de pensamento marcadamente católicas, anticomunistas e salazaristas, fruto do período que Portugal vivia e dos grandes apoiantes do ISS, a sua notoriedade nas obras é um reflexo daquilo que eram as raízes do projeto educativo. É surpreendente tomar conhecimento de que para além da influência das referidos correntes existe, por parte de algumas alunas, um sentido crítico que resulta no questionamento dos procedimentos institucionais na ótica da pessoa que beneficia dos seus serviços (Correia,1938; Nunes, 1939). Sendo uma característica clara do Serviço Social e tendo em consideração a falta de qualquer referência bibliográfica, não nos permite situar a sua origem senão da formação ministrada pelo ISS envolvendo uma postura de questionamento, sentido de justiça e de equidade.

Como é referido por Ferreira (2009, p.162) “[...] estes materiais [monografias] revelam-se elementos preciosos para a construção histórica da profissão de Serviço Social em Portugal, particularmente no que concerne à construção de um pensamento sobre o social [...]”. As monografias desempenharam um papel de relevo naquilo que era a apropriação do conhecimento adquirido ao longo da formação das alunas do ISS, permitindo a definição da função profissional que com a conclusão do curso viriam a estar habilitadas a exercer.

Aquilo que a análise das monografias compreendidas entre 1936 e 1939 transmite no âmbito do pensamento profissional, designadamente em Serviço Social, acaba por ser contraditório. Se por um lado, existe um elevado julgamento com base em valores

cristãos alinhados com o regime autoritário de como as famílias deviam proceder na sua esfera privada e pública. Por outro, algumas alunas apresentavam sentido crítico, reconhecendo más práticas, necessidades e propondo soluções. Aferindo-se assim, que apesar dos moldes no qual a profissão surge em Portugal, sendo estes de acordo com Silva (2016a, p.291) os de “[...] formar a mente dos que lhe ficavam abaixo na escala social iniciando, neste campo, um trabalho preventivo e de educação, a partir das instituições presentes na sociedade portuguesa.”, o seu pensamento consegue expandir-se e ir ao encontro dos valores da profissão. Apesar de inicialmente ser uma profissão composta por mulheres provenientes de classes sociais elevadas e com um forte sentido de missão moral católica houve nelas um despertar e desenvolver da sua consciência social.

Viscarret (2007, p.15) reconhece que o Serviço Social enquanto profissão e disciplina baseia-se numa teoria, contudo, e em concordância com vários autores que ao longo do tempo têm refletido sobre a sua natureza, admite que o seu seu carácter prático leva à necessidade da concretização da sua própria base epistemológica. Existindo, portanto, uma dicotomia no Serviço Social, estabelecida entre a ação e o conhecimento, a prática e a teoria.

A aplicação do método monográfico permitiu ao projeto educativo fundador incluir no seu ensino a prática da pesquisa científica, e conseqüentemente a execução de uma tentativa de construção de conhecimento viabilizando a consolidação da sua área de conhecimento, nomeadamente nas ciências sociais e humanas. Dados os primeiros passos na produção de conhecimento o projeto educativo fundador afirma-se perante a comunidade académica e científica pois gera as primeiras sustentações, apesar de se encontrarem ainda numa fase embrionária. E este facto fortalece a sua identidade enquanto instituição educativa.

A prática profissional vê na produção de conhecimento a sua fundamentação. A produção de conhecimento gerado por estas monografias é fruto de uma época em que predominava o carácter imediatista e funcionalista das práticas profissionais, que vão, irremediavelmente, condicionar a ação e limitar o próprio conhecimento (Ferreira, 2009, p.146).

O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo CLISSIS com vista a restaurar e preservar a memória da primeira escola portuguesa de Serviço Social teve um papel fundamental na elaboração desta dissertação, permitindo a acessibilidade às fontes.

Contudo, reconhece-se a importância da continuidade dos trabalhos desenvolvidos e da necessidade de uma maior preparação institucional para com a consulta e o acesso às fontes. Neste sentido, as investigadoras consideram ser de relevo a continuidade do estudo da memória do Serviço Social português, nomeadamente da sua primeira escola o ISS, tendo por base o Acervo do ISSSL (1935-2006) que se encontra sob a tutela da UL.

Enquanto sugestões para investigações futuras, existe ainda a referir a pertinência do desenvolvimento de estudos que permitam compreender a relação estabelecida entre conhecimento e ação através da aplicação de diferentes métodos e a sua evolução do pensamento do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ÁGOAS, Frederico (2013) – Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal. *Análise Social*, Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XLVIII (1º),2013, p. 221-256.

ALMEIDA, João Ferreira de (1997) - Sobre a monografia rural. *Análise Social*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XIII (52), 1977 - 4º, p. 789-803.

ALMEIDA, Jorge Fonseca (2013) – Ética da Investigação em Ciências Sociais. *Sociologia On-Line* [em linha]. Nº6.69-99. [consultado a 5 de abril de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://revista.aps.pt/pt/revista-no-6/>>.

AMARO, Maria Inês (2015) – Urgências e Emergências do Serviço Social. 2ª edição. Lisboa: Universidade Católica Editora.

AORON, Raymond (1991) - As Etapas do Pensamento Sociológico. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

AKOUN, André (1977) - A Sociologia in CHÂTELET, François (org) A Filosofia das Ciências Sociais, de 1860 até aos nossos dias. Col. História da Filosofia, Ideias e Doutrinas. Lisboa: Dom Quixote,1977.

BAREL, Yves (1974) - The idea of reproduction. *Futures*. Vol. 6, Issue 2, p. 92-180.

BARDIN, Laurence (2015) – Análise de Conteúdo. Edições 70.

BARQUERO, Ricardo Velilla (1987) – Cómo se realiza un trabajo monográfico. 2ª edição. Barcelona: Edunsa.

BORRALHO, Álvaro (2016) – Do nascimento da Sociologia: uma explicação sociológica da sociologia. *Açoriano Oriental* [em linha], Açores Magazine, UAciência, p. 26-27. [consultado a 19 de março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <http://hdl.handle.net/10400.3/5207>>.

BOUTINET, Jean-Pierre (1996) - Antropologia do Projecto. Lisboa: Instituto Piaget.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (2002) - The family in the works of Frédéric Le Play. Dados – Revista de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ISSN 011-5258. Vol. 45, nr. 3 (2002), p. 513-544.

BRANDÃO, Catarina; RIBEIRO, Jaime; COSTA, António Pedro (2021) - Análise de Dados. In GONÇALVES, P. Sónia; GONÇALVES, P. Joaquim; MARQUES, Célio GONÇALVES, Sónia P; GONÇALVES, Joaquim P.; MARQUES, Célio Gonçalo [coord.] (2021) - Manual de Investigação Qualitativa: conceção, análise e aplicações. Lisboa. Pactor. p.129-158.

CAMPENHOUDT, Luc Van, MARQUET, Jacques e Quivy, Raymond (2019) – Manual de Investigação em Ciências Sociais. [Tradução parcial da edição original de 2017, revista e aumentada por Isabel Lopes]. Lisboa. Gradiva.

CARVALHO, Maria Irene de (2010) – Serviço Social em Portugal: percursos cruzados entre a assistência e os direitos. Serviço Social & Saúde. Campinas, vol. IX nº 10. (dezembro 2010), p. 147-164.

CARVALHO, Maria Irene de (2016) – Ética Aplicada ao Serviço Social: dilemas e práticas profissionais. Lisboa: Pactor.

COELHO, Trindade (1906) - Manual Político do Cidadão Portuguez. Lisboa, Parceria A.M. Pereira.

COSTA, Jorge Adelino (2003) - Projectos educativos das escolas: um contributo para a sua (des)construção. Educação & Sociedade. Campinas, vol.4 nr 085 (dezembro de 2003), p.1319-1340,

COSTA, Jorge Adelino (2004) – Construção de projectos educativos nas escolas: traços de um percurso debilmente articulado. Revista Portuguesa de Educação. Vol. 17 nº2., p.85-114.

COSTA, J. Cruz (1950) – Augusto Comte e a origem do Positivismo. Revista de História. v. 1, n. 3, p. 363-382.

CRUZ, Manuel Braga da (1983) - Para a História da Sociologia Académica em Portugal. [Separata do número especial] Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, Estudos em homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz, 1983.

CRUZ, M. Braga da (2001) - Teorias Sociológicas: Os fundadores e os clássicos. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DAUDER, S. García & SEDEÑO, Eulalia Pérez (2015) – Los inicios de la sociología del trabajo: Jane Addams, la Hull House y las Mujeres de la Escuela de Chicago. Universidad Complutense de Madrid. Sociología del Trabajo. Nº 8, p.24-49.

DECRETO nº 22:241. Diário do Governo n.º 43/1933. Série I (22/02/1933). 227-236.

DIAS, José Lopes (1945) – 12 Lições sobre o Serviço Social.

DURKHEIM, Émile (2009) - Educação e Sociologia. Lisboa: Edições 70.

ESTANQUE, Elísio (2006) – A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo. Revista Finisterra. Lisboa, Vol. 55-56-57, p. 77-99.

FERNANDES, Ernesto (1985) Evolução da Formação dos Assistentes Sociais no Instituto de Lisboa. Intervenção Social. Lisboa. Universidade Lusíada. 2/3 (1985) 123-141.

FERREIRA, Maria Emília (2009) - Serviço Social, cumplicidades e interações: contributos para uma análise da produção académica portuguesa no período de 1936 a 1972. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social da UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Vol.6: nº 23 (julho de 2009) 160-191.

FERREIRA, Jorge (2011) - Contributos para o debate da epistemologia em Serviço Social. Trabajo Social Global. Vol. 2, junho de 2001 (nº3), p. 63-77.

FLICK, Uwe (2013) - Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um guia prático para iniciantes. Penso.

FORTIN, Marie-Fabienne; CÔTÉ, José; VISSANDJÉE, Bilkis (1999) - A investigação científica. In FORTIN, MARIE-FABIENNE (coord.) – O processo de investigação: da concepção à realização. Loures. Lusociência. p. 15-24.

GIL, António Carlos (2008) – Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª edição. São Paulo: Atlas.

GREENWOOD, Ernest (1965) - Métodos de investigação empírica em Sociologia. Análise Social. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. III, 1965 (Nº11), p. 313-345.

GUERRA, Isabel Carvalho (2008) - Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso. 1ª ed, reimpressão. Cascais: Princípa.

IAMAMOTO, Marilda Villela (1992) – Servicio Social y División del Trabajo : Um análisis crítico de sus fundamentos. Cortez Editora.

INFOPÉDIA (2023) – Educação [em linha]. [consultado a 10 de março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/educa%C3%A7%C3%A3o>>.

INE [Instituto Nacional de Estatística] (1945) – VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de dezembro de 1940. Vol. I. Imprensa Nacional de Lisboa.

JÚNIOR, José Lopes Dias (1932) – Em redor do Serviço Social: duas conferências. Vila Nova de Famalicão, Minerva.

LACERDA, Gustavo Biscaia de (2009) - August Comte e o “Positivismo” Redescobertos. Revista de Sociologia e Política. Vol. 17, nr 34, p. 319-343.

LEÃO XIII (1891) – Rerum Novarum: carta encíclica de sua santidade Leão XIII. 4ª edição. Documentos Pontíficos. Lisboa: União Gráfica.

MACEDO, Berta (1993) – A Construção do Projecto Educativo de Escola: contributo para o estudo dos processos de definição da lógica de funcionamento da escola. Dissertação. Universidade Nova de Lisboa. Vol. I.

MACHADO, Fernando Falcão (1962) - Sociologia em Portugal. [Separata]. Jornal Expansão, nº 62.

MAGALHÃES, Justino Pereira (2004) - Tecendo nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária de S. Francisco.

MAGALHÃES, Justino (2007) - A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. Educação Unisinos. 1(2), Maio/Agosto 2007: p. 69-74.

MARTINS, Alcina Maria de Castro (1990) - A influência do positivismo e da escola da ciência social de Le Play em Portugal: da segunda metade do século XIX ao Estado Novo Salazarista. Estudos & Documentos, nº2. São Paulo: Núcleo de Investigação de História do Serviço Social Português.

MARTINS, Alcina Maria de Castro (1993) A escola da ciência social de Le Play na construção do conhecimento do serviço social português. Intervenção Social. Lisboa. Universidade Lusíada. N.7 (1993) p.9-34.

MARTINS, Alcina Maria de Castro (2010) - Génese, emergência e institucionalização do serviço social português. 2ª edição. Encadernação Progressos.

MEDEIROS, Fernando (1987) - Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play ,1908-34. Análise Social, Vol. XXIII, Nº 95, 1987 - 1º. 97-116.

MPF [Mocidade Portuguesa Feminina] (1945) – Mocidade Portuguesa Feminina. Nº 74, Junho de 1945. [consultado a 22 de maio de 2023], disponível em WWW: <URL: https://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFeminina_7.htm>.

MONTAÑO, Carlos (2007) – A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a sua génese, a “especificidade” e a sua reprodução. 2ª edição [2ª reimpressão]. Cortez Editora.

MORROW, Raymond Allen & TORRES, Carlos Alberto (1997) - Teoria Social e Educação:Uma crítica das teorias da reprodução social e cultural. Biblioteca das Ciências do Homem: Edições Afrontamento.

NEGREIROS, Maria Augusta [et al.] (1999) – Serviço Social: profissão e identidade: que trajetória. Lisboa: Cadernos do Futuro.

LEMOS, Alfredo Tovar de (1932) – O Serviço de Assistência Social. Direcção Geral de Saúde: Dispensário de Higiene Social. Lisboa. Imprensa Nacional.

LEMOS, Alfredo Tovar de (1934) – 1º Curso de Assistentes Sociais. Instituto de Higiene Dr. Ricardo Jorge.

LOPES, Paula Cristina (2012) - Educação, Sociologia da Educação e Teorias Sociológicas Clássicas: Marx, Durkheim e Weber. Universidade da Beira Interior. [consultado a 7 de abril de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/191> >.

PEREIRA, David Oliveira Ricardo (2012) - As políticas sociais em Portugal (1910-1926). Lisboa: Universidade Novas de Lisboa. Tese.

PIMENTEL, Irene Flunser (1999) – A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. Análise Social. Vol. XXXIV, nº 2 e 3 (151-152), p. 477-508.

RICHMOND, Mary E. (1917) – Social Diagnosis. New York: Russel Sage Foundation.

SANFELICE, José Luís (2009) – História e Historiografia de Instituições Escolares. Revista HISTEDBR On-line [em linha]. nº35 (2009) 192-200. [consultado a 3 de Março de 2023].Disponível em WWW: <URL: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622>>.

SANTOS, Maria Isabel Rodrigues dos (2021a) - Marie-Thérèse Cécile Lévêque e o Instituto de Serviço Social (1935-1946). História e memória: apêndices e anexos. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Tese. Vol. 1.

SANTOS, Maria Isabel Rodrigues dos (2021b) - Marie-Thérèse Cécile Lévêque e o Instituto de Serviço Social (1935-1946). História e memória: apêndices e anexos. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Tese. Vol. 2.

SANTOS, Miguel Dias (2010) - A Contra-Revolução na I República: 1910-1919. Imprensa Universidade Coimbra.

SALOMON, Délcio Vieira (2004) - Como fazer uma monografia. 11ª edição. São Paulo: Martins Fontes. ISBN 85-336-1958-8.

SALORD, Susana Garcia (1990) – Especificidad y rol en Trabajo Social : Currículum, Saber, Formación. Buenos Aires: Humanitas.

SARMENTO, Manuel (1996) – Instituições Educativas: Organização e Acção. In PIRES, Eurico Lemos (org.) – Educação Básica: Reflexões e Propostas. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

SAVOYE, Antoine (1981) - Les continueurs de Play au tournant du siècle. Revue Française de Sociologie. XXII.

SEBASTIÃO, João (2009) - Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Tracjectórias Escolares. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SEVERINO, Antônio Joaquim (2014) – Dimensão ética da investigação científica. Praxis Educativa. Vol.9 nº1, p.199-208.

SILVA, Teresa Paula Garcia Rodrigues da (2016a) - A primeira escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955). Lisboa: Universidade Lusíada. Tese. Vol. 1.

SILVA, Teresa Paula Garcia Rodrigues da (2016b) - A primeira escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955). Lisboa: Universidade Lusíada. Tese. Vol. 2.

SOYDAN, Haluk (2004) - La História de las ideas en el trabajo social. Consejo General de Diplomados en Trabajo Social y Asistentes Sociales. Valência: Tirant Lo Blanch.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M.M. & Júnior, Décio Gatti (2002) – História das Instituições Educativas: um novo olhar historiográfico. Cadernos de história da Educação. Vol. 1 nº1.

VILELAS, José (2020) – Investigação: o processo de construção do conhecimento. 3ª edição. Lisboa: Edições Sílabo.

WMA [The World Medical Association] (2013) – Declaration of Helsinki [em linha]. [consultado a 14 de março de 2023]. Brasil: World Medical Association. Disponível em WWW: <URL: <https://www.wma.net/policies-post/wma-declaration-of-helsinki-ethical-principles-for-medical-research-involving-human-subjects/>>.

VALE, Camile Biscola do (2021) – Memorial de uma profissão: a historiografia do Serviço Social em Portugal. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese.

VISCARRET, Juan Jesús (2007) – Modelos y métodos de intervención en Trabajo Social. Madrid: Alianza Editorial.

BIBLIOGRAFIA

ABNT NBR 14724:2005, Documentação - Informação e Documentação – Índice-Apresentação. Brasil: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

APSS [Associação de Profissionais de Serviço Social] (2018) - Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal. [consultado a 5 de junho de 2023]. Disponível em <URL:https://www.apss.pt/wpcontent/uploads/2018/12/CD_AS_APSS_Final_APSS_AssembGeral2 5-10-2018_aprovado_RevFinal.doc-1-converted-1-C%C3%B3pia.pdf. >.

BRAGA, Paulo Drumond (2010) – O Ministro da Educação Nacional (1936-1974). Sociologia de uma função. Revista Lusófona de Educação. nº16, p.23-38.

BRANCO, Francisco (2015) – Itinerários das profissões sociais em Portugal, em 1910-1962. Análise Social. 214, L (1º), p. 44-72.

BRANCO, Francisco & FERNANDES, Ernesto (2005) - O Serviço Social em Portugal: Trajetória e Encruzilhada, Lisboa [tradução do original] Éléments de Comparaison, Canadá, Les Presses de l'Université Laval.

CABRAL, Manuel Villaverde (1976) – Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo. Análise social. Vol. XII (45), 1976-1º, p. 106-102.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino & MUTTI, Regina (2006) – Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. Texto & Contexto Enfermagem. 15(4), p.679-684.

CARVALHO, Maria Irene de (2012) – Contracorrentes em tempos de tempestades: o pensamento de Jane Addams e de Mary Richmoond no Serviço Social. Em Pauta. nº29, v. 10, p. 157-169.

CORREIA, Fernando da Silva (1950) - Origens, Evolução e Conceito do Serviço Social. [reprodução]. Lisboa: Instituto de Assistência à Família.

COSTA, J. Cruz (1950) – Augusto Comte e a origem do Positivismo II. Revista de História. v. 1, n. 4, p. 527-545.

BANKS, Sara & NØHR, Kristen [coord.] (2008) – Ética Prática para as Profissões do Trabalho Social. Porto: Porto Editora.

FAUCONNET, Paul (1955) - Educação e Sociologia. 4ª edição. Edições Melhoramentos.

GUIDENS, Anthony (2008) – Sociologia. 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkein.

LUZ, José Luís Brandão da (2004) – A propagação do positivismo em Portugal. In CALAFATE, Pedro (dir.) História do pensamento filosófico português. Vol. IV, O Século XIX, tomo I. Lisboa, Editorial Caminho.

MACEDO, Berta (1995) – A Construção do Projecto Educativo de Escoa. Processos de definição da lógica de funcionamento da escola. Universidade do Minho. Braga.

MAGALHÃES, Justino (2022) – Arquivos e museus escolares – Fontes de memória e educação histórica. Sensos-e. Vo. IX, nº1, p. 47-54.

MARQUES, António Lourenço (ed.) (1989) – Medicina na Beira Interior: da pré-história ao século XIX. Cadernos de cultura. Nº1, nov. 1989.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2020) – Revista “Brotéria”. Centro Nacional de Cultura [em linha]. [consultado a 17 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.cnc.pt/revista-broteria/>>.

MONTAÑO, Carlos (2012) – Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, nº110, p. 270-287.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2017) - A História Social em Portugal (1779-1974) Esboço de um Itinerário de Pesquisa. In MATOS, Sérgio Campos, JOÃO, Maria Isabel (org.) Historiografia e Res Publica nos últimos dois séculos. Centro de História da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta. p. 183-202.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2023) - SILVA, João Serras e (1868-1956) [em linha]. História da Ciência na UC. [consultado a 5 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/SILVA_joaoserrase>.

PEREIRA, José Esteves (2009) – Positivismo e República. Revista Estudos Filosóficos. nº3, p.108-118.

PIMENTEL, Alessandra (2001) – O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa. nº 114, p.179-195.

PIMENTEL, Irene Flunser (2000) - História das Organizações Femininas no Estado Novo. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

PORTARIA Nº 9:360. Diário do Governo. 30 outubro 1939. Série I, Número 253. p. 1150-1153.

TORGAL, Luis Reis (2009) – Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultura. Coimbra: Fundação para a Ciência e Tecnologia. V. 2.

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice A - Tabela de análise das monografias.
- Apêndice B - Tabela de análise dos processos das alunas.
- Apêndice C - Tabela de análise para os restantes documentos.
- Apêndice D - Referências presentes no conjunto de monografias estudadas (1936-1939).

Apêndice A

Tabela de análise das monografias.

Conceito de Análise	Dimensão	Variáveis dependentes	Indicador	Fonte
O projeto educativo fundador: a influência do método monográfico	Representação	Perfil da Monografia	Número atribuído à monografia	
			Ano da monografia	
			Temática da monografia	
			Título da monografia	
			Localização da monografia	
			Número de páginas	
			Estado da monografia	
			Composição Iconográfica	
	Apropriação	Matriz metodológica das monografias sociais analisadas;	Agradecimentos	
			Sumário	
			Introdução	
			Conclusão	
			Bibliografia	
			Apêndices e Anexos	
			Identificação da metodologia utilizada na monografia	
			Isenção da Monografia	
		Discursos ideológico-político nas monografias sociais analisadas;	Referências diretas e indiretas ao Estado-Novo	
			Juízos morais com base nos valores do Estado Novo	
		Discursos ideológico-religioso nas monografias sociais analisadas;	Referências diretas e indiretas à Igreja	
			Juízos morais com base nos valores da Igreja	
		Ensinamentos da escola das ciências sociais nas monografias sociais analisadas;	Elaboração de inquérito	
			Recolha de informação detalhada	
			Descrição do objeto de estudo (membros da família, instituição, localidade)	
			Descrição de estruturas onde se insere o objeto de estudo (habitação da família, descrição física da instituição, organizações existentes na localidade estudada)	
			Descrição de pertences	
			Descrição da alimentação	

			Descrição das atividades desenvolvidos	
			Descrição da vida religiosa	
			Descrição da vida moral e do caráter	
			Descrição da vida intelectual e educacional	
			Descrição da ocupação de tempos livres	
			Descrição das relações estabelecidas entre os diferentes intervenientes estudados	
			Inventariação de bens	
			Análise orçamental	
			Consulta de autoridades sociais	
		Ensinamentos do Serviço Social nas monografias sociais analisadas.	Referência ao Serviço Social	
			Menção de autores da área de Serviço Social	
			Bibliografia na área de Serviço Social	
		Ensinamentos da Educação Familiar nas monografias sociais analisadas.	Referência à Educação Familiar	
			Menção de autores da área de Educação Familiar	
			Bibliografia na área da Educação Familiar	

(Fonte: Elaboração Própria).

Apêndice B

Tabela de análise dos processos das alunas.

Tipologia de Documento	Processo Aluna A	Processo Aluna B	Processo Aluna C	Processo Aluna D	Processo Aluna E	Processo Aluna F	Processo Aluna G
Caderneta Escolar							
Declaração de Honra							
Declaração Médica							
Declaração de frequência escolar							
Carta ou Declaração de recomendação							
Ficha da Monografia							
Documentos relativos a trâmites administrativos							
Documentos desenvolvidos no âmbito da frequência do ISS							

(Fonte: Elaboração Própria).

Apêndice C

Tabela de análise para restantes documentos.

Conceito de Análise	Dimensão	Fonte:
O projeto educativo fundador do ISS: a influência do método monográfico	Materialidade	
	Representação	
	Substantivação	

(Fonte: Elaboração Própria).

Apêndice D

Referências presentes nas monografias estudadas (1936-1939).

Obras mencionadas apenas uma vez	História da Rainha D. Leonor e da fundação do Hospital das Caldas por Frei Jorge de S. Paulo (1656), editado em 1928.
	O compromisso do H. (1312) editado em 1930 pelo Instituto de Coimbra.
	O H. Termal das Caldas da Rainha por A. de Mello Ferrari, M. de Melo Ferrari e F. da Silva Correia.
	Regulamento do H. Termal das Caldas da Rainha de 1928.
	Peregrinações em Lisboa, nº 1 e 7, de Norb. De Araujo (Lisboa, Parceria Ant.ª Maria Pereira, Ed. de 1939).
	Lisboa de Outrora, (vº III) de J.P de Carvalho (Tinop) Edição do Grupo Amigos de Lisboa – 1938.
	Ruas de Lisboa: 3º volume de Gomes de Brito (Ed. da Livraria Sá da Costa – 1935).
	Lisboa, de A. de Mesquita, da Col. “Portugal Ilustrado” - 1904.
	Lisboa, 1º vol. Da Colecção “Guia de Portugal Artístico”.
	O traje popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX, de Alberto Sousa.
	A Enciclopédia Espasa (Ed. De Barcelona).
	O anuário Comercial de 1936.
	O dicionário histórico, coreográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (Lisboa 1909).
	Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa, 1937.
	Anuário Demográfico (Instituto Nacional de Estatística) Ed. Da Imprensa Nacional – 1939.
	Anuário Estatístico de Portugal (1939).
Dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Edição de 1915.	
Dicionário “Portugal” por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, volume I-A.	

	Jornais: Vida Ribatejana (02/08/1936) e O Regionalista (números 238 e 239).
	Memória histórica económica do concelho de Serpa de Graça Afreixo (1884).
	Liv. XL de Tito Livio, Capítulo 30.
	História de Portugal de Alexandre Herculano, Tomo I Liv. II.
	Monarquia Lusitana de Fr. Francisco Brandão, Liv. 12.
	Torre do Tombo, maço 11º dos forais antigos nº 4.
	Call. De Leg. Capp das Côrtes de 1385.
	Geografia do ensino primário elementar, 11ªed. 1935.
	Crónica dos Eremitas, Lic. I sec. 1ª Cap 1º.
	Descrição Corográfica de Portugal, Lisboa Occid. 1793.
	Censo da População de Portugal. 1 dezembro 1930.
	A tradição: revista etnográfica, Serpa 1900.
Obras mencionadas mais do que uma vez	Portugal Antigo e Moderno de Pinho Leal .
	A Enciclopédia Portuguesa & Brasileira.

(Fonte: Elaboração a partir de ; CÂMARA,1939; CORREIA,1938; PROENÇA,1939; RODRIGUES,1939)